



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras

Campus Araraquara-SP



GABRIELA MARIA FORNACIARI

DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E
ADULTOS AOS GRUPOS ESCOLARES NOTURNOS:
SÃO CARLOS, SP (1930 A 1950).

ARARAQUARA-SP
2014

GABRIELA MARIA FORNACIARI

DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E
ADULTOS AOS GRUPOS ESCOLARES NOTURNOS:
SÃO CARLOS, SP (1930 A 1950).

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura.

Orientadora: Dra. Mirian Jorge Warde.

ARARAQUARA-SP
2014

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação que passaram pela minha vida e contribuíram para minha formação. Em especial, a todos que acreditam e lutam pela Educação de Jovens e Adultos.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a fazer, por ocasião do término deste trabalho. Reconhecer aqueles que me ajudaram a realizá-lo, mesmo sem saber, e generosamente dizer *obrigada!* Compartilhando as alegrias – muito maiores que as dores – de chegar até aqui.

Primeiramente, à orientadora deste trabalho a Prof^ª. Dr^ª. Mirian Jorge Warde, pela confiança em mim, pelas correções, orientações e pelas prazerosas oportunidades de aprendizado.

Às duas *Claudias* que compuseram a minha banca de qualificação e trouxeram novos olhares, contribuindo muito para este trabalho. Muito obrigada Prof^ª. Dr^ª Claudia Panizzolo e Prof^ª. Dr^ª Claudia Barcelos de Moura Abreu.

À Prof^ª. Dr^ª Rosa Fátima de Souza Chaloba por ter despertado em mim a paixão pela História da Educação e por ter me auxiliado no início dessa trajetória.

Agradeço a dois órgãos da Prefeitura Municipal de São Carlos: a Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, que autorizou minha coleta de dados junto ao arquivo dos Grupos Escolares Noturnos *Pérpetua Genofre* e *Eudóxia Coelho* e à Fundação Pró-Memória que viabilizou meu acesso aos exemplares dos jornais.

De forma especial agradeço as pessoas próximas a mim no meu cotidiano, meu marido Marcelo que muitas vezes ouviu minhas angústias, me acalmou e me aconselhou; aos amigos que fiz no mestrado Manuela e Diógenes; meus pais e irmãs que de maneira direta ou indireta estão participando de mais esse processo de transformação, tanto profissional, quanto particular, pois não é possível separar as aprendizagens. Todo o conhecimento que se adquire traz mudanças completas e inovadoras.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta de pesquisa, a (re) construção da história dos grupos escolares noturnos *Eudóxia Coelho* e *Perpétua Genofre* de São Carlos, SP, duas instituições criadas em 1948 que marcaram o início da institucionalização da educação de adultos no município. O recorte temporal privilegiado refere-se às décadas de 1930 a 1950, compreendendo os anos que antecedem a criação das instituições estudadas e os primeiros anos de seus funcionamentos, além de ser um período em que as questões sociais assumiram grandes proporções e a educação de adolescentes e adultos analfabetos se apresentou, sobretudo como uma tarefa do Estado. Essa pesquisa utilizou como fonte a documentação produzida pelas e sobre as instituições escolares em foco, como o arquivo escolar e artigos de jornais em circulação no município no período, bem como as legislações municipal, estadual e federal relativas à educação de adultos. Num primeiro momento faz-se um balanço das produções acadêmicas junto ao banco de teses da CAPES sobre o tema educação de adultos na perspectiva histórica. Posteriormente, com base em estudos sob as perspectivas históricas, sociais, culturais e antropológicas, apresenta-se uma discussão em torno das concepções de alfabetismo e analfabetismo e as relações que elas estabelecem com os fatores ideológico-culturais, com o desenvolvimento econômico e urbano, bem como a relação entre oralidade e escrita, tipos de linguagens e diferentes culturas. Perpassando pela disseminação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em São Carlos, SP e pelos inúmeros discursos que se difundiam nos jornais sobre o analfabetismo e a educação, esta pesquisa conclui que, as reivindicações acerca da alfabetização da população adulta refletia a efervescência nacional do período, assim como a vinculação da escolarização à ascensão social, ao progresso nacional, a modernidade e a civilidade do povo, ou seja, da educação como redentora dos problemas da nação. Abordando a criação dos grupos escolares noturnos e examinando suas características estruturais e de funcionamento, além das funções sociais e culturais que exerceram, conclui-se que suas formações se deram a partir de agrupamentos de escolas isoladas noturnas já existentes, tanto em São Carlos, SP como em outras localidades e, que representam o início da institucionalização da educação de adultos no país, fazendo parte do mesmo ideário republicano vigente no período. Representavam a oferta de educação para todos, um meio de consolidar os “valores urbanos da cultura escrita” e demonstrar as ações do estado e da sociedade contra o analfabetismo.

Palavras-chave: grupos escolares noturnos; história da educação de jovens e adultos; alfabetismo e analfabetismo.

ABSTRACT

This study is based on the (re) building of night school groups *Eudóxia Coelho* and *Perpétua Genofre* from São Carlos/ SP's history, both institutions created in 1948 determining the beginning of the legal activities of adult education in the municipal district. The period of time studied refers the 1930's up to 1950's, being the years that precede the creation of the institutions studied and the first years of working, besides being a period that social issues have assumed large proportions and the education of adolescents and adults' analphabets have showed a government obligation. This research has used as source documents produced by and about the educational institutions in focus, as the school file and newspaper articles published in the city on the period subject of the study as well as municipal, state and federal laws relating to adult education. At first is made a balance from academic productions at the data bank CAPES 'thesis on the topic of adult education on historical perspective. Subsequently, based on studies on the historical, social, cultural and anthropological perspectives, presents a discussion about the concepts of literacy and illiteracy, and the relationships which they establish with the ideological-cultural factors, with economic and urban development, and the relationship between orality and writing, types of languages and different cultures. Running along the dissemination of Adolescents and Adults' Education Campaign in São Carlos and the great number of speeches that was diffused in the newspapers about illiteracy and education, this research concluded that the claims about the adult literacy reflected the national exaltation of the period, as well as the linking of education to social ascension, the national progress, modernity and civility of people, in other words the education as redeemer of the nation's problems. Broaching the creation of night school groups and examining their structural and functional characteristics, as well as social and cultural functions that exercised, it is concluded that the night school groups were formed from existing groups evening in isolated schools, in São Carlos and other places which represent the beginning of the institutionalization of adult education in the country, forming part of the same republican ideals prevailing in the period. Represented the provision of education for all, a means of consolidating the "urban values written culture" and demonstrate the actions of the state and society against illiteracy.

Keywords: night school groups, Adolescents and Adults' education history, literacy and illiteracy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A Imprensa na luta educacional.	36
Figura 2	Estação Ferroviária de São Carlos, SP e o ponto do bonde, 1939.	39
Figura 3	Avenida São Carlos e a Igreja Matriz, 1940.	39
Figura 4	Estação Ferroviária de São Carlos, SP, 1941.	41
Figura 5	Praça Coronel Salles, 1940	42
Figura 6	Manifestação em prol da construção de um Grupo Escolar na Vila	43
Figura 7	Péssimo estado da Rua Major José Ignácio.	44
Figura 8	Aspectos Cívicos: o progresso sancarlense.	45
Figura 9	Novos métodos no combate do analfabetismo.	55
Figura 10	Sancarlense! Nota sobre o atendimento do 1º Grupo Escolar	75
Figura 11	Divulgação dos cursos de alfabetização.	76
Figura 12	Cidadão!	77
Figura 13	Iniciada em São Carlos a CEAA.	77
Figura 14	Valiosa contribuição à CEAA.	79
Figura 15	Ler: Primeiro Guia de Leitura.	80
Figura 16	Biblioteca do Alfabetizado.	82
Figura 17	Escolas Noturnas.	92
Figura 18	Escolas Municipais.	92
Figura 19	Escolas e Grupos Escolares.	95
Figura 20	Grupos Municipais.	96
Figura 21	Aprovação do projeto de lei criando os dois grupos escolares	97
Figura 22	Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos.	98
Figura 23	Grupo Escolar Eugênio Franco.	98
Figura 24	Grupos Municipais.	99
Figura 25	Resumo Geral do 1º Grupo Escolar Noturno, ano letivo 1948.	102
Figura 26	Resumo Geral do 2º Grupo Escolar Noturno, ano letivo 1948.	102
Figura 27	Entrega do material didático aos Grupos Escolares Noturnos.	104
Figura 28	Matrícula no Grupo Escolar Noturno.	105
Figura 29	Sancarlense!	105
Figura 30	Não haverá férias nos cursos de educação de adultos.	106
Figura 31	Inscrição de professores.	106

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1	Número de trabalhos acadêmicos com a palavra-chave: história da educação de jovens e adultos.	24
Quadro 1	Pesquisa com a palavra-chave: escolas noturnas.	25
Quadro 2	Pesquisa com a palavra-chave: grupos escolares noturnos.	27
Quadro 3	Pesquisa com a palavra-chave: alfabetização de adultos.	29
Quadro 4	Pesquisa com a palavra-chave: programas e campanhas de alfabetização de adultos.	31
Quadro 5	Artigos sobre educação e analfabetismo.	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA Educação de Jovens e Adultos

MOVA Movimento de Alfabetização

CEFAM Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento ao Magistério

EMES Escola Municipal de Ensino Supletivo

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAA Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

ONU Organizações das Nações Unidas

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
Organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas.

GEN Grupo Escolar Noturno

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1. A perspectiva histórica nas pesquisas sobre educação de adolescentes, jovens e adultos.	19
1.1 Etapas e procedimentos da investigação.	22
1.2 Resultados da investigação.	23
1.3 Os jornais como fonte de pesquisa.	32
1.4 O município de São Carlos pelo olhar da imprensa.	38
1.5 Sociedade e urbanização nas páginas dos jornais.	42
Capítulo 2. Do analfabetismo à alfabetização de adultos: conceitos teóricos e os discursos da imprensa.	46
2.1 Conceitos e pré-conceitos sobre alfabetismo e analfabetismo.	50
2.2 A influência da UNESCO nas ações e nas concepções sobre o alfabetismo.	65
2.3 Os movimentos em prol da alfabetização de adultos na década de 1940.	68
2.4 A educação de adultos e a difusão do orgulho nacional.	71
2.5 A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em São Carlos, SP.	75
Capítulo 3. A (re) construção da história dos grupos escolares noturnos de São Carlos, SP.	83
3.1 Legislações sobre o ensino noturno no Estado de São Paulo.	84
3.2 Relação entre as escolas noturnas e os grupos escolares.	88
3.3 Vestígios da estrutura e do funcionamento dos grupos escolares.	96
Considerações Finais	107
Referências Bibliográficas	111
Anexos	120
Anexo 1 - Documentos do arquivo escolar.	121
Anexo 2 - Jornais - Hemeroteca Fundação Pró-Memória.	122
Anexo 3 – Lei Municipal 1.327 de 30 de dezembro de 1950.	125

Introdução.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabado, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. (FREIRE, 1996, p.53).

Este trabalho versa sobre a história da educação de jovens e adultos (EJA)¹ no município de São Carlos e, como qualquer investigação que volta para o passado, tem uma orientação dirigida por questões que se constituíram no momento presente. Questões que foram se manifestando a partir de leituras sobre o campo, outras que me acompanham ao longo de minha trajetória acadêmico-profissional. Nesse sentido, o exercício de ler, refletir e escrever sobre educação de jovens e adultos é para mim, ao mesmo tempo uma atividade acadêmica, por culminar na produção desta dissertação, como também, uma maneira de visitar minha memória, tecendo um paralelo com a minha formação profissional. O trabalho com alfabetização de adultos surgiu em minha vida em 2004, por meio de um estágio remunerado na Secretaria de Educação do município de São Carlos, SP. Estava cursando o segundo ano de graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara) e passei a fazer visitas de supervisão em salas do Programa MOVA e do Programa Brasil Alfabetizado.

Minha função no estágio era fazer visitas semanais às salas de alfabetização dos dois Programas, a fim de auxiliar pedagogicamente os professores e fazer uma ligação entre a Secretaria de Educação, que os geria e as salas espalhadas pela periferia do município. Ao longo de um ano tive contato intenso com o cotidiano de dez salas de alfabetização de educandos jovens, adultos e idosos. Deixei o estágio no ano seguinte, para ingressar como professora efetiva de educação infantil, também na rede municipal de São Carlos, SP, uma vez que eu já possuía a habilitação para o magistério, que cursei

¹ A expressão “educação de jovens e adultos” (EJA) passou a ser usada no Brasil dos anos 1990 em diante, a partir da LDB 9394/96, a nomenclatura Ensino Supletivo passou para EJA. Assim, neste trabalho, essa expressão é utilizada tendo por referência os anos mais recentes. Quando se está tratando das décadas anteriores (1940 a 1950) utilizam-se às expressões então em voga: “educação de adultos”, “educação de adolescentes e adultos” ou “alfabetização de adultos”.

no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento ao Magistério (CEFAM) entre os anos de 1999 e 2002.

Contudo, a EJA retornou ao meu campo profissional em 2006, quando fui convidada a compor a equipe pedagógica da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, onde atuei até o início de 2011. A dedicação profissional a essa modalidade de ensino me levou ao curso de especialização *lato sensu* em educação de jovens e adultos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), realizado entre 2009 e 2011, no qual aprofundei os meus estudos e compartilhei com outras pessoas a luta pela EJA. A especialização me proporcionou reflexões importantes, deu embasamento teórico à minha prática, me fez perceber as exclusões sofridas pelos diferentes grupos que compõem os educandos da EJA e a olhar mais criticamente para sua história baseada em campanhas e com políticas públicas precárias.

A história da educação de jovens e adultos foi o tema abordado na monografia de conclusão de curso que revelou fatos da história da alfabetização de adultos do município de São Carlos, SP como também apontou para questões que naquele momento não seria possível responder, culminando na escrita do projeto de pesquisa para o mestrado, algo que complementava as discussões iniciadas na monografia.

A monografia objetivou reconstruir a história da Escola Municipal de Ensino Supletivo Carmelita Rocha Ramalho (EMES) e, ao contar a história da EMES, uma instituição escolar criada em 1989 e que atende até os dias atuais os jovens e adultos, ofertando classes de alfabetização e de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries, verificou-se que sua criação aconteceu a partir da extinção de duas outras escolas, os Grupos Escolares Noturnos. Na busca de fontes que auxiliassem na reconstrução dessa história e trouxesse mais informações sobre os grupos noturnos, foi encontrado um arquivo, junto à Secretaria Municipal de Educação, contendo documentos de duas escolas: Grupo Municipal Noturno *Perpétua Genofre* e Grupo Municipal Noturno *Eudóxia Coelho*. Compreendendo a extensão do trabalho que este arquivo se apresentava como fonte, se configurou a escrita do projeto de pesquisa, que após lapidações e reflexões culminou na delimitação do tema e, posteriormente, na composição desta dissertação.

A difusão da alfabetização no Brasil ocorreu apenas no transcorrer do século XX, acompanhando a constituição tardia do sistema público de ensino. Até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população. O primeiro recenseamento nacional brasileiro foi realizado durante o

Império, em 1872, e constatou que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos de idade eram analfabetas. Essa mesma proporção de analfabetos foi encontrada pelo censo realizado em 1890, após a proclamação da República (FERRARO, 2008).

No início do período republicano, a alfabetização e a instrução elementar do povo ocuparam lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como vergonha nacional e creditavam à alfabetização o poder da elevação moral e intelectual do país. (BEISIEGEL, 1974). Contudo, durante as primeiras décadas do período republicano, pouco se realizou no sentido de desencadear ações educativas que se estendessem a uma ampla faixa da população.

Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até meados do século XX mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vetado, de acordo com a imposição da reforma eleitoral conhecida como Lei Saraiva de 1881, ainda no Império². O fato de a grande maioria da população não saber ler e escrever não se constituía como um problema; de acordo com Paiva (1987), o analfabetismo emergiu no Brasil, primeiramente, como uma questão política, com a proibição do voto do analfabeto e, mais tarde, a partir do segundo pós-guerra, o problema tomou a dimensão econômica, com o desenvolvimento, a urbanização e a industrialização acentuada das grandes cidades.

As reivindicações em favor de um ensino elementar para adultos aparecem muito cedo no Brasil. Beisiegel (1974) aponta referências ao ensino de adolescentes e adultos esparsas ao longo de toda legislação escolar do Império; no âmbito das Províncias eram esforços locais, fragmentários e descontínuos. As ideias, as leis e as iniciativas que se consolidam em meados do século seguinte configuram uma situação inteiramente nova. O lançamento de uma política oficial de educação para todos os adultos analfabetos no Brasil, por volta de 1945, tem lugar dentro do processo mais amplo de extensão de oportunidades educacionais a um número cada vez maior de pessoas. Cogitava-se, portanto, da educação para todos os analfabetos do país, se apresentando como uma tarefa do Estado. Como destaca Beisiegel (1974, p.177-178):

² Exclusão essa que se manteve até a Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985, a qual determinava, no Art. 147, § 4º: “A lei disporá sobre a forma pela qual possam os analfabetos alistar-se eleitores e exercer o direito de voto” e a Constituição Federal de 1988.

Quando se incorporam ao ideário educacional e depois às leis do país, as noções de um direito individual e de uma necessidade social de educação de todos os brasileiros não escolarizados nas ideias próprias, o *Estado* como que se propõe a corrigir, já no presente – mas, sobretudo no futuro – as deficiências de uma sociedade que não estendia os benefícios do ensino igualmente a todos os cidadãos. *Nesse momento*, a quase totalidade dos cidadãos, crianças, jovens ou adultos, já encontravam nas leis e na organização do sistema escolar a expressão do reconhecimento de seus direitos de acesso às oportunidades de educação.

Há diversos marcos significativos nesse processo de inclusão educacional de todos os analfabetos entre os objetivos do Estado no Brasil, tendo início com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930; a previsão de um plano nacional de educação, na Constituição de 1934; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 1938; os resultados do Recenseamento Geral do Brasil em 1940; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942; e a sua regulamentação em 1945; e, principalmente, a criação de um Serviço de Educação de Adultos, dentro do Ministério da Educação e Saúde, em 1947 e a aprovação, nesse mesmo ano, de um plano nacional de educação supletiva para adolescentes e adultos analfabetos (BEISIEGEL, 1974).

É na década de 1940, mais precisamente em 1948 que tem início em São Carlos, SP, o funcionamento de dois grupos escolares noturnos, criados para o atendimento específico de jovens acima de 15 anos e adultos que não sabiam ler e escrever. Essas duas escolas, *Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho*, funcionaram durante três décadas e foram as primeiras instituições no município voltadas para a educação de adultos, atendendo juntas, aproximadamente 400 alunos por ano.

Dada a relevância dessas instituições, esta dissertação tem como objetivo principal reconstituir a história dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos, SP, no contexto da educação de adultos dos anos 1930 a 1950, tendo como ponto de partida as seguintes questões de pesquisa: considerando que educação de jovens e adultos no Brasil ganha especial relevo na década de 1940, sobretudo nas políticas educacionais e que neste período criaram-se em São Carlos, SP, dois grupos escolares noturnos, pergunta-se: Quais os movimentos em prol da educação de jovens e adultos que existentes no município que teriam culminado na criação destas escolas? Quais foram as trajetórias destas instituições? Quais eram suas estruturas administrativas e pedagógicas?

Considera-se como hipótese que a criação dos grupos escolares noturnos se deu a partir de movimentos sociais em prol da alfabetização de adultos e, de acordo com os jornais, uma das fontes utilizadas para esta pesquisa, referem-se a um avanço e certo vanguardismo do município em relação à institucionalização da educação de jovens e adultos. Essa hipótese será analisada a partir da revisão bibliográfica, que compreende também o levantamento de teses e dissertações junto ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da investigação junto às fontes.

Como fontes para esta pesquisa foram utilizadas as documentações produzidas pelas e sobre as duas instituições escolares em foco, bem como as legislações municipal, estadual e federal relativas à educação de adultos e, os artigos de jornais em circulação no município de São Carlos, SP, no período de 1930 a 1950. O arquivo escolar pesquisado é composto por documentos que, sem exceção, são caracterizados como tendo valor permanente, ou seja, documentos considerados como guarda permanente da escola: histórico escolar, ata dos resultados finais de exame, cópia de certificado de conclusão de curso ou diploma e cópia de documento pessoal do aluno, como certidão de nascimento ou casamento e Registro Geral (RG)³.

Sobre o uso dos jornais em pesquisas históricas ressalta-se que a análise do discurso jornalístico permite captar tanto o âmbito macro do sistema social, como a esfera micro das experiências humanas, contribuindo para os estudos históricos e reflexivos sobre educação, como enfatizam Magaldi e Xavier (2008, p.10):

Fazer uso de jornais em pesquisas educacionais dotadas de uma perspectiva histórica tem ganhado relevo, entre outras razões, pela ampla variedade de publicações que oferecem a representação de um universo social multifacetado, pela potencialidade de captação dos debates e ações no campo educacional no momento mesmo em que se processavam e pela possibilidade de promover o acesso do pesquisador a diferentes vozes.

³ De acordo com a Lei Federal n. 8.159/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados os documentos são identificados como: documentos correntes - conjunto de documentos que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituem objeto de consultas frequentes; intermediários - são aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente; e documentos de valor permanente - os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados são documentos permanentes (MEDEIROS, 2003).

Caracterizada metodologicamente como uma pesquisa qualitativa de cunho histórico e documental, foram necessárias quatro etapas para a sua realização: a primeira bibliográfica, com a leitura das obras que versam sobre as temáticas desenvolvidas, por meio de um levantamento de conteúdos e definição de conceitos teóricos que nortearam a análise documental; como também num levantamento de pesquisas acadêmicas sobre educação de jovens e adultos no Brasil, sobretudo na perspectiva histórica, tendo como base de consulta o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realizou-se nessa etapa, uma delimitação de trabalhos cujos temas abordam o ensino noturno e a alfabetização de jovens e adultos em meados do século XX.

A segunda etapa, realizada junto aos arquivos escolares localizados na Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional de Ensino, onde foram pesquisados os documentos administrativos dos grupos escolares noturnos *Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho*. Todos os documentos referentes a essas instituições foram fotografados e descritos em um quadro (Anexo 1), totalizando 42 fotos. A terceira, realizada na hemeroteca da Fundação Pró-Memória, também de São Carlos, SP, onde se pesquisou os jornais com a seleção dos artigos, notícias e reportagens que abordam as temáticas referentes à educação e à cidade. Todos os artigos encontrados também foram fotografados e descritos em um quadro (Anexo 2), totalizando 506 fotos. E no quarto e último momento, as fontes foram analisadas e interpretadas de acordo com o referencial teórico escolhido: Viñao Frago (1993), Cook-Gumperz (1991), Graff (1990), Magalhães (2001), Mortatti (2000 e 2004), Ferraro (2004), Beisiegel (1974) e Paiva (1987 e 2003).

Este estudo se realiza no encontro entre a História da Educação, a História Cultural e a História Política, cujo objeto será analisado à luz de suas contribuições; principalmente nas recomendações para o trato das fontes documentais. O processo de institucionalização da escola noturna, como objeto de estudo, faz parte do movimento de reorientação da produção historiográfica e, em especial, da produção da História da Educação, sustentada pelas contribuições teórico-metodológicas da História Cultural que têm possibilitado o estudo e a compreensão de novos - ou a retomada de “velhos” - objetos de investigação.

O primeiro capítulo apresenta um levantamento de pesquisas acadêmicas em educação de jovens e adultos no Brasil, sobretudo na perspectiva histórica, tendo como base de consulta o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo desse capítulo é expor um balanço

dos estudos sobre EJA na perspectiva histórica, publicados entre anos de 2007 e 2012. Os trabalhos de Haddad (2000) e Ribeiro (2009), abordados nesse capítulo, contemplam o estado da arte ou do conhecimento sobre EJA nos anos entre 1986 e 2006. Portanto, a escolha desse período, 2007 a 2012, se deu pelo fato de não haver trabalhos com esse enfoque, necessitando uma complementação mais recente dos dados. O ano final da pesquisa, 2012, se estabeleceu pelo fato de ser o ano mais recente publicado no Banco da CAPES durante a realização deste trabalho. Será enfatizado, também no primeiro capítulo, o uso da imprensa como fonte de pesquisas históricas, dando embasamento teórico para o manuseio de jornais como uma das fontes deste trabalho.

O segundo capítulo faz uma discussão em torno das concepções de alfabetismo e analfabetismo e as relações que elas estabelecem com a escolarização, com os fatores ideológicos/culturais, com o desenvolvimento econômico e urbano, bem como a relação entre oralidade e escrita, tipos de linguagens e diferentes culturas. Por considerar a necessidade de compreensão de diferentes aspectos sobre os processos de ler e de escrever o referencial teórico utilizado neste capítulo se pauta em estudos sob as perspectivas históricas, sociais, culturais e antropológicas dos conceitos de alfabetismo e analfabetismo, fazendo uso de autores como: Viñao Frago (1993), Cook-Gumperz (1991), Graff (1990), Magalhães (2001), Mortatti (2000 e 2004), Ferraro (2004), Beisiegel (1974) e Paiva (1987).

Relacionados ao desenvolvimento econômico, social e urbano do período, bem como à escolarização dos jovens e adultos analfabetos, os movimentos em prol da alfabetização que estavam em circulação na década de 1940 também são apresentados nesse segundo capítulo, com ênfase à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), primeira grande movimentação promovida pelo Estado, criada e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, com início em 1947 e bastante influente até meados de 1950. A CEAA é considerada um marco Nacional enquanto movimento de alfabetização de adultos devido a sua abrangência em praticamente todos os estados brasileiros.

O terceiro capítulo aborda a trajetória dos dois grupos escolares noturnos: *Perpétua Genofre* e *Eudóxia Coelho*, a partir das fontes documentais desta pesquisa: o arquivo escolar, os artigos de jornais e as legislações municipal, estadual e federal sobre educação de adultos. Destaque ao ensino primário supletivo fixado a partir da Lei Orgânica do Ensino Primário N. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, representou, em última instância, a institucionalização da educação de adultos como uma modalidade de ensino

integrada ao sistema educacional brasileiro, distinta da educação das crianças. Como principais fontes secundárias deste capítulo, como também de toda dissertação, os autores Beisiegel (1974) e Paiva (1987 e 2003).

Por fim, são apresentadas as Conclusões, que num primeiro momento, enfatizam a interpretação dos discursos presentes nos jornais em circulação no Município de São Carlos, SP, na década de 1940, sobre o adulto analfabeto e a perspectiva social e cultural que se difundia em torno do analfabetismo e da educação. Pode-se concluir, que as reivindicações a cerca da alfabetização da população adulta refletia a efervescência nacional do período, assim como a vinculação da escolarização à ascensão social, ao progresso nacional, a modernidade e a civilidade do povo, ou seja, da educação como redentora dos problemas da nação e o analfabetismo considerado como uma doença, um mal que precisava ser erradicado.

Num segundo momento, sobre os grupos escolares noturnos *Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho*, conclui-se que suas formações se deram a partir de agrupamentos de escolas isoladas noturnas já existentes, a exemplo de outros grupos escolares noturnos de outras cidades e estados, apresentados ao longo do trabalho. Pode-se afirmar também que esta dissertação compreende que a partir da interpretação dos dados obtidos junto às fontes, principalmente dos jornais, essas instituições nasceram numa relação imbricada com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), aparecendo ora como extensão ora como colaboração à iniciativa nacional. Os grupos escolares abrigavam o funcionamento noturno de várias salas da Campanha, como também salas de pós-alfabetização (2^a, 3^a e 4^a séries), estas amparadas pela legislação do ensino supletivo e todas pertencentes aos grupos escolares noturnos municipais *Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho*.

Capítulo 1. A perspectiva histórica nas pesquisas sobre educação de adolescentes, jovens e adultos.

O refazer da história, pelo direito à educação, desafia-nos, para que seja possível de novo acreditar na história como possibilidade, que reinvente o direito à vida de todos, com todas as diferenças, como iguais. Quem somos, que lugar ocupamos na história, com que direito se pode sonhar e pensar educação, pensar um mundo novo diante das muitas fragilidades? Qual o direito a ser buscado? O já interiorizado como ideia e valor, ou outro, necessário a todos nós, professores, testemunhas e co-protagonistas do tempo presente? (PAIVA, 2006, p.25).

Este capítulo apresenta um levantamento de pesquisas acadêmicas em educação de jovens e adultos no Brasil, sobretudo na perspectiva histórica, tendo como base de consulta o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo deste trabalho é elaborar um balanço dos estudos sobre educação de jovens e adultos, publicados nos anos de 2007 a 2012, com intuito de se compreender o que vem sendo estudado sobre a EJA no campo da História e se aprofundar e delimitar a perspectiva abordada nesta dissertação.

Trabalhos que objetivam investigar o que tem sido produzido sobre um determinado campo do conhecimento, ou mesmo sobre uma temática como a EJA, são denominados *estado da arte ou estado do conhecimento*. Ferreira (2002, p.258) aponta que há um conjunto significativo de pesquisas conhecidas com essas denominações e as descreve:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A partir dessa definição, pode-se afirmar que a pretensão deste capítulo não é realizar um estado da arte, pois não abrange os diferentes meios de publicações da área acadêmica, como por exemplo, publicações em periódicos ou comunicações em anais de congresso. Este capítulo se refere somente à produção discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, ou seja, em dissertações de mestrado e em teses de doutorado, uma vez que a dimensão do trabalho de pesquisa e coleta de dados em relação ao prazo de finalização seria inviável, optou-se por abordar somente as dissertações e teses em Educação por se identificarem à proposta deste trabalho. O resultado deste estudo aponta os aspectos mais estudados e os principais referenciais teóricos utilizados.

Como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, sobre educação de jovens e adultos, existem diversos trabalhos da autoria e coordenação de Sérgio Haddad, juntamente com outros pesquisadores, que realizam o mapeamento das pesquisas acadêmicas publicadas em diversos meios. O primeiro conjunto de estudos é composto por sete artigos que versam sobre os trabalhos produzidos no período de 1975 a 1985 (HADDAD e DI PIERRO, 1986; HADDAD, 1987; HADDAD e FREITAS, 1988; HADDAD et al, 1988 HADDAD et al, 1989; HADDAD e SIQUEIRA, 1989 e RIBEIRO et, al., 1992). O segundo, intitulado *O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986/1998*, foi publicado no ano 2000 e se dedica a detalhar as concepções, as metodologias e as práticas da educação de adultos no período definido em seu próprio título, de 1986 a 1998.

O estado da arte coordenado por Haddad (2000) sistematiza o campo de pesquisas realizadas sobre educação de jovens e adultos e aponta suas abordagens dominantes e emergentes. Foram selecionadas 183 teses e dissertações defendidas no período, as quais foram agrupadas em cinco temas: o professor, o aluno, concepções e práticas pedagógicas, políticas públicas de EJA e educação popular. No estudo de Haddad (2000) a história da educação de adultos aparece como subtema de políticas públicas, sendo apresentados seis trabalhos: BARROS, F.A.G *Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe: 1961-1964 – uma reconstituição histórica*. João Pessoa: UFPB, 1995; CAVALCANTE, A.M.C.L *Política educacional do Estado brasileiro sobre o ensino supletivo: 1961-1971*. João Pessoa: UFPB, 1987; DORNELES, M.A. *O Mobral como política pública: a institucionalização do analfabetismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1990; OLIVEIRA, J.L. *As origens do MOBREAL*. Rio de Janeiro: Iesae/FGV,

1989; PEIXOTO FILHO, J.P. *A travessia do popular na contradança da educação*. Rio de Janeiro: Iesae/FGV, 1986; SOARES, L.J.G *Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas*. São Paulo: USP, 1995. (HADDAD, 2000, p.103).

Segundo o autor, aproximadamente 20% dos estudos pesquisados abordam temas relativos às políticas públicas de EJA (compreendendo os subtemas: história da EJA, políticas públicas recentes, projetos de alfabetização, organização do ensino regular noturno e políticas municipais informadas pelo ideário da educação popular).

Após a leitura dos resumos dos trabalhos citados acima e pelos próprios títulos pode-se afirmar que nenhum deles foi produzido no campo da História da Educação, apesar de dedicarem pelo menos um capítulo ao contexto histórico. Aspecto observado ao longo da investigação realizada para a escrita deste primeiro capítulo.

Complementa o estudo de Haddad (2000) a dissertação de mestrado de Clayton Ribeiro (2009), intitulada *Estado do Conhecimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um balanço de teses e dissertações (1999-2006)*, que apresenta o estado do conhecimento da educação de jovens e adultos entre os anos de 1999 e 2006. Assim como nos trabalhos de Haddad, Ribeiro faz um levantamento dos principais temas abordados no que diz respeito à educação de jovens e adultos e aponta a proporção de teses e dissertações, além dos maiores centros de produção acadêmica, com localização geográfica e meios de publicação dessas produções.

Ribeiro (2009) trabalha com apenas uma categoria, as políticas educacionais de EJA, divididas em subcategorias: análise de programas nacionais, análise de programas locais (estaduais e municipais), história política da educação de jovens e adultos, análise de legislação e documentos e, análise de programas e opiniões dos atores. A história da educação de jovens e adultos se apresenta neste trabalho como introdução à temática, onde os marcos legais e as políticas públicas são o foco principal.

Considerando esses trabalhos, que realizam um panorama sobre as pesquisas históricas sobre educação de adultos até 2006, o presente capítulo se atém ao recorte temporal de 2007 a 2012. A temática relativa à educação de jovens e adultos é ampla e mantém interfaces com temas correlatos; assim sendo, para efeito desta dissertação, foram considerados, sobretudo, os estudos relativos à história da educação de adultos no Brasil, divididos em dois grandes subtemas: 1) educação formal e escolar, contemplando os textos que tratam dos processos de escolarização básica, conforme os tópicos: escolas noturnas, grupos escolares noturnos e alfabetização de adultos; 2)

educação popular e seu desdobramento no tópico: programas e campanhas de alfabetização de jovens adultos.

1.1 Etapas e procedimentos da investigação.

Com o objetivo de mapear a quantidade de trabalhos de pós-graduação no campo da história da educação, realizou-se, num primeiro momento, uma pesquisa junto ao Banco de Teses da CAPES com a palavra-chave: história da educação de jovens e adultos, dentro do recorte temporal estabelecido, 2007 a 2012. Com o resultado obtido produziu-se a *Tabela 1* que apresenta a quantidade de trabalhos por ano e por nível – mestrado e doutorado.

Num segundo momento, foram definidas cinco palavras-chave para o filtro geral na busca pelas teses e dissertações, sendo elas: escolas noturnas, grupos escolares noturnos, alfabetização de adultos, educação popular e programas e campanhas de alfabetização de adultos. Essas palavras-chave são denominadas como subtemas e seus respectivos tópicos. Cabe destacar também que foram escolhidos os trabalhos que se encontravam vinculados ao campo de conhecimento da educação com perspectiva histórica, independente da área de concentração do programa de pós-graduação. Além disso, priorizaram-se as publicações que se debruçam sobre alfabetização de adultos e os primeiros anos do ensino fundamental, enfoque principal desta pesquisa.

Após a fase inicial de mapeamento panorâmico das teses e dissertações conforme as palavras-chave ou subtemas, o próximo passo de análise dos dados foi a leitura dos títulos e resumos com o propósito de estabelecer um filtro mais específico. A seleção realizada no conjunto de títulos dos trabalhos foi guiada conforme a afinidade dos mesmos com a proposta desta pesquisa, desconsiderando os trabalhos que não se relacionavam com a temática, tampouco com o período histórico estudado nesta dissertação, ou seja: o critério estabelecido para filtrar os resumos dos trabalhos publicados foi buscar pelas teses e dissertações que tratassem do tema educação de adultos com interface a história da educação, com recorte temporal definido entre o início da Primeira República (1889) até a década de 1970.

Nessa etapa os trabalhos foram escolhidos um a um e confirmados somente os que convergiam com o tema e as discussões propostas nesta dissertação. Os trabalhos pré-selecionados a partir de seus títulos e resumos foram pesquisados em sua íntegra, com o objetivo de verificar os seguintes aspectos: objetivo geral, referenciais teóricos,

metodologia, recorte temporal e fonte de pesquisa. Ressaltando que cada informação coletada foi retirada do próprio trabalho acadêmico, ou seja, definida e caracterizada pelo próprio autor. A partir do levantamento desses dados foram produzidos uma tabela e quatro quadros, gerando suas interpretações e discussões no decorrer do texto.

1.2 Resultados da investigação.

Os resultados foram dispostos em uma tabela e em quadros, seguidos da caracterização das pesquisas abordadas. Assim sendo, a tabela 1 é referente à quantidade de pesquisa que abordam a história da educação de jovens e adultos; e os quadros 1, 2 e 3 referem-se às pesquisas sobre educação formal e escolar, com os tópicos: escolas noturnas, grupos escolares noturnos e alfabetização de adultos; e o quadro 4, refere-se à educação popular, com o tópico programas e campanhas de alfabetização de adultos.

Com maiores detalhes, esses quadros apontam os títulos e autores das teses e dissertações, bem como as instituições de pós-graduação na qual esses trabalhos foram defendidos. Para efeito de análise e discussão, logo abaixo dos quadros, retratam-se os principais temas abordados, os períodos históricos, as fontes, as referências bibliográficas e as metodologias utilizadas em cada uma das pesquisas.

História da Educação de Jovens e Adultos: Sob esse tópico foi encontrado um número grande de trabalhos, 249 no total. A extensão do resultado, em relação à pesquisa pela palavra-chave *história da educação de jovens e adultos*, se deve pelo fato de se fazer uso dos acontecimentos históricos como introdução, contextualização ou ainda, caracterização do tema abordado. Nesse sentido, o montante de trabalhos encontrados não é necessariamente de cunho histórico ou pertencente às linhas de pesquisas históricas e os objetos de estudo que se apresentam são inúmeros e diversificados, perpassando pelos vários temas que a própria área da educação aborda.

Tabela 1 – Número de trabalhos acadêmicos com a palavra-chave: história da educação de jovens e adultos.

Ano de defesa	Nível	
	Mestrado	Doutorado
2007	40	5
2008	34	7
2008	40	5
2010	25	4
2011	41	10
2012	27	11
TOTAL	207	42

Observa-se, portanto, que a trajetória histórica da educação de adultos se apresenta, na maioria dos trabalhos, como ponto de partida para adentrar ao universo da temática abordada, para delimitar o espaço e o tempo da pesquisa. A maioria dos estudos investigados situa-se nas interfaces de diversas áreas do saber, assentando suas análises sobre fundamentos de natureza histórica e sociológica, apoiando-se em reconhecidos autores nacionais, dentre os quais se destacam Vanilda Pereira Paiva, que vincula o ideário da educação popular de adultos à natureza do Estado populista; Celso de Rui Beisiegel, que associa as mudanças educacionais às sociais; Sérgio Haddad que, ao realizar um perfil da educação nas décadas de 1970 e 1980, explicita as contradições internas do Estado burocrático e autoritário; e Paulo Freire no campo do ensino-aprendizagem, da teoria e prática da alfabetização de adultos.

Escolas Noturnas: Sob este tópico, foram identificados 53 trabalhos entre os anos de 2007 e 2012, que abordam especificamente o ensino de jovens e adultos no período noturno. A partir das leituras dos títulos e resumos, pode-se apontar que os trabalhos analisados caracterizam o ensino noturno em sua estruturação e problemas enfrentados, enfocando experiências localizadas das quais emerge a escola como organização administrativa e pedagógica, identificando avanços e enfrentamentos nas tentativas de solucionar problemas como a evasão e a repetência resultantes da inadequação curricular ao universo cultural dos jovens trabalhadores atendidos. Assim sendo, o

ensino noturno aparece nos trabalhos acadêmicos como extensão das mazelas do ensino diurno de modo mais agravado e cumprindo as funções de seletividade e hierarquização sociais, comumente identificados na escola. A irrelevância do ensino noturno remete-nos à marginalidade da educação de jovens e adultos no interior dos sistemas educacionais.

Das 53 teses e dissertações encontradas a partir da palavra-chave *escolas noturnas*, constatou-se que a maioria tem como objeto de investigação o ensino médio e profissionalizante voltado para o jovem trabalhador, totalizando 26 trabalhos. Com a especificidade escola noturna para jovens e adultos nos primeiros anos do ensino fundamental obteve-se como resultado 9 trabalhos. Para análise mais aprofundada foram selecionadas três dissertações de mestrado que investigam períodos históricos diferentes e que tratam de instituições escolares que atenderam especificamente a alfabetização de adultos oferecida no período noturno.

Quadro 1. Pesquisa com a palavra-chave: escolas noturnas.

Autor	Título	Nível	Defesa	Instituição
1. DAMASCENO, A. D.	"Escolas Nocturnas no Ceará: Ações e combate ao analfabetismo adulto na Primeira República".	Mestrado	01/09/2010	UECE Educação
2. VILELA, C. O.C.	"Escola Noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960)".	Mestrado	01/02/2011	UFU Educação
3. SOUZA, E. J. de.	"Alfabetização de adolescentes, jovens e adultos na primeira república: as escolas regimentais".	Mestrado	01/02/2011	UFMT Educação

A primeira, de Damasceno (2010) salienta o ensino noturno na Primeira República (de 1889 a 1930), abordando especificamente as escolas do Estado do Ceará e as concepções sobre o analfabetismo, proclamado no período como origem de “todos os problemas da nação” (p.23). Como fonte para esta pesquisa a autora utilizou as legislações voltadas para a instrução pública, bem como mensagens e correspondências

dos Presidentes do Estado do Ceará, além de jornais e periódicos veiculados no Estado estudado. A metodologia é descrita como histórica e documental, com fundamentos da História Nova. Os principais referenciais teóricos utilizados foram: Le Goff (1996); Beisiegel (1974); Paiva (1987); Basbaum (1986); Di Pierro (2000); Faria Filho (2003); Mortatti (2000), entre outros. Como resultado verificou-se a existência de três momentos distintos com caráter de estratégias de combate ao analfabetismo que iam se modificando de acordo com a alternância entre Estado e segmentos da sociedade, apresentando experiências e características da educação de adultos na Primeira República.

A segunda dissertação analisada, de Vilela (2011) aborda a história da criação e funcionamento da primeira instituição escolar de ensino noturno de Ituiutaba, MG, com o recorte temporal de 1941 a 1960. O objetivo geral da pesquisa era compreender o surgimento do ensino público municipal na esfera urbana e verificar a escolarização noturna primária no contexto educacional, político e econômico do país e do Município de Ituiutaba. A metodologia é descrita como bibliográfica e documental, tendo como fontes as legislações, o arquivo escolar, mensagens de Presidentes da República e do Estado de Minas Gerais, jornais e periódicos, fotografias, além de relatos orais de ex-alunos, ex-professores e ex-secretária da escola. Os principais referenciais teóricos utilizados foram; Beisiegel (1972 e 1974); Carvalho (2000); Faria Filho (2000 e 2003); Foucault (2001 e 2008); Lefebvre (2004); Nagle (2001); Paiva (2003), entre outros.

A terceira dissertação, de Souza (2011) tem como objeto de pesquisa a educação de adolescentes, jovens e adultos realizada pela Escola Regimental da Polícia Militar de Mato Grosso. As primeiras iniciativas do governo em alfabetizar a população adulta em Mato Grosso, datam do final do Império; com a abertura de escolas noturnas que não prosperaram. A dissertação tem como objetivo a reconstituição da história da Escola Regimental do Batalhão da Polícia militar de Mato Grosso, inaugurada em 1913 e destinada a alfabetizar as praças analfabetas que se alistavam na corporação. Pesquisando a documentação legal que regulamenta o funcionamento da Escola Regimental, relatórios de governo e de diretores da Instrução Pública; e, principalmente os boletins internos da Polícia Militar, a pesquisa enfatiza a discussão em torno da legislação, bem como, a relação dos alunos com a escola, com o batalhão e com a sociedade, no período de 1913 a 1927. A metodologia é descrita como histórica e documental, pautada nas seguintes referências bibliográficas: Lourenço Filho (1949), Paiva (2005), Soares e Galvão (2005), Beisiegel (2004), Cury (2007), entre outros.

Grupos Escolares Noturnos: Esse tema é composto por pesquisas que abordam a trajetória histórica de instituições escolares criadas especificamente para o atendimento de adultos. Com a expressão exata (grupos escolares noturnos) foram encontradas 12 trabalhos, publicados sob o período de investigação, 2007 a 2012. As pesquisas analisadas se propõem, em sua maioria, investigar as concepções presentes na legislação que criou essas escolas, percebidos como componente da política governamental para o ensino supletivo. A análise da legislação e de documentos oficiais constitui um ponto de partida comum das pesquisas, como também a análise das práticas decorrentes dos aspectos legais. Dos trabalhos encontrados, duas dissertações de mestrado foram selecionadas por investigarem especificamente os grupos escolares noturnos, objeto de estudo também desta dissertação.

Quadro 2. Pesquisa com a palavra-chave: grupos escolares noturnos.

Autor	Título	Nível	Defesa	Instituição
1. COHN, M. A. F.	“Do apito das fábricas ao toque dos sinos no grupo escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)”.	Mestrado	01/05/2008	UFJF Educação
2. RODRIGUES, A. S.	“Educação de Jovens e Adultos: Memórias do Grupo Escolar Noturno Visconde de Nacar em Maringá (1947-1958)”.	Mestrado	01/07/2009	UEM Educação

A primeira, de Cohn (2008), investiga os aspectos ligados à organização e funcionamento da escola noturna, o ordenamento normativo, a representação da escola noturna presente nos documentos, nos espaços, tempos, currículos, e principalmente, o conhecimento dos sujeitos que frequentaram o Grupo Escolar Estevam de Oliveira da cidade de juiz de Fora, MG. O recorte temporal refere-se aos primórdios da criação da escola noturna para mulheres adultas, em 1914 até 1946 e as fontes utilizadas foram: os documentos internos da escola e governamentais, relatórios de inspeção, livros de atas, fotografias, jornais, depoimentos orais e pesquisa bibliográfica. Sob a perspectiva da História Cultural, a pesquisa utilizou-se do levantamento bibliográfico e documental como metodologia. Destaque para o referencial teórico: Magalhães (2004), Faria Filho (2003) e Souza (2006).

A segunda dissertação, de Rodrigues (2009), objetiva recuperar a memória e a história da educação de adultos do Município de Maringá. O período histórico estudado foi de 1947 a 1958, início do atendimento do Grupo Escolar Noturno Visconde de Nácar. As fontes utilizadas foram documentos do arquivo escolar, legislação e entrevistas semiestruturadas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores da instituição. A metodologia é descrita como histórica e qualitativa, tendo como referencial teórico: Beisiegel (1974), Chartier (2002), Haddad e Di Pierro (1999), Vidal (2000, 2005), Thompson (2002), Paiva (2003), Le Goff (1989), Julia (2001), Faria filho (1998 e 2000), entre outros.

Alfabetização de adultos: A partir da busca pela palavra-chave *alfabetização de adultos*, foram encontrados 72 trabalhos. As experiências de alfabetização analisadas neste subtema são referentes às ações públicas nos planos locais ou municipais e suas conclusões referem-se a aspectos positivos e negativos surgidos ao longo da implantação dos diferentes projetos de alfabetização. Além disso, assinalam necessidades e carências para a realização de ações mais eficientes. Dentro deste tópico abrigam-se trabalhos de diversas vertentes, que vão desde formação de professores alfabetizadores, à educação inclusiva, educação no campo, métodos de alfabetização, práticas escolares, Paulo Freire, entre outras.

A maioria dos trabalhos analisados parte das memórias, dos relatos dos alunos quando do processo de alfabetização e analisam o discurso e as representações do senso comum, relativas à escola, à sociedade e ao trabalho. Os pressupostos ideológicos das ações educativas são examinados, principalmente pela análise dos documentos oficiais e dos relatos dos agentes públicos, relacionando-os à conformação dos projetos cujas debilidades são expostas em termos quantitativos e qualitativos, em suas práticas de ensino-aprendizagem.

Quadro 3. Pesquisa com a palavra-chave: alfabetização de adultos.

Autor	Título	Nível	Defesa	Instituição
1. GOMES, L. K. de S.	“Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza”.	Mestrado	01/04/2012	UFC Educação
2. SÁ, M. R. de.	“Analfabetismo e Alfabetização: representações de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos”.	Doutorado	01/06/2012	PUC/SP Educação

A dissertação de Gomes (2012) narra a história do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, no município de Fortaleza na década de 1970, a partir das memórias das professoras que lecionaram na época, abordando as bases políticas, filosóficas do MOBRAL, a partir da análise das concepções de alfabetização de Jovens e Adultos ao longo da História da Educação no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida com base nas lembranças de antigas professoras do MOBRAL, apresentando o cotidiano dessa experiência e recontando a história do programa governamental de grande impacto na trajetória de educação de Jovens e Adultos no país. Assim, a abordagem central deste estudo é a história oral, bem como a análise de documentos oficiais do programa e os anuários e tabelas do IBGE. Caracterizada como pesquisa histórica, a referência teórica se pauta em Beisiegel (1974 e 1984); Soares (1995); Freire (1983 e 1987); Gadotti (1986); Haddad (1991); Ribeiro (1992); Paiva (1984 e 1987) e Le Goff (1990).

A tese de Sá (2012) trata do analfabetismo de jovens e adultos como um problema histórico, como a negação de um direito constitucional, onde a condição de analfabeto reduz o exercício da cidadania no mundo contemporâneo. O trabalho desenvolve uma investigação sobre o analfabetismo por meio da análise de representações de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos, relacionando-as ao contexto socioeconômico e cultural e à formação docente. A metodologia é descrita como qualitativa com investigação etnográfica, realizada no ano de 2010, na comunidade de Muquém, descendente do Quilombo dos Palmares, localizada no município de União dos Palmares, no Estado de Alagoas. Os resultados da análise apontaram, na construção das representações das professoras sobre alfabetização

e analfabetismo, fragmentos de conhecimentos formais adquiridos, provavelmente, em ações de formação docente, leituras de material específico da área, como o livro didático utilizado nas classes de alfabetização, entre outros; crenças sedimentadas no imaginário coletivo sobre o analfabetismo e a alfabetização; saberes desenvolvidos em e sobre sua própria prática pedagógica no exercício da alfabetização; troca de experiências com seus pares em diversas situações, entre outras fontes de conhecimento. Entre as considerações conclusivas, o estudo aponta a importância de se priorizar, nas ações de formação docente, um princípio fundamental defendido por Paulo Freire, a reflexão crítica sobre a prática, possibilitando aos professores reverem suas concepções e reorientarem suas práticas pedagógicas. Além de Freire (1993) o estudo conta também com o seguinte referencial teórico: Lefebvre (1991 e 2006); Ferraro (2009); Souza (1999); Romanelli (1986); Haddad e Di Pierro (2000); Kleiman (2001), entre outros.

Educação Popular: Esse tema abrange a maioria das pesquisas acadêmicas sobre educação de adultos, pois discute a participação e autonomia dos movimentos sociais em projetos de educação de jovens e adultos nas parcerias entre Estado e sociedade civil, além disso, refere-se à educação para a cidadania, aquela que se processa nos movimentos sociais ou que têm como objetivo a formação da consciência crítica do cidadão. O período histórico abordado vai da primeira república ao final da década de 1990, abrangendo trabalhos que versam sobre Paulo Freire e suas obras. A partir da pesquisa junto ao Banco da CAPES, com a palavra-chave *educação popular*, obteve-se como resultado 284 trabalhos. Assim sendo, neste grande subtema, serão investigados os trabalhos que se atentam especificamente aos programas e campanhas de alfabetização de adultos.

Campanhas de Alfabetização de Adultos: Esse tema está estritamente relacionado aos movimentos de educação e cultura popular e aos movimentos sociais. Historicamente as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal surgiram no Brasil com propostas de redução dos elevados índices de analfabetismo e ao longo do tempo passou a ser característica das ações de políticas públicas destinadas à educação de adultos. Nesse sentido, esse tema é abordado por uma grande quantidade de trabalhos, a partir da palavra chave *campanhas de alfabetização de adultos* foram encontradas 64 dissertações e teses. Para efeito de destaque há diversas pesquisas sobre o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) década de 1970 e início de 1980 e o Brasil Alfabetizado e o Movimento de Alfabetização (MOVA) a partir de 2003. Do montante dos trabalhos analisados, destacamos uma dissertação de mestrado e uma tese

de doutorado que possuem como objeto de estudo a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos a CEAA, iniciada em 1947.

Quadro 4. Pesquisa com a palavra-chave: programas e campanhas de alfabetização de adultos.

Autor	Título	Nível	Defesa	Instituição
1.COSTA, D. M. V.	“A campanha de educação de adolescentes e adultos no Brasil e no Estado de Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador”.	Doutorado	01/06/2012	UFES Educação
2.SOUZA, A. P. V.	“Alfabetização de jovens e adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990”.	Mestrado	01/07/2007	UFMT Educação

A investigação de Costa (2012) analisa, sob a perspectiva histórica, a primeira iniciativa governamental de educação de adultos nas áreas rurais e urbanas no Brasil e no Estado do Espírito Santo, a CEAA. O período estudado é de 1947 a 1963 e as fontes utilizadas são os documentos oficiais e as produções didáticas elaboradas pelo Setor de Orientação Pedagógica da CEAA do Ministério da Educação e Saúde, distribuídas aos educandos do programa. A autora analisa o discurso desse material com base no conceito de *processo civilizador*, de Norbert Elias, justificando que o material da CEAA difundia um projeto civilizador por meio de temas como saneamento, pátria e educação. Pesquisa bibliográfica e documental, cujo referencial teórico pauta-se, além de Elias (1994), em Beisiegel (2008), Soares (1995), Haddad (2002), Monarcha (2010), Freitas (2002), Lourenço Filho (1953, 1957, 1978 e 2002), dentre outros.

As campanhas oficiais de alfabetização de jovens e adultos do Estado do Mato Grosso são analisadas na dissertação de Souza (2007), que abrange o período histórico entre 1947 a 1990, compreendido entre o início da CEAA e a extinção da Fundação Educar. As fontes utilizadas são: planos de governo, relatórios oficiais, mensagens governamentais, anais de congressos, relatos de experiências em seminários e narrativas de sujeitos que participaram do contexto histórico investigado. A pesquisa é definida como histórica, sob os pressupostos da História Cultural e da História Oral, sendo

referencial teórico: Alves (1998), Beisiegel (1974), Chartier (2002), Mortatti (2004), Soares (2003), Freire (1989), Freitas (2005), Lourenço filho (1953 e 1957), entre outros.

A partir da realização dessa revisão bibliográfica constatou-se que muitos dos autores utilizados nos trabalhos citados, também serão utilizados nesta dissertação, como por exemplo: Mortatti (2000 e 2004), Ferraro (2004), Souza (1999), Beisiegel (1974) e Paiva (1987 e 2003). Esses autores auxiliam na interpretação dos artigos de jornais e embasam teoricamente o contexto histórico, social e político abordados ao longo deste trabalho.

Além disso, como se poderá constatar especialmente no Capítulo 3, *A (re) construção da história dos grupos escolares noturnos de São Carlos*, essa revisão bibliográfica evidenciou que as iniciativas no campo da educação, mais especificamente da alfabetização, de adolescentes e adultos não foram exclusivas e nem originais ao município de São Carlos, SP, uma vez que se tratava de tendência em curso em âmbito nacional.

1.3 Os jornais como fonte de pesquisa histórica

A partir das últimas décadas do século XX começou haver um debate acerca do uso de jornais como fonte de pesquisa para a escrita da História. Até então, os periódicos foram excluídos da historiografia, pois eram considerados representantes de ideologias e interesses políticos. A imprensa, como um todo, era considerada uma fonte histórica duvidosa, resultado de visões parciais, de imagens distorcidas da realidade.

A mudança na forma de pensar e perceber o discurso da imprensa como objeto para o estudo da história e a utilização desta como fonte, só ocorreu a partir dos questionamentos veiculados pelo movimento da Escola dos Annales ou posteriormente a chamada Nova História, quando ressurgiu o interesse por novas fontes de pesquisa e principalmente quando o historiador deixou de almejar a imparcialidade em suas pesquisas. (KRENISKI e AGUIAR, 2011). Essa inovação foi se expandindo ao longo do século XX, em virtude das transformações teóricas que se processaram no campo do conhecimento histórico.

Os paradigmas da história tradicional foram duramente questionados pelo movimento da Escola dos Annales, que teve início em 1929, quando Lucien Febvre e Mark Bloch lançaram a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. Entretanto,

foi a partir da terceira geração⁴ dos Annales que novas perspectivas para as análises históricas foram lançadas, incluindo temáticas como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, entre outros temas que eram ausentes da área de estudo da história.

A partir de então, a historiografia sofreu influências de outras disciplinas e a história passou a enfatizar as questões sociais, o contexto e a estrutura, as pessoas comuns e a maneira como entendem o mundo, questões até então esquecidas. Segundo Kreniski e Aguiar (2011, p.2) estas mudanças só foram possíveis a partir da busca por novos modelos de estudo para reconstrução do passado e sua relação com o presente:

No princípio tínhamos uma história voltada somente para o econômico, o religioso e político, levando em consideração como fonte para pesquisa somente os documentos ditos oficiais. O historiador apenas ficava encarregado de transcrever e narrar o fato pesquisado de uma forma tradicional, agindo de forma imparcial. Dentro desse pensamento tinha a função de “resgatar” os feitos e eventos na figura dos grandes heróis e a partir daí fazer a narrativa. Esta forma de fazer pesquisa histórica esta estreitamente ligada ao pensamento positivista, deixando de lado a interpretação do historiador sobre a sua fonte, tornando-o neutro com relação ao fato a ser estudado.

Essas inovações no campo historiográfico trouxeram perspectivas abrangentes para o estudo de história. Luca (2005, p.114) aponta que “os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental”. Kreniski e Aguiar (2011) enfatizam também, que além do movimento da Escola dos Annales, debates levantados pela tradição historiográfica marxista contribuíram para que os historiadores tivessem a ampliação da perspectiva para novos estudos e novas fontes, quando passaram a ter importância temas como as lutas de classe, os excluídos da história, as relações entre produto e produtores, a história de gênero, da criança, do operário, das mulheres, não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história. Neste contexto, a utilização da imprensa escrita como fonte de estudo por meio da divulgação e análise do

⁴ A primeira geração é a dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, responsáveis pelo lançamento da revista Annales em 1929. Em 1956, Fernand Braudel tornou-se o diretor efetivo dos Annales e ocupou lugar dos mais destacados na historiografia. A terceira geração compõe-se de ampla plêiade de historiadores, entre os quais François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff e Pierre Nora. (LUCA, 2005).

seu discurso se tornou essencial para a compreensão das representações dos pensamentos e dos imaginários de determinadas épocas.

O historiador foi em busca de novas fontes que propiciassem não o estudo de um fato isolado, um feito, mas sim o estudo de um grupo ou de uma classe social, suas ansiedades e seus ideais. O interesse pelas práticas cotidianas, pela cultura popular, pelo informal “apresenta caminhos alternativos para a investigação histórica” (VAINFAS, 1997, p. 148) do que resulta uma série de desdobramentos, dentre eles destaca-se à ampliação da noção de documento e à utilização da imprensa enquanto fonte.

Com o decorrer dos anos 1980 a imprensa começou a ser reconhecida não só como fonte, mas principalmente como objeto, não sendo vista como portadora de verdades, mas como produtora de discursos; ela seleciona os fatos mais importantes, estabelece estratégias para narrá-los e silencia outros, construindo memórias e forjando identidades. Nem representação fiel da realidade, nem discurso distorcido da história: a imprensa é compreendida atualmente como prática social, como um campo composto por diferentes projetos, linguagens e representações de mundo, por tanto, possibilidade fecunda para as pesquisas históricas (LUCA, 2012).

Todos esses fatores formam as bases para que a imprensa seja utilizada enquanto fonte histórica e seja considerada um meio de acesso a muitas das reivindicações sociais, crises políticas, cotidiano e outras pistas sobre os sujeitos e a sociedade em determinado tempo. Esse contexto resultou aos estudos historiográficos a adoção de métodos interdisciplinares para investigar as indagações sociais. Ao assumir a tarefa de representar a sociedade na qual estão inseridos, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, que tiveram grande visibilidade histórica graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais.

De acordo com Luca (2012) atualmente, as pesquisas tem demonstrado que a imprensa, particularmente a impressa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros.

A imprensa, portanto, mais do que uma aproximação da educação, ela tem a capacidade de moldar uma cultura, padronizar a sociedade e é através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. O jornal centraliza as opiniões da elite intelectual e torna-se um elemento para captar as representações de

uma época. Segundo Luca (2012 p. 12) “a imprensa é parte da história de uma determinada comunidade, insere-se no processo de construção da cidade e enquadra-se no código de conduta social, enfim, é elemento integrante na construção do processo civilizador”.

O jornal, uma das fontes escolhida para este trabalho, abriu novas possibilidades de entendimento do panorama da educação de adultos no município de São Carlos, SP, pois apresentou relevantes discursos sobre o analfabetismo, como também auxiliou a interpretar as condições em que o Brasil se encontrava no período. Por meio das reportagens veiculadas, sobre a educação de adultos, buscou-se verificar os acontecimentos que estavam ganhando destaque nesse período, para que se pudesse narrar uma história mais próxima possível dos sentimentos sociais da época.

Os discursos de apelo social para a erradicação do analfabetismo no país tiveram como principal porta-voz a imprensa. De acordo com Capelato (1989) o cenário nacional no período entre 1920 e 1940 é caracterizado por um questionamento da política vigente; a sociedade estava se modificando e exigia reformas elaboradas por uma elite de “mentalidade moderna”. Essa reestruturação da sociedade exigia o fim do analfabetismo: “instrução para todos” em prol do progresso e a educação do povo deveria contar com a colaboração ampla da população: foi nesse âmbito que os representantes da imprensa atuaram com maior empenho.

Pode-se observar o apelo e o empenho da imprensa pelo discurso escrito pelo professor Nelson Stroili publicado em 27 de junho de 1946 na primeira página do jornal *A Cidade* de São Carlos, SP, que defendeu a atuação da imprensa em favor da educação (Figura 1):

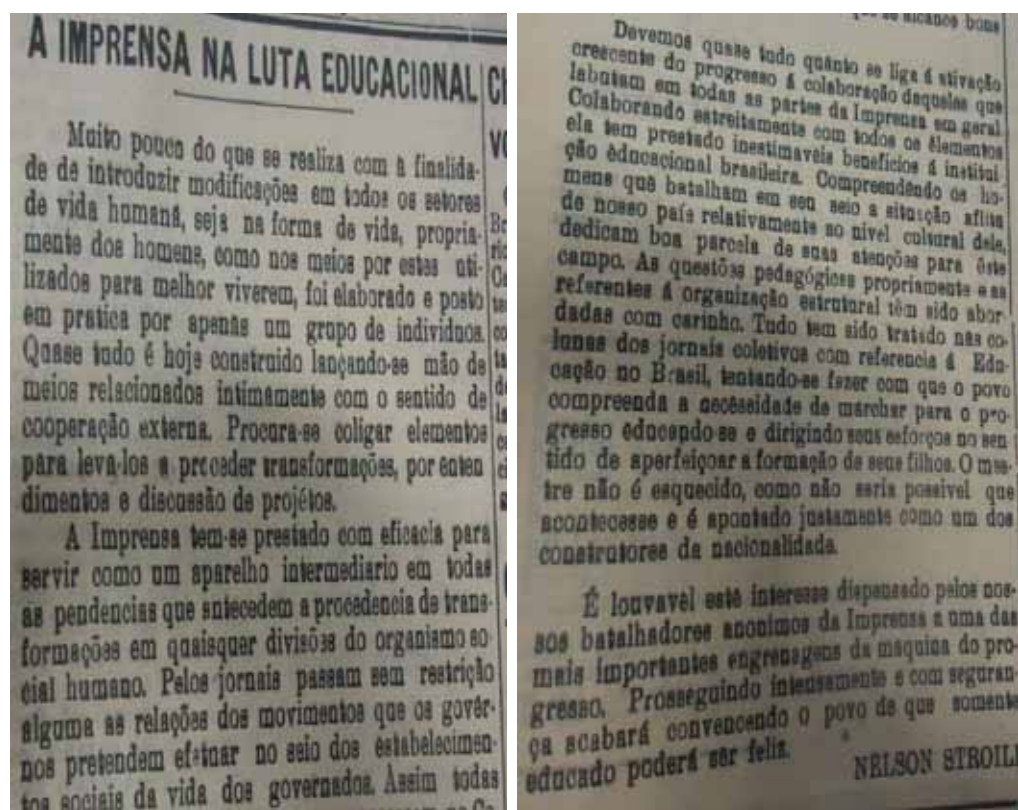


Figura 1: A imprensa na luta educacional (Nelson Stroili).
Fonte: Jornal *A Cidade*, São Carlos, SP, 27 de junho de 1946.

Em vista desses fatos, é notável a exaltação que os jornais davam a educação em geral, uma vez que mereciam enorme destaque, pois a imprensa diariamente acompanhava os acontecimentos do contexto escolar; com destaques a construção ou as reivindicações de novas escolas; início de matrículas; nomeação, transferências ou afastamento de professores; elogio ao trabalho de diretores, professores e alunos; a divulgação de processos e resultados de avaliação; informação do início e término do ano letivo; relatos de exposições, de formaturas, comemorações, bem como inferências ao poder público.

Criado em 1898 o *Correio de São Carlos* circulou no município por 50 anos e foi um dos periódicos mais importantes da região. Em suas páginas, além das notícias da cidade, apresentavam-se notas de outros jornais paulistas, como por exemplo, o *Correio de Campinas* e *A Cidade de Limeira* e de jornais da capital, como o *Correio Paulistano* e também de outros estados brasileiros como a *Gazetinha de Porto Alegre* e *Novidades do Sertão da Bahia*. Considerado um jornal independente, o *Correio* era publicado diariamente se tornando um dos principais porta-vozes da sociedade são-carlense. O primeiro número do *Correio*, publicado em 25 de outubro de 1898, traz em sua primeira página a declaração de intenções:

Não nos atormentará jamais a paixão política, que cega, domina e escraviza, nem tão pouco encontrarão guarida em nossas columnas as questiunculas pessoas que tão de molde assentam em caracteres atrabiliarios. Trabalhar pelo engrandecimento se São Carlos, pela riqueza, prosperidade do futuro município em que temos a ventura de viver e a tarefa, bem simples, que nos impuzemos. Para isso, solicitamos a boa vontade de todos e o auxilio poderoso daquelles que nos queiram acompanhar na estrada inesperada do jornalismo livre e independente.

Esse número noticia também, neste final de século, as eleições para senador e deputado e o alerta de mortes causadas pela febre amarela, além dos rotineiros registros cartorários, o obituário, a arrecadação de impostos pela prefeitura e a tabela com o preço do café na região. Na área educacional o periódico informa as datas dos exames escolares e nomes de professores e professoras particulares que preparavam os alunos para aqueles exames.

Vários foram os nomes de pessoas influentes na sociedade são-carlense, como também paulista, que gerenciaram e redigiram o *Correio de São Carlos*, embora do nome que assinava as publicações do periódico no ano de sua fundação, Arthur Augusto, não se tenha referências. Posteriormente, Amadeu Amaral, membro da Academia Brasileira de Letras e jornalista de *O Estado de S. Paulo*, foi redator do *Correio* entre os anos de 1907 e 1909. Nos exemplares da década de 1940, José Ferraz de Camargo assinava como diretor-proprietário do *Correio de São Carlos*. Editor, jornalista e proprietário da Typographia Camargo, “Zico do Correio” como era conhecido, organizou e publicou em 1928 o *Almanach Annuario de São Carlos*, importante fonte de pesquisa histórica sobre o município.

O jornal *A Cidade* foi fundado em 30 de janeiro de 1927 pelo jornalista e idealizador Antonio Fiorentino; no primeiro exemplar afirma que o município “necessitava de uma folha de caráter exclusivamente dedicado aos vitais interesses da cidade de São Carlos” (FIORENTINO, 1927). Após a sua morte, seu filho Nicolau Fiorentino assumiu a direção do vespertino *A Cidade* que trazia em todas as suas publicações o seguinte cabeçalho “órgão oficial da Prefeitura Municipal”.

Voltado para os assuntos políticos do município de São Carlos, SP e do país, *A Cidade* publicava as prestações de contas da prefeitura, a arrecadação de impostos, os editais de proclames, além das inúmeras propagandas, da previsão do tempo, das notas de falecimento, nascimento, aniversários e casamentos. Além disso, dedicava um caderno específico ao esporte da região e do interior de São Paulo.

1.4 O município de São Carlos pelo olhar da imprensa.

Para este trabalho, é importante recuperar como a sociedade são-carlense se formou e se transformou. A cidade de São Carlos, SP, sítio desta pesquisa, está localizada no interior do Estado de São Paulo na região centro-leste, a uma distância de 230 km da capital. Fundada em 1856, a vila de São Carlos do Pinhal foi elevada a cidade, desmembrando-se de Araraquara, em 1880. De acordo com dados do censo de 1950 a população total era de 47.731 habitantes, compreendendo os distritos de Água Vermelha, Ibaté e Santa Eudóxia. O município recebeu numerosas correntes migratórias, destinadas à agricultura e posteriormente à indústria, principalmente de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, sírio-libaneses e japoneses. Com aproximadamente 30% da população residindo na zona rural, o município sofreu com a crise cafeeira que abalou o país no início da década de 1930 e passou a cultivar a policultura (algodão, laranja, cereais, tomate, etc) e a pecuária, principalmente de leite (IBGE, 1958).

Em pleno desenvolvimento, ao longo das décadas de 1930 e 1940, São Carlos firmou-se no setor industrial, como por exemplo, na produção de lápis e geladeiras, com as maiores fábricas da América do Sul, a Johann Faber e a Indústria Pereira Lopes; além de fábricas de fiação e tecelagem, adubo, cola, correntes e pregos, entre outras. Citando os dados do IBGE, na década de 1950 o município possuía cerca de 320 indústrias, totalizando seis mil operários. A cidade possuía água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, serviço de entrega postal a domicílio, 3 linhas de bonde, 4 linhas de ônibus urbanos e mais de mil telefones instalados (IBGE, 1958).



Figura 2. Estação Ferroviária de São Carlos, SP. Ponto do bonde, 1939.
Fonte: Fundação Pró-Memória.



Figura 3. Avenida São Carlos, Igreja Matriz, 1940.
Fonte: Fundação Pró-Memória

Com mais de 40% de suas ruas pavimentadas, São Carlos, SP em meados do século XX, se caracterizava como uma cidade de traços modernos, ruas e avenidas largas e compridas, numerosas praças, piscinas e parques infantis. O *Almanach de São Carlos*, organizado e publicado em 1894 pelo jornal *A Empresa d'O Popular*, assim descreveu a cidade: “suas largas ruas, traçadas na direção de sul a norte e leste a oeste, cruzam-se em ângulos retos formando quarteirões iguaes” (p.48).

Em uma publicação extensa e bastante detalhada, no jornal *A Cidade*, em 1º de agosto de 1940, São Carlos, SP é visitada e descrita pelo colaborador do jornal *Correio Paulistano* Lelis Vieira, também Diretor do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo:

[...] Antes de mais nada, que cidade admirável! O Arquivo Municipal ora inaugurado é um trabalho altamente significativo. Com isso o Sr. Prefeito Carlos de Camargo Salles mostrou a sua notável compreensão de conservar o passado como vitórias e triunfos ancestrais. Visitamos a Piscina do Espraiado, magnífico recanto florestado, água rojante que abastece a população e serve devidamente para os grandes exercícios do esporte aquático. Dali passamos a ver a outra piscina no centro da cidade. Organização perfeita, ordem, disciplina, higiene, local maravilhoso, parque infantil, arborização lindíssima, tudo num esplendido conjunto de arte, finura e bom tom! Fizemos um longo *footing* por todos os ângulos da cidade. Em cada canto uma impressão, em cada trecho um embevecimento. Vimos o Aprendizado Agrícola “Adhemar de Barros”, modelo de planos organizados, fumo em produção, trigo, frutas, tudo pronto para formar técnicos agrícolas, competentes e especializados. No mundo esportivo, São Carlos está sendo o centro vivíssimo de todas as atenções! Pista de corrida de automóveis, pista de corrida livres e no meio um lindo campo de futebol. [...] Examinamos o campo de aviação. Otimamente situado! Voltamos a percorrer a cidade, a enorme cidade. Desta vez, de automóvel, cruzando os magníficos bondes elétricos, com 3 linhas de serviço de transporte. Edifícios suntuosos, como o Colégio das Irmãs, a cadeia em construção, os templos vastos, a Prefeitura, a Escola Normal, verdadeiro monumento arquitetônico [...]. Vimos o Seminário, o palácio episcopal, a escola Profissional, as residências solares, ruas com quilômetros e quilômetros de extensão, *quasi* todas calçadas [...] (VIEIRA, Lelis, Visita à São Carlos. *A Cidade*. São Carlos, SP, p.1, 1 de agosto de 1940).

Intitulada de “Cidade Sorriso” e de “Atenas Paulista” o clima ameno da cidade é elogiado diversas vezes nos jornais, bem como a sua localização geográfica e sua extensa estrada de ferro, descrita num artigo publicado em 1947, como tendo 267 quilômetros. Com intensa vida cultural, a cidade possuía a única editora do interior paulista, a *Editôra Didática*, bem como a sede da *Associação Jornalística do Interior* e um Centro de Cultura Artística.



Figura 4. Estação Ferroviária de São Carlos, SP, 1941.

Fonte: Fundação Pró-Memória.

Um marco importante do período é a criação da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), cujo funcionamento teve início em 1953. O censo de 1950 se refere ao município como sendo “centro educacional e cultural de grande importância na região, com acentuada função cultural e estudantil”, tendo uma rede educacional privilegiada para época, com os seguintes estabelecimentos de ensino: Primário – 106 escolas isoladas e 7 Grupos Escolares e 2 Grupos Escolares Noturnos; Secundário – 4 ginásios, 3 colégios, 2 de ensino industrial, 3 de ensino comercial, 1 de belas-artes, 1 conservatório musical, 1 seminário, 2 cursos Normal, 1 instituto de educação, 1 SESI e 1 SESC; Superior – Escola de Engenharia da USP e a Escola Superior de Educação Física. Em relação à alfabetização, o censo apontou que São Carlos registrava 64% da população de 5 anos e mais alfabetizada. Sendo 14098 homens e 12635 mulheres que sabiam ler e escrever (IBGE, 1958).



Figura 5. Praça Coronel Salles, 1940.
Fonte: Fundação Pró-Memória

Circulavam no período, com publicações diárias, três jornais impressos – *Correio de São Carlos*, *A Cidade* e *A Tarde*, além de seis boletins e uma revista. A imprensa são-carlense contava também com uma radioemissora, a Rádio São Carlos. Sendo utilizada como uma das fontes nesta pesquisa dois jornais impressos de maior circulação no período, o *Correio de São Carlos* e *A Cidade*, já abordados no tópico anterior.

1.5 Sociedade e urbanização nas páginas dos jornais.

O crescimento populacional gerou vários problemas na cidade de São Carlos, SP. Os principais jornais, por meio dos editoriais, artigos e colunas denunciavam constantemente o problema do menor abandonado e o crescimento da violência. Recebiam nas redações as reclamações da população e abriam espaço nos jornais para que o cidadão se manifestasse sobre problemas como: abastecimento de água, transporte público, pavimentação, serviço telefônico, fornecimento de energia, iluminação das vias públicas, saneamento básico, coleta de lixo, vagas nas escolas, construção de novas escolas e o aumento do custo de vida.

Os jornais cobravam solução dos poderes públicos e continuavam acompanhando os problemas por várias edições. Também participavam e apoiavam campanhas em prol de instituições de caridade, ou mobilizações da sociedade com algum fim específico. O movimento da população dos bairros periféricos pressionou os poderes públicos, exigindo abertura de mais vagas nas escolas e a instalação de novas escolas nos bairros.

Os periódicos sempre noticiavam os problemas dos bairros mais populosos, onde viviam as camadas mais baixas da população, principalmente os operários. Em 1941, o *Correio de São Carlos* divulgou uma manifestação dos moradores da Vila Prado, bairro industrial populoso, cujo único grupo escolar lá instalado já não atendia às crianças em idade escolar. O prédio, onde a escola funcionava, é descrito no artigo como sendo uma “residência alugada inadequada, anti-higiênica, anti-pedagógica, com salas abafadas, pequenas, mal iluminadas e insuficientes” (*Correio de São Carlos*, p.4, 22 de outubro de 1941). A manifestação em prol da construção de um novo grupo escolar denunciava que inúmeras crianças não conseguiram matricular-se no ano letivo de 1941 por falta de espaço físico e conseqüentemente de vagas. Reivindicando com urgência a construção de um prédio próprio em um terreno da prefeitura, localizado na própria Vila Prado.



Figura 6. Manifestação em prol da construção de um grupo escolar na Vila Prado.

Fonte: *Correio de São Carlos*, 22 de outubro de 1941.

Reclamações sobre a infraestrutura dos bairros como a falta de água, energia elétrica, péssimas condições das vias públicas eram comumente publicadas nos jornais.

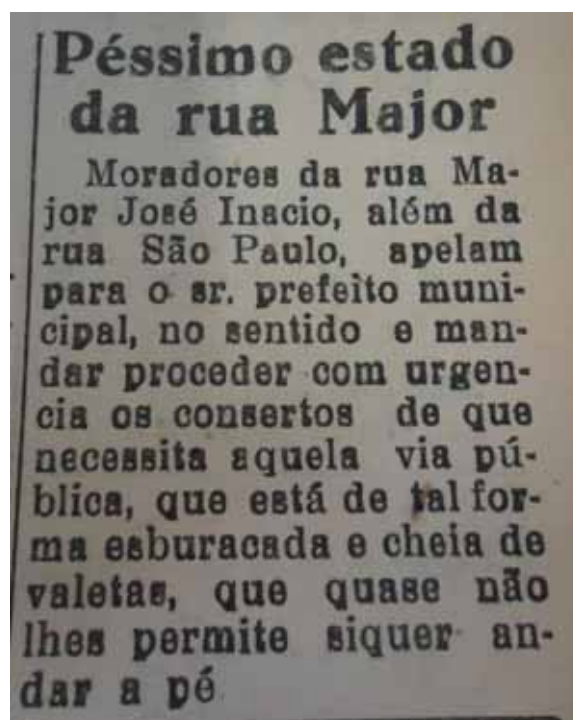


Figura 7: Péssimo estado da rua Major.
Fonte: A Cidade, 22 de março de 1948.

Os jornais analisados neste estudo mantinham também colunas sociais, nas quais retratavam as festas e eventos que aconteciam na cidade, além de anunciarem diariamente os aniversários, os casamentos, os nascimentos e os óbitos sempre de pessoas “ilustres” - a elite de São Carlos, SP. A cobertura dos eventos e festas como o carnaval, desfiles cívicos e algumas notas sobre formaturas, geralmente da Escola Normal Álvaro Guião, da Escola de Comércio e do Colégio São Carlos, dirigido pelas Irmãs Sacrementinas e bastante tradicional na cidade.

A sociedade que se formou em São Carlos, ao longo do século XX, foi fruto de um processo crescente de urbanização, decorrente de uma diversificação econômica que levou a indústria, o comércio e os serviços a exigirem e absorverem profissionais com as mais diversificadas qualificações. Por outro lado, houve um aumento expressivo da classe média, oriunda principalmente da expansão das profissões liberais e da burocracia estatal, gerada pelo aumento do funcionalismo público. Por fim, a própria elite também se diversificou.

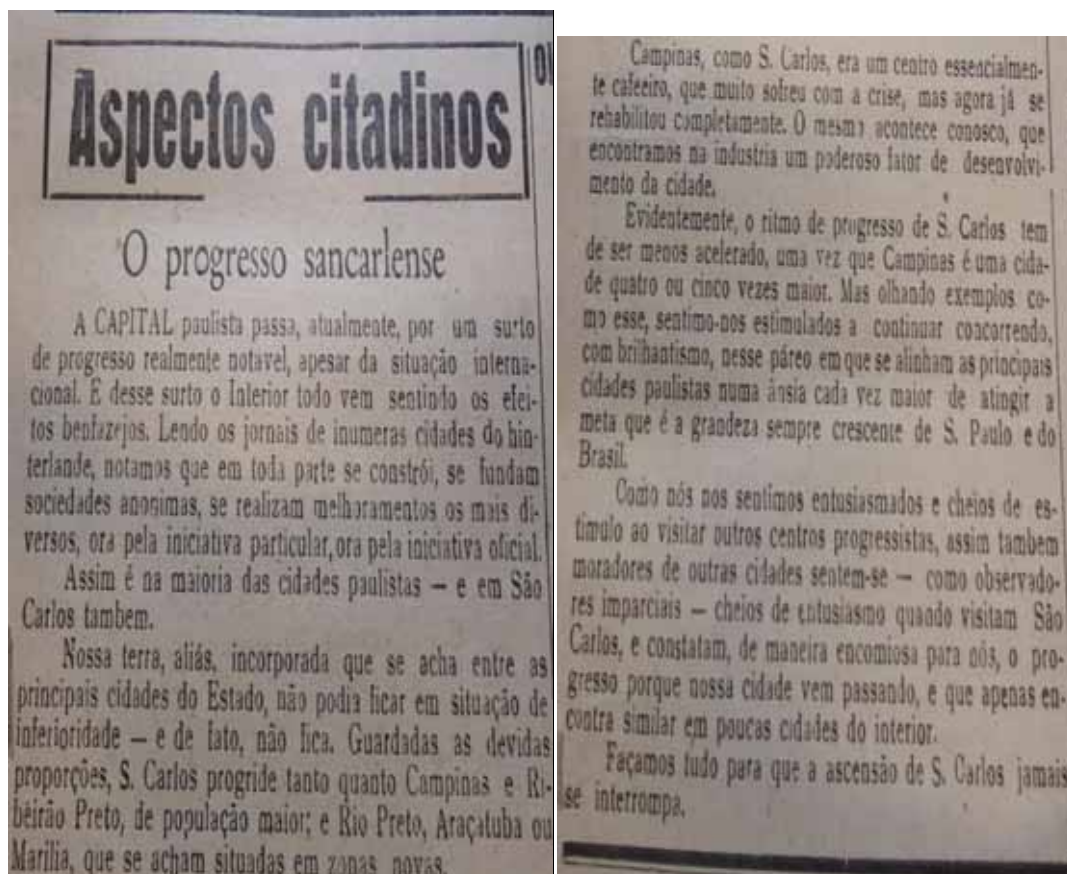


Figura 8. Aspectos Citadinos: O progresso Sancarlense.
Fonte: Correio de São Carlos, 13 de junho de 1942.

Existia uma elite formada por famílias tradicionais, descendentes da República do Café, que migraram seu capital para outras atividades econômicas. Outra parte desta elite era formada pelos “forasteiros imigrantes e migrantes” que souberam investir e enriquecer. Esta sociedade complexa e dinâmica estava retratada nos periódicos com suas reivindicações, publicidade, reclamações, cobertura social, festas, datas comemorativas.

Os jornais desempenharam um papel importante no cotidiano da cidade, ora informando, ora denunciando, em outros momentos dando voz à população. Também agindo como formador de opinião e educadores da sociedade, modelando modos de conceber o mundo e reforçando valores sociais.

Capítulo 2. Do analfabetismo à alfabetização de adultos: conceitos teóricos e os discursos da imprensa.

Numa grande cidade, o homem iletrado é elemento sempre dependente de outrem; nas pequenas povoações, ou no campo, homem ‘marginal’, ao qual não podem chegar, por via direta, os problemas de mais relevância na vida cívica; estão-lhes defesas, em grande parte, as conquistas da civilização e da cultura, no país e no mundo [...] o iletrado é obstáculo ao progresso [...] Organizar a educação de adultos, por onde quer que se torne necessária, será recuperar valores sociais quase perdidos, pela oferta de novas oportunidades; será concorrer para maior compreensão cívica e social; será, enfim, reforçar, por tôdas as formas, a estrutura da vida nacional. É ela, enfim, obra de organização social, de revigoração econômico e fundamentação democrática, necessária e urgente. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 171 e 185).

Quem é analfabeto? Aquele que não sabe ler e escrever, ou seja, quem não conhece ou não domina – decifra – as letras (alfa e beta: as duas primeiras letras do alfabeto grego). Se esta foi a sua resposta à pergunta inicial, você, querido leitor – naturalmente alfabetizado – é um analfabeto em questões de alfabetização e analfabetismo; ou seja, não sabe, não conhece, não domina a diversidade de acepções e matrizes que tal palavra e realidade colocam. (VIÑAO FRAGO, 1993, p.15).

As questões acerca das concepções de alfabetismo e analfabetismo surgiram posteriormente à escrita do projeto de pesquisa original; na verdade, se fortaleceram especificamente durante a investigação com a leitura dos artigos de jornais, utilizados como fonte neste trabalho. Ao analisar atentamente os títulos das primeiras páginas do *Correio de São Carlos e d'A Cidade*, dois dos principais jornais em circulação na primeira metade do século XX, saltou aos olhos a grande quantidade de artigos que versavam sobre o analfabetismo adulto no país, no estado de São Paulo e no próprio município de São Carlos, SP.

Num primeiro momento, as questões em relação à quantidade relevante de artigos sobre o tema foram respondidas pelas transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo das décadas de 1930 a 1950, particularmente as referências à urbanização e à industrialização, na qual se estabelecia a relação direta entre a

alfabetização e o desenvolvimento econômico nacional. Porém, esse discurso amplamente difundido nos artigos de jornais pesquisados, não indicava um caminho de reflexão e aprofundamento teórico sobre a questão. Fazia-se necessário interpretar e analisar esses discursos por meio de referenciais teóricos.

Ao considerar a necessidade de compreensão de diferentes aspectos sobre os processos de ler e de escrever, o referencial teórico utilizado neste capítulo se pauta em estudos nas perspectivas históricas, sociais, culturais e antropológicas sobre os conceitos de alfabetismo e analfabetismo, fazendo uso de autores como: Viñao Frago (1993), Cook-Gumperz (1991), Graff (1990), Magalhães (2001), Mortatti (2000 e 2004), Ferraro (2004), Beisiegel (1974) e Paiva (1987).

A partir desse referencial realizou-se uma análise e interpretação dos artigos de jornais publicados ao longo da década de 1940, cujo tema central é o combate ao analfabetismo. Foram catalogados nesta pesquisa 54 artigos (Quadro 5), publicados em sua maioria nas primeiras páginas dos jornais *Correio de São Carlos* e *A Cidade*. Neste capítulo, trechos de vários desses artigos são abordados com o objetivo de dar um panorama geral das discussões sobre as relações analfabetismo e educação escolar que emergiam no período. São destacados os discursos que exaltam a educação e a alfabetização do povo como sendo a salvação nacional e o grande número de adultos analfabetos como um mal que precisa ser sanado.

Quadro 5. Artigos sobre educação e analfabetismo			
	Fonte	Título do Artigo	Data de Publicação
1	Jornal: A Cidade	O Professor e a Educação (Nachiketas)	29/01/1940
2	Jornal: A Cidade	Índices do Progresso e da Cultura	08/02/1940
3	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetização ou Saúde? (Paulo de Campos Moura)	26/03/1940
4	Jornal: A Cidade	Brasileiros, A postos! (O recenseamento de 1940)	29/04/1940
5	Jornal: A Cidade	Homem e Inteligência (Orville de Andrade)	20/06/1940
6	Jornal: Correio de São Carlos	Polemicas impatrióticas sobre a alfabetização (Paulo de Campos Moura)	23/01/1941
7	Jornal: A Cidade	A Necessidade de Saber	11/07/1941
8	Jornal: A Cidade	Novos métodos no combate ao analfabetismo.	01/08/1941
9	Jornal: A Cidade	Higiene, Educação e Saúde (Dy Wanderley)	23/11/1941
10	Jornal: Correio de São Carlos	Escolas ou Canhões? (Paulo de Campos Moura)	06/03/1942
11	Jornal: Correio de São Carlos	O dono da alfabetização no Brasil (Paulo de Campos Moura)	17/04/1942
12	Jornal: A Cidade	O Estado Novo e os Homens Novos (Batista Pains)	09/07/1942
13	Jornal: A Cidade	O ensino no Brasil	23/10/1943
14	Jornal: A Cidade	Um problema Urgente (Batista Pains)	06/11/1943
15	Jornal: Correio de São Carlos	Quando... (Paulo de Campos Moura)	25/09/1944
16	Jornal: A Cidade	São Carlos precisa despertar! (Transcrito d'O Contador)	05/11/1944
17	Jornal: A Cidade	Três Problemas	03/01/1945
18	Jornal: A Cidade	O progresso de São Carlos na eloquência dos números (Vicente Arruda Camargo)	28/02/1945
19	Jornal: A Cidade	Expansão educacional	07/04/1945
20	Jornal: A Cidade	Escolas para São Carlos (Nelson Stroill)	02/01/1946
21	Jornal: A Cidade	Trinta Milhões de Analfabetos (Santos & Santos S/A. Bertoldi).	27/03/1946
22	Jornal: A Cidade	A educação brasileira (Nelson Stroill)	06/05/1946
23	Jornal: A Cidade	Um exemplo que deve ser imitado (Carlos Alberto dos Santos)	16/07/1946
24	Jornal: A Cidade	A luta contra o analfabetismo no México (André Ortega)	29/08/1946
25	Jornal: A Cidade	Sejamos Unidos! (Maria Luiza Caleiro Narciso)	07/09/1946
26	Jornal: A Cidade	Vamos Ler? (Lima Rilles – Exclusividade de Santos & Santos S/A)	05/10/1946
27	Jornal: A Cidade	Cultura e Progresso (Tristão dos Vales - Exclusividade de Santos & Santos S/A).	11/11/1946
28	Jornal: A Cidade	Instrução Pública	25/01/1947
29	Jornal: A Cidade	22 milhões de analfabetos no Brasil.	04/02/1947
30	Jornal: A Cidade	Alfabetização de Adultos	06/02/1947
31	Jornal: A Cidade	Ensino Primário nos Municípios (Tristão dos Vales)	25/03/1947

32	Jornal: Correio de São Carlos	Iniciada em S. Carlos a Campanha de Pró-Alfabetização de adultos	02/04/1947
33	Jornal: A Cidade	Campanha de Alfabetização Geral	07/04/1947
34	Jornal: Correio de São Carlos	Em pleno desenvolvimento a campanha pró-alfabetização de adultos	09/04/1947
35	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha Humanitária (Cajucy Accioly Wanderley – Diretor do G.E. Dom Gastão)	09/04/1947
36	Jornal: A Cidade	Campanha de Educação de Adultos (Maria Luiza Caleiro Narciso – Diretora do G.E. de Vila Nery).	10/04/1947
37	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos (Maria Luiza Caleiro Narciso – Diretora do G.E. de Vila Nery)	13/04/1947
38	Jornal: A Cidade	Campanha Humanitária (Cajucy Accioly Wanderley – Diretor do G.E. Dom Gastão).	13/04/1947
39	Jornal: A Cidade	Pela Instrução (Octavio Monteiro de Castro – Diretor do G.E. Cel. Paulino Carlos).	15/04/1947
40	Jornal: A Cidade	Campanha de educação (Riles)	17/04/1947
41	Jornal: A Cidade	Inauguração dos cursos de alfabetização de adultos.	19/04/1947
42	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetizar! (Wamberto D. Costa)	20/04/1947
43	Jornal: Correio de São Carlos	Valiosa Contribuição à Campanha de Alfabetização de Adultos	20/04/1947
44	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos (Declaração do prof. Alberto Rovai)	14/05/1947
45	Jornal: Correio de São Carlos	Boa Vontade, força que move campanha.	11/06/1947
46	Jornal: Correio de São Carlos	Educação.	27/04/1947
47	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetização e municipalismo	27/07/1947
48	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetização de adultos	06/08/1947
49	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de alfabetização em São Carlos	20/10/1948
50	Jornal: Correio de São Carlos	Biblioteca do Alfabetizado	13/03/1949
51	Jornal: Correio de São Carlos	A Campanha de Educação de Adultos em São Carlos	23/03/1949
52	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos em São Carlos	01/05/1949
53	Jornal: Correio de São Carlos	Sancarlense!	22/06/1949
54	Jornal: Correio de São Carlos	Nossos Milhões de Analfabetos!	04/10/1949

Os artigos retirados do *Correio de São Carlos* e *A Cidade* foram escritos por diversos autores e, em sua maioria, publicados em outros jornais da região e da capital paulista. O jornal *A Cidade* apresenta notas em seus artigos que indicam a publicação dos mesmos em outros jornais como, por exemplo: *Transcrito d'O Contador*; *Exclusividade de Santos & Santos (Publicidade S/A)*; *Colaboração de Correio Paulistano*, *A Cidade de Ribeirão Preto*; entre outros. Foram encontrados também, artigos publicados em ambos os jornais, mas em dias diferentes, como observado no Quadro 5 os artigos classificados com os números 35 a 37. Destaca-se, ainda, os vários artigos escritos pelos editoriais, que no caso não possuem uma assinatura autoral.

Analisando o quadro, observa-se que a maioria dos artigos, destacando a importância da alfabetização e do acesso à escolarização, foram publicados no ano de 1947, chegando a 21 artigos nesse único ano; período esse de implantação da 1ª Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no município de São Carlos, SP e a sua difusão em todo território nacional, ampliando-se, portanto, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil.

Ao longo deste capítulo, as discussões divulgadas pela imprensa são-carlense sobre o analfabetismo adulto serão analisadas a partir dos estudos sobre leitura e escrita, a fim de se compreender as diferentes e complexas relações imbricadas sobre os conceitos de alfabetismo e analfabetismo e, as relações que elas estabelecem com vários fatores, especificamente: com a escolarização, com os processos de aquisição da escrita e da leitura, com os fatores ideológico-culturais, com as condições econômicas, sociais e urbanas, com a religião, bem como a relação entre oralidade e escrita, tipos de linguagens e diferentes culturas. O objetivo desta análise é evidenciar a complexidade de se definir o conceito de alfabetismo e sua negação o analfabetismo, pois são definições construídas socialmente e historicamente, mutáveis, temporais e permeadas por discursos ideológico-culturais.

2.1 Conceitos e pré-conceitos sobre alfabetismo e analfabetismo.

O conceito de analfabetismo foi histórica e socialmente elaborado à medida que a alfabetização foi se constituindo como norma e necessidade para o desenvolvimento do homem na sociedade moderna. Dessa forma, o conceito é constituído no mesmo processo que produz o seu contrário, a alfabetização, que, na perspectiva civilizatória, caracterizaria a condição normal do homem contemporâneo, civilizado e cidadão.

A noção de alfabetização em sua definição tradicional – capacidade de ler e escrever – é o ponto de partida, pois uma vez possuindo essa capacidade, podem-se exercer outras habilidades sendo a alfabetização um fenômeno socialmente construído. De acordo com o referencial teórico pesquisado e abordado neste trabalho, não é possível falar de uma alfabetização, mas de *alfabetizações*, no plural. Para cada sociedade, contexto e tempo abordam-se diferentes níveis de cada uma delas.

Cook-Gumperz trata em seu livro *A Construção Social da Alfabetização* (1991) da trajetória de alfabetizações múltiplas à alfabetização escolar, discutindo, por meio do enfoque histórico, as relações entre alfabetização e escolarização. Para essa autora, a alfabetização nos últimos 50 anos no Ocidente, não se dissocia do processo de escolarização; o que indica que a alfabetização foi sendo redefinida dentro do contexto de escolarização. A autora faz um resgate das comparações possíveis entre esses processos, incluindo a mudança cognitiva e o desenvolvimento econômico, salientando que essas relações utilizam um parâmetro ocidental e letrado na definição do conceito em questão, no caso, a alfabetização.

Historicamente, o domínio da leitura e da escrita, ao ser alcançado mediante a interação informal em grupos específicos, precedeu o desenvolvimento de um sistema de educação em massa. Assim, apesar de no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tanto a alfabetização quanto a escolarização, terem sido ampliadas, a ligação entre elas apenas foi constituída durante o século XX. Como destaca Cook-Gumperz (1991, p.34):

[...] pode-se argumentar que a mudança a partir do século XVIII não foi do total analfabetismo para a alfabetização, mas sim de uma multiplicidade dificilmente estimada de alfabetizações, de uma ideia *pluralista* acerca da alfabetização como um conjunto de diferentes habilidades relacionadas com a leitura e escrita para muitas finalidades e seções da população de uma sociedade, até uma noção de *alfabetização escolar* única, estandardizada, do século XX.

A utilização do termo *alfabetizações*, no plural, sinaliza a multiplicidade das práticas sociais de leitura e de escrita frente à padronização imposta pelo sistema escolar. A autora aponta em seu livro, que durante o século XVIII, na Inglaterra, anteriormente à escolarização organizada e, em muitas regiões, antes da industrialização, uma cultura letrada ativa estava presente na vida das pessoas. Nesse período, a capacidade incipiente de leitura e assinatura do nome tomou uma nova

roupagem, chegando à habilidade de ler novos materiais e de adquirir informações originais. Livros, folhetos, almanaques, cartazes com conteúdos sociais, políticos e recreativos povoavam, portanto, ambientes rurais e urbanos, não se restringindo, apenas, a classes ou grupos determinados. A participação intensa em contextos sociais era, portanto, a alavanca para aprender a ler e a escrever, assim sendo, a alfabetização não era transmitida em instituições específicas, mas adquirida por meio das relações sociais.

Em 1870, com a introdução da escolarização pública obrigatória na Grã-Bretanha, mais da metade da sociedade fora considerada alfabetizada, mesmo que de forma restrita, já que a lei reconhecia as práticas populares desenvolvidas antes desta data. Nesse período, a crescente e gradual alfabetização teve consequências inesperadas para a classe trabalhadora que vislumbrava nela, e na escolarização, a melhoria da qualidade de vida. Foi a partir do advento sistemático da alfabetização e da escolarização que a diferenciação por meio do progresso escolar passou a ser evidenciada, compondo uma nova cisão na sociedade, entre os escolarizados e os não escolarizados, e que uma nova forma de controle social começou a ser exercida através do currículo. Cook-Gumperz (1991, p.40) afirma:

O objetivo maior da escolarização em massa, portanto, era controlar a alfabetização e não promovê-la; controlar tanto as formas de expressão quanto o comportamento que acompanham a passagem em direção à alfabetização. O desenvolvimento da escolarização pública passou a basear-se na necessidade de atingir-se uma nova forma de treinamento social, para transformar os trabalhadores domésticos ou rurais em força de trabalho operário.

Em síntese, a partir do século XVIII até o final do século XIX, duas correntes de mudança social resultaram na ampliação da alfabetização e no desenvolvimento da educação pública. A primeira delas refere-se à cultura letrada da sociedade em geral que caracterizava a alfabetização e a conquista da escolarização como intrínsecas ao desenvolvimento pessoal e individual dos sujeitos. Depois, foi restrita a características comportamentais e morais de cunho disciplinador, instituindo as competências escolares. A segunda corrente diz respeito ao advento da escolarização que, inicialmente, estava relacionado aos movimentos de alfabetização popular para, após isso, permanecer ligado à educação dos trabalhadores. A força da cultura popular da alfabetização, portanto, estava sob o controle da escolarização.

Voltando o olhar para a sociedade brasileira, no contexto histórico-social das décadas de 1930 e 1940, a partir dos artigos de jornais analisados nesta pesquisa, destaca-se o empenho de mostrar para a sociedade os males que o analfabetismo causava para o país, os discursos da imprensa arrolavam metas não alcançadas pelo Brasil devido seu alto índice de analfabetos. A alfabetização das massas era sinônimo de civilidade e, descrita como sendo o caminho para o progresso econômico, industrial e urbano tanto do município de São Carlos, SP quanto do país. É o que revelam os trechos de cinco artigos publicados no *Correio de São Carlos* e *n'A Cidade* reproduzidos a seguir:

Existirá porventura algum país rico, forte e poderoso cujo povo seja analfabeto? Haverá algum povo culto que viva num país pobre, fraco e miserável? O progresso das nações cresce na justa proporção da cultura dos povos. Um país civilizado é aquele que condensou no curso dos séculos o poder intelectual do povo. Da ignorância surgem a peste, a fome, as trevas dentro das quais vivem as desgraças, os infortúnios, a decadência e o retrocesso. (MOURA, 1942)

Quando for idoneamente resolvido o grave problema do analfabetismo que intercepta todas as iniciativas de engrandecimento nacional [...] o Brasil surgirá como se fora uma catedral e a civilização se exemplificará através do mapa do Brasil e da grandeza dos brasileiros. (PAINO, 1942).

É preciso, é urgente, é imperioso que não haja analfabetos no Brasil, para que ele possa figurar, sem pejo, entre as nações civilizadas que, fatalmente, terão em suas mãos, as rédeas do governo do mundo inteiro. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1944).

Debelada essa praga, que nos vai minando o organismo do país há de se ver surgir a Pátria mais rica, consciente dos seus problemas e da sua grandeza. Valerá, pois, a pena o sacrifício de todos em favor da solução do maior problema que nos aflige – o analfabetismo. (BERTOLDI, 1946).

Reside na educação nacional o fator máximo da unidade nacional, grave problema para o nosso extenso país. Para manter a unidade nacional, nada mais eficaz do que a difusão do ensino. O adulto iletrado não goza dos benefícios da alfabetização e fica à margem da vida política da pátria. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1947).

A ênfase dada à educação, mais especificamente à alfabetização como responsável por sanar todos os problemas nacionais era um meio de chamar a atenção para a necessidade de universalizar a instrução elementar; mas não só isso, como destaca Paiva (1987, p.28), “cumpria também uma finalidade menos consciente: a de mascarar a análise da realidade, deslocando da economia e da formação social a origem dos problemas mais relevantes”. Problemas que até então se circunscreviam às esferas estaduais de poder – os da educação popular, entre outros – examinados, a partir da década de 1930, sob uma perspectiva mais ampla, passam a se definir como problemas nacionais.

Nessa perspectiva, gradativamente, ao longo das décadas de 1930 e 1940, constituíram-se condições políticas, jurídicas, técnicas e administrativas que permitiram uma atuação mais ampla do Governo Federal no campo da educação. Beisiegel (1974) assinala que a educação reivindicada para todos os brasileiros se apresentou nesse período como “condição”, como “requisito” ou mesmo como “fator” de desenvolvimento nacional. O ensino da população adulta começou a ganhar destaque como problema distinto à difusão do ensino entre a população em idade escolar a partir, dentre outros fatores, da retomada de consciência acerca do alto índice de analfabetismo demonstrado no Censo de 1940.

Sobre o Censo de 1940, os jornais enfatizavam a importância da participação efetiva da população, respondendo corretamente às questões, para que se soubesse a real condição do país em relação ao número de analfabetos, à saúde, à segurança, à higiene, entre outros. No artigo destacado abaixo do jornal *A Cidade*, pode-se observar que a questão central é o analfabetismo com objetivo de combatê-lo, daí a necessidade de se descobrir quantos são e onde estão os analfabetos.



Figura 9: Novos Métodos no Combate do Analfabetismo.
Fonte: Jornal A Cidade, 01 de agosto de 1940.

As reivindicações acerca da alfabetização da população adulta reflete a efervescência nacional do período, assim como a vinculação da escolarização à ascensão social, ao progresso nacional, à modernidade e à civilidade do povo, ou seja, da educação como redentora dos problemas da nação e o analfabetismo considerado como uma doença, um mal que precisava ser erradicado; eram temas amplamente tratados nos jornais, sendo utilizados exemplos e comparações entre países para comprovar a importância da alfabetização para toda a população, como destacam esses trechos de artigos do *Correio de São Carlos* e de *A Cidade*:

O reerguimento do Japão deve o seu triunfo à instrução das massas. O levantamento da Itália foi devido às intensas propagandas educacionais. A França é grande porque é culta. A Alemanha é poderosa porque sua população é rigorosamente preparada. A grandeza da Inglaterra tem sua origem no desenvolvimento intelectual do povo britânico. O poderio americano é baseado na cultura técnica

do povo. A Suécia, a Noruega, a Holanda, a Dinamarca e a Austrália alcançaram o apogeu de suas forças produtoras por causa dos conhecimentos científicos de seus habitantes. E a China, a Espanha, a Irlanda, Portugal, Brasil e a maior parte dos países sul-americanos porque rastejam na pobreza dos seus territórios? Não há dilemas, problemas, enigmas ou dúvidas. A humanidade atravessa um momento trágico de sua vida. Supremacia terão os povos cultos. Escravidão terão os povos ignorantes. (MOURA, 1942).

Todo cidadão mexicano que sabe ler – ou cidadã, bem entendido – deve alfabetizar outro, menor ou maior, contribuindo assim para sanear a cegueira dos analfabetos. Na verdade, é uma realização das mais meritórias do mundo, a Lei de 21 de agosto de 1944 – a Campanha contra o analfabetismo no México, entregue ao povo mexicano. [...] É também obra digna de ser admirada, sempre elogiada e mesmo imitada por estas paragens. (ORTEGA, 1946).

Fala-se do Japão, mas não se recorda que é um povo onde a cifra de analfabetos não vai além de vinte por cento, quando não estaríamos exagerando se dissesse que no Brasil oitenta por cento de sua população desconhece as letras do alfabeto da própria língua. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1947).

Interpretando os discursos sobre as relações entre a alfabetização e o crescimento econômico, que esses artigos difundiam pressupostos ideológicos que se legitimaram ao longo do tempo. As exigências produtivas, comerciais, sociais e políticas corroboravam com a necessidade de que todo adulto soubesse ler e escrever, era o novo ideário social mundial.

O autor Graff, em seu livro *O Mito do Alfabetismo* (1990), propõe diferentes perspectivas sobre o alfabetismo ao questionar os seus supostos efeitos e consequências no desenvolvimento socioeconômico, na ordem social e no progresso individual dos sujeitos. O autor atenta para o fato de que, por meio da exacerbada valorização do alfabetismo, o contexto sócio-histórico no qual ele está inserido acaba sendo desconsiderado.

No mundo antigo, na época clássica e na Idade Média a palavra falada permanecia intensa e influente e, o alfabetismo se difundia, um processo de interação recíproco envolvia o oral e o alfabético. A leitura, por muitos séculos, teve um caráter oral e coletivo, diferentemente da atividade individual e silenciosa contemporânea.

Graff (1990, p. 44) estabelece um paralelo cronológico entre a espécie humana, a escrita, o alfabetismo e a imprensa:

[...] A cronologia é devastadoramente simples: o *homo sapiens* como espécie tem cerca de um milhão de anos; a escrita data de aproximadamente 3.000 a.C., de forma que tem aproximadamente 5.000 anos (0,5 por cento da existência da humanidade); o alfabetismo ocidental data de cerca de 600 A.C., o que o faz ter aproximadamente 2.600 anos (0,26 por cento da vida da espécie); e a imprensa data dos anos 1450 [...].

Para explicitar a complexa história do alfabetismo, Graff (1990) apresenta tanto as continuidades quanto as rupturas históricas da sociedade e da cultura ocidentais. A relação entre o alfabetismo e a religião constitui-se como um dos legados mais significativos, já que a alfabetização em massa ocorreu, em determinadas regiões, através da reforma religiosa no Ocidente. Em contrapartida, recorrendo a fatos históricos, Graff (1990) enfatiza que não há a possibilidade da existência de uma relação direta entre alfabetização e desenvolvimento social e econômico.

Para Graff (1990, p.51), “a história do alfabetismo sugere claramente que não existe uma rota única para o alfabetismo universal” e traz como exemplo, o alfabetismo de massa conquistado na Suécia, que não teve influência nem da escolarização formal, nem do desenvolvimento econômico ou cultural, mas dos esforços conjuntos entre a Igreja Luterana e o Estado durante a Reforma Protestante. Desde o século XVIII, todas as pessoas, inclusive mulheres, tinham o alfabetismo de leitura como uma exigência legal. A partir da metade do século XIX, a escrita foi incorporada, por um sistema escolar, ao alfabetismo popular. Além da terra escandinava, Graff (1990, p. 54) afirma que “as outras únicas áreas que alcançaram tão plena e rapidamente níveis quase universais de alfabetismo antes do fim do século XVIII foram lugares de religião intensamente fervorosa”.

O autor ilustra, com outros exemplos, que as demandas por força de trabalho que possibilitaram o desenvolvimento das trocas comerciais, da Idade Média até o século XIX, ou mesmo o impulso industrial, não se correlacionaram diretamente às habilidades alfabéticas ou às taxas de escolarização da população. Graff (1990, p.48) destaca que, “na Inglaterra, o desenvolvimento industrial não dependeu de uma força de trabalho

alfabetizada nem foi propulsor do aumento dos níveis de alfabetismo da população”. A primeira fase de industrialização e urbanização inglesa (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX) não requeria mão de obra qualificada, mas mera força de trabalho físico, utilizando massivamente o trabalho de mulheres e crianças.

A partir do século XIX, líderes sociais, econômicos e religiosos perceberam que o alfabetismo, quando “fornecido em instituições formais controladas, criado expressamente para o propósito da educação e estreitamente supervisionado, poderia ser uma força poderosa e útil na obtenção de uma variedade de importantes fins” (Graff, 1990, p. 54). Assim, o alfabetismo tornou-se uma forma de manter a ordem, a integração e a coesão social.

Tais fatores foram significativos posteriormente, em outros períodos e em outras localidades. A preparação da futura força de trabalho para a conduta, os ritmos e a disciplina exigida na fábrica foi realizada por meio do desenvolvimento escolar, no qual o alfabetismo desempenhava um papel primordial no processo de “treinar em ser treinado”. Não se trata, aqui, do alfabetismo alfabético, mas de um tipo visual, experimental. Graff (1990, p. 51) reitera a necessidade da definição do conceito, assinalando que é preciso fazer uma distinção entre suas várias raízes que, apesar de carregarem suas especificidades, estão relacionadas: “o alfabetismo alfabético, o visual e o artístico, o espacial e o gráfico, o matemático, o simbólico, o tecnológico e o mecânico, entre outros tipos”.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender o conceito de alfabetismo apresentado por Graff (1990, p.34) que aponta três etapas necessárias para compreensão e interpretação do conceito. Primeiramente, é necessária “uma definição consistente que sirva comparativamente ao longo do tempo e através do espaço. *Níveis básicos ou primários de leitura e escrita* constituem os *únicos* sinais ou indicações razoáveis que satisfazem esse critério essencial”. As fontes para o estudo histórico do alfabetismo (censos, testamentos, escrituras, inventários, depoimentos escritos, registros de casamento e dos exames catequéticos...), as medidas de alfabetismo (ler, escrever, assinar, utilizar uma cruz, possuir livros, memorizar...), a população considerada, os países, a época, além de outras variáveis adicionais (idade, sexo, ocupação, lugar de nascimento, religião, estado civil, tamanho e estrutura da família, residência, dados econômicos...) são indicações sistemáticas e diretas para o estudo do alfabetismo.

Em segundo lugar, o autor (1990, p. 35) deixa explícito, seu entendimento acerca do complexo conceito *literacy*, afirmando que *alfabetismo* é “uma tecnologia ou

conjunto de técnicas para a comunicação e a decodificação e reprodução de materiais escritos ou impressos”. É, portanto, uma base, um fundamento, uma habilidade adquirida de forma distinta daquelas orais e/ou não verbais.

O terceiro critério apontado por Graff (1990, p.40) trata da:

[...] reconstrução dos contextos de leitura e escrita; como, quando, onde, por que e para quem o alfabetismo foi transmitido; os significados que lhe foram atribuídos; os usos que dele foram feitos; as demandas colocadas sobre as habilidades alfabéticas; os graus nos quais essas demandas foram satisfeitas; a extensão cambiante da restrição social na distribuição e difusão do alfabetismo; e as diferenças reais e simbólicas que emanaram da condição social do alfabetismo entre a população.

Assim entendido o conceito de alfabetismo, pode-se pensar, então, o seu oposto o analfabetismo. Sobre tal conceito, será utilizado o livro de Antonio Viñao Frago *Alfabetização na Sociedade e na História* (1993), no qual o autor apresenta uma síntese de leituras e reflexões sobre a literatura existente no que diz respeito à história da alfabetização.

Viñao Frago (1993) trata da passagem das culturas orais para as culturas escritas, da interação entre oralidade, imagem e escrita e da alfabetização como campo de pesquisa, focado a história da alfabetização como uma análise sócio-histórica das mudanças da mente humana. Na primeira metade do século XX, o foco estava sobre o analfabetismo, causado pela escolarização deficiente e tendo como “salvação” a alfabetização desenvolvida por meio do sistema escolar. A partir da década de 1960, tendo maior impacto nos anos de 1970, as investigações apontaram um novo olhar, centralizando-o no processo de alfabetização, seus agentes, suas maneiras de atuação, seus aliados e adversários. Esse deslocamento teve como consequência o recurso a outros aspectos do campo de investigação tais como: fatores ideológico-culturais, relação oralidade-escrita, outros tipos de linguagem e as comparações entre diferentes culturas.

Nesse sentido, Viñao Frago (1993) centra a atenção em dois processos, o da oralidade e o da escrita, tendo cada um sua linguagem própria, suas dinâmicas e características específicas; porém, não formam dois mundos separados, por isso, nenhuma das modalidades pode ser entendida em detrimento da outra. Viñao Frago (1993) ressalta que, mesmo na escrita e na literatura, muitas são as influências das

produções orais; apenas o desenvolvimento e a interação da oralidade e da escrita corresponderão a uma cultura mista: oral e literária.

O autor critica a desvalorização da oralidade, para ele, a sociedade alfabetizada tal qual está organizada, parte da hipótese equivocada e “perniciosa” que a alfabetização e a cultura escrita “podem organizar-se – construir-se, viver – à margem da linguagem e cultura orais ou assentar-se sobre o olvido e a depreciação de ambos”. (VIÑAO FRAGO, 1993, p.20). E essa valorização da habilidade escrita e a desvalorização da oralidade nutrem a definição de analfabeto, resultante de uma negação, estritamente ligada a uma visão pejorativa:

Há negações que implicam uma certa afirmação [...] Qualificar alguém de analfabeto é definido pelo que carece, não por aquilo que tem. Significa fazê-lo de uma forma radicalmente negativa. Nunca saberei como é. E ao incapacitar-me para sabê-lo, a partir da negação do outro, correrei ao menos três perigos: _Desconhecerei qual é o seu grau e tipo de relação com a cultura escrita e que ideias ou conhecimentos possui a respeito, a fim de assentar sobre eles outros ulteriores; _Negarei a possibilidade de que esta pessoa ou pessoas possuam modos específicos de pensar e expressar-se, de ver a realidade; de que possuam uma cultura, em suma, com aspectos a conservar, ter em conta e reforçar; _Formularei, em consequência, sua alfabetização não como uma prática dialógica e crítica – de afirmação e revisão, ao mesmo tempo, graças a este novo modo de analisar a realidade e de comunicar-se com os demais e consigo mesmo -, mas como uma imposição cultural na qual eu – o alfabetizado – a partir de minha posição superior imponho uma determinada maneira de ver a realidade – a única, a correta – através da aprendizagem mecânica de textos pré-elaborados (VIÑAO FRAGO, 1993, p.18).

No Brasil, durante o Período Colonial e mesmo durante o Império, enquanto a sociedade predominantemente agrária estava imersa na oralidade, a condição de analfabeto era compartilhada por escravos e senhores, elites e grupos populares, e não era vista como um atributo negativo. Quando ao final do século XIX um mínimo de escolarização passou a distinguir as elites nacionais e as práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita começaram a se disseminar no meio urbano, o analfabetismo passou a ser associado aos grupos situados na base da pirâmide social e a adquirir, nos discursos das classes dominantes e de elites intelectualizadas, conotações negativas.

A educação passou a ser vinculada à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e inabilidade social. Nos anos de transição do Império para a República, como também nas primeiras décadas do novo regime, a educação incidiu como a

redentora dos problemas do país e a supressão do analfabetismo como sendo o objetivo principal, por interesse no voto do analfabeto. É nessa época que se consolida a visão empobrecida que se perpetua até os dias atuais sobre o analfabetismo, considerado como um mal ou uma doença social, que precisa ser erradicada.

O adulto analfabeto foi caracterizado como um sujeito incapaz de decidir por si mesmo nas esferas jurídica, econômica e política, que produz pouco e mal, não raramente é explorado, não tem condições de votar e ser votado, portanto, com inúmeras limitações para exercitar seus próprios direitos. Paiva (2003) destaca que a distinção entre os indivíduos reconhecidos como capazes ou incapazes de participar plenamente da sociedade dava-se com critérios de classificação que distinguiam os que sabiam ler e escrever dos que não o sabiam. Estes, facilmente eram identificados como marginais, incapazes, inclusive para cuidar de si próprios e de outros.

Considerado uma vergonha nacional em discursos políticos, as descrições pejorativas e discriminatórias em relação ao analfabeto perpetuaram-se ao longo da história da educação de adultos. Freire (2001, p.15) sintetiza essa visão histórica ainda dominante sobre o analfabetismo:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”.

Além de todos esses adjetivos descritos por Freire (2001), o analfabetismo ganha entre outras mais, uma conotação de marginalidade, miséria e periculosidade. Essas definições negativas em relação ao adulto que não sabia ler e escrever são encontradas estampando as primeiras páginas dos jornais utilizados nesta pesquisa. Os artigos são carregados de metáforas polarizadas atribuídas à alfabetização e ao analfabetismo, sendo observada com grande frequência a oposição entre a luz e a escuridão. A negatividade do não saber, da ignorância, da não inteligência versus a luz do saber, a “luz para o espírito”, o “brilho para os cérebros obscuros”.

No panorama sombrio de nossas realidades contemplamos setenta e cinco por cento de analfabetos que precisam se instruir para vencerem as muralhas que a ignorância lhes ergue. Não podemos nos furtar ao dever de fazer brilhar esses cérebros obscuros, iluminar essas inteligências e ampliar a vida desses desgraçados que soluçam as misérias que só a instrução lhes pode evitar. [...] multiplica-se a população e vão se espalhando por todos os Estados as centenas e os milhares de seres a quem é vedado receber a luz para o espírito; uma imensa multidão de analfabetos vive isolada do mundo são, porque não assimila as verdades da vida e não poderá jamais discernir as más das boas causas. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1947).

Ferraro (2004) cunha o termo *desconceitos* para se referir a essas visões negativas do analfabetismo:

[...] formulações conceituais viesadas, que representam antes munição para uso na luta ideológico política, do que instrumentos de análise científica da realidade social. Sua construção obedece, assim, muito mais a critérios de preservação ou conquista de privilégios do que de produção do conhecimento. O termo desconceito corresponde aqui ao que Freire chama de concepção limitada na compreensão do problema, “cuja complexidade não capta ou esconde” (FREIRE, 2001a, p. 15) e, logo a seguir, “concepção distorcida da realidade” (FREIRE, 2001a, p. 16). É o caso, por exemplo, do entendimento do analfabetismo como cegueira, como erva daninha ou como incapacidade. Justamente porque distorcidas, tais concepções não só não captam, como até escondem a realidade. (p.112)

Ferraro (2004) enfatiza que os inúmeros adjetivos dados aos adultos que não sabem ler e escrever representam apenas diferentes nomes de uma mesma manipulação ideológica que rotula, desacredita e estigmatiza as pessoas analfabetas, ao mesmo tempo em que cumprem a função de efetivar e legitimar a sua exclusão, seja do voto, seja do emprego, seja de qualquer outra forma de exercício da cidadania. Para o autor, todos esses *desconceitos* estão longe de constituir meros equívocos ou mal-entendidos. Na realidade, representam construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para a identificação negativa, o *desacreditamento*, a *estigmatização* e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e, por fim, para a legitimação dessa exclusão.

Retomando o conceito de analfabeto, Viñao Frago (1993, p.15) define como: “aquele que desconhece ou não sabe nada sobre um tema determinado”, restringindo o conceito ao “desconhecimento do alfabeto, da leitura e da escrita”, cabendo sobre essa

definição, múltiplas variantes. O autor se utiliza da história para exemplificar alguns conceitos, nesse exemplo, a “semi-alfabetização”:

Até bem entrado o século XIX era bastante usual saber ler e não escrever, em especial entre as mulheres. As duas aprendizagens não eram simultâneas, mas sucessivas. A segunda exigia mais tempo e dinheiro que a primeira [...] havia, pois, muitos alfabetizados que podiam receber mensagens escritas, ler textos elaborados por outros, mas não comunicar-se por escrito, produzir textos. (p.15-16).

A discussão se estende sobre a problemática do analfabetismo funcional, que de acordo com o autor, é um analfabetismo muito comum, sobre leitura e escrita de textos que se referem à vida cotidiana. Nesse sentido, ele destaca que “o que é funcional – isto é, útil ou relacionado com os interesses e necessidades de cada pessoa – para uns, é disfuncional para outros e vice-versa” (p.17).

Refletindo sobre uma classificação ou tipologia de alfabetizações na sociedade, o autor conclui que ninguém é alfabetizado em todos os aspectos, e explica os conceitos de “analfabetismo cultural” e “alfabetização cultural”: saber ler e escrever, compreender e redigir um texto determinado, cultural, político ou científico; e ainda, “alfabetização crítica”: conceito que enfatiza a dimensão política concedida à linguagem e à alfabetização como prática cultural e a atenção e o respeito à linguagem e comunicação linguística dos não alfabetizados.

Viñao Frago (1993) buscando caracterizar o analfabeto afirma que um ser humano que não sabe ler e escrever adquire especial relevância na linguagem oral, sendo seu órgão de recepção e percepção o ouvido, diferentemente do alfabetizado, que é a visão. Do ponto de vista histórico-antropológico, a linguagem é uma característica de qualquer agrupamento humano. A linguagem oral vem primeiro, e depois as diferentes formas de representação vão configurando a escrita. O conhecimento das culturas orais e de como homens e mulheres dessas culturas se expressam, pensam, armazenam e trocam informação, permite que se compreendam melhor as transformações causadas pelo uso da escrita e da alfabetização. Nesse processo, rituais coletivos nas sociedades baseadas na tradição oral são substituídas pela escrita e pela assinatura nos fatos marcantes da vida.

Para o autor, tanto os alfabetizados mediante aprendizagem escolar, quanto os não alfabetizados, têm possibilidade de desenvolver o pensamento lógico abstrato,

embora seja inegável o estímulo da escola a determinadas habilidades. Portanto, é possível considerar as mudanças que ocorrem na passagem de uma cultura oral primária, na qual predomina a comunicação mediante a fala, para uma sociedade escriturária e tipográfica, com suas possibilidades e especificidades.

Aprofundando a discussão sobre a estrita relação entre a oralidade e a escrita, Magalhães em seu livro *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime* (2001), assinala que a fala, a comunicação verbal são naturais ao ser humano, diferentemente da comunicação escrita, que “inscreve-se na história como instrumentalização da palavra, meio de transmissão, memorização, fixação, aquisição e troca de informação” (p.28). Os processos de alfabetização seriam, portanto, um meio de equilibrar a relação de comunicação que o sujeito estabelece entre a palavra e a realidade, e referindo-se a Paulo Freire, o autor continua, “a leitura da realidade sempre precede a leitura da palavra e por seu turno a leitura da palavra implica uma leitura contínua e consciente da realidade” (p.28).

A alfabetização apresenta-se como um dos elementos chave na transformação do mundo tradicional, nomeadamente no que se refere à evolução das sociedades primitivas, orais e arcaicas para sociedades escreventes. Comparando a escrita com a invenção da roda, tal qual o fator decisivo na história da humanidade, Magalhães (2001) apresenta uma abordagem historiográfica e antropológica sobre o conceito de alfabetizado. Para ele, o conceito de alfabetizado há de ser definido de acordo com os contextos, as épocas, os processos, os sujeitos e práticas, os fins:

Falar/praticar; ler; ler e escrever; ler, escrever e contar; comprovação de frequência e aproveitamento escolar; decodificar e construir mensagens orais e escritas; utilizar com propriedade as capacidades de leitura e de escrita na resolução das necessidades do quotidiano, são algumas acepções distintas do conceito de alfabetizado que, em outros aspectos, traduzem e correspondem a diferentes épocas históricas. (p.70).

É na Contemporaneidade que o desenvolvimento histórico manifesta-se efetivamente condicionado pela escrita, num primeiro momento simplesmente ler, escrever e contar, progressivamente as exigências quanto “a saberes e competências comunicacionais – linguísticas, matemáticas e tecnológicas” (p.9). Assim sendo, tem-se definido o alfabetizado como aquele que se iniciou e utiliza as bases da leitura e da

escrita no seu cotidiano, “permitindo tornar extensiva a designação de alfabetizado a todo aquele que domina os rudimentos de uma linguagem, de um sistema de signos e seu código/gramática, ou mesmo uma *tecnolinguagem* – como é o caso da informática” (p.12).

Magalhães (2001) salienta que a história da alfabetização tem sido escrita a partir do conceito de alfabetização atrelado à função da escolarização, como processo histórico e pedagógico de ensino-aprendizagem. Essa referência é relacionada ao período contemporâneo, com a “universalização da instrução, por meio da escolarização/formalização dos saberes teóricos básicos, capacidades, atitudes, valores, e com a definição da escola enquanto instituição privilegiada para ministrar aprendizagens e comportamentos”. (p.14).

2.2 A influência da UNESCO nas ações e nas concepções sobre o alfabetismo.

Apresentando as concepções de analfabeto no período contemporâneo Magalhães (2001) aponta a influência da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) nas iniciativas tomadas nos países, denominados pelo autor, de “Terceiro Mundo”. Criada logo após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, a UNESCO visa contribuir para a paz e a segurança no mundo, promovendo educação, ciência e cultura e, começou a chamar a atenção para o elevado número de homens e mulheres que se revelava incapaz de ler e escrever uma mensagem simples do cotidiano, critério básico adotado pela própria UNESCO para definir o analfabeto, “correspondendo não apenas ao que não sabia ler, escrever e contar, mas também aquele que, podendo ter adquirido estas capacidades não se revelava capaz de aplicá-la diariamente” (p.10).

Em relação à história da alfabetização no período contemporâneo, Magalhães (2001, p.16) apresenta uma síntese que caracteriza a alfabetização nos países menos desenvolvidos, abrangendo também a alfabetização de adultos no Brasil:

Até a década de setenta, do Século XX, as políticas de alfabetização centraram-se na escola e no modelo pedagógico escolar, processo que se tornou alvo de polemica, quanto à eficácia, à viabilização e, sobretudo quanto às implicações sociais da escolarização dos adultos, sob a argumentação que envolve uma certa infantilização do adulto e que do ponto de vista pedagógico estabelece uma ruptura entre o espaço de formação e o espaço de ação. Não obstante são as

argumentações de teor pragmático, centradas numa lógica vincadamente economicista, que forçaram a uma alfabetização contextualizada, movida por atualizações de formação/informação, em parte sucedâneas das implicações subjacentes às reconversões econômicas e sociais que marcam o período posterior à Segunda Guerra Mundial. O movimento da Educação Permanente tende a circunscrever o modelo da educação escolar. A questão ganhou, porém novos contornos quando se alargou ao Terceiro Mundo, não escolarizado e subdesenvolvido, a partir da década de sessenta do Século XX. De novo a analogia dos processos escolares e dos processos alfabetizadores se converteu no centro das preocupações e estratégias.

Sobre a influência da UNESCO no campo da alfabetização, Beisiegel (1974) aponta que desde as primeiras reuniões da organização internacional, a educação fundamental, denominada na época *educação de base*, se constituiu como área de interesse prioritário. Tratava-se, portanto, de uma educação destinada a todos: crianças, adolescentes e adultos, de ambos os sexos. Desde o início de sua atuação, ao mesmo tempo em que recomendava aos países-membros a adoção de uma política de implantação do ensino primário gratuito e obrigatório a todas as crianças em idade escolar, procurava estimular a realização de campanhas específicas de educação sanitária, de ampliação das redes de ensino primário e de alfabetização de adultos. A UNESCO se propunha também, a atuar com vistas ao “*desenvolvimento de uma consciência internacional atenta às dimensões do fenômeno da ignorância e aos significados de sua eliminação por intermédio da educação fundamental*”. (p.82)

Os objetivos da UNESCO ressalta Beisiegel (1974, p.81), eram ambiciosos:

Na atmosfera ideológica peculiar dos primeiros tempos do pós-guerra, os imperativos então prevalentes, de paz e de justiça social, encontravam seus corolários educacionais no apelo à difusão de conhecimentos e atitudes favoráveis à elevação das condições de vida das regiões “atrasadas” e ao desenvolvimento de maior compreensão entre os povos de culturas diversas. Este processo educativo abrangeria, em linhas gerais, a formação de atitudes e a transmissão de conhecimentos compreendidos nos seguintes itens: 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler, escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional; 3) desenvolvimento de habilidades domésticas; 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais; 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano; 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas

habitam; 9) desenvolvimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno; 10) desenvolvimento moral e espiritual.

O analfabetismo adulto se constituía cada vez mais em expressão do atraso educacional dos países em desenvolvimento, aparecendo, portanto, como variável central nos trabalhos de diagnóstico e análise da UNESCO. Da proposta inicial em torno da necessidade de implantação da *educação de base* para todos, os interesses da organização se deslocam, rapidamente, para a educação de adultos analfabetos. De acordo com Beisiegel (1974, p.82) temática essa “que mais sensibilizava os governos dos países-membros com elevadas taxas de analfabetismo”. Nesse âmbito, o analfabetismo entre as populações adultas, “um fenômeno que inicialmente se entendia como expressão de uma situação de atraso educacional, passa, cada vez mais, a apresentar-se como uma deficiência a ser eliminada”.

Enfatizando a influência da UNESCO sobre as concepções de alfabetização e analfabetismo, bem como nas ações em torno da alfabetização de adultos, destaca-se que no Brasil, a partir do censo de 1950, os critérios utilizados para se definir a alfabetização e o analfabetismo passaram a se basear nas definições estabelecidas pela organização. De acordo com Mortatti (2004, p.19) desde a criação da organização as definições em torno do conceito de alfabetizado e analfabeto vem sendo “elaboradas, revisadas e recomendadas”, como critérios internacionais de medição e para propiciar comparação entre diferentes países. Sobre isso, a autora apresenta a evolução do conceito de alfabetização segundo a UNESCO:

1951: a capacidade de uma pessoa que sabe ler e escrever uma declaração curta e simples no seu dia-a-dia e entende aquilo que leu e escreveu. 1957: um continuum de habilidades, inclusive de leitura e escrita, aplicadas a um contexto social. 1962: o fato de um indivíduo possuir o conhecimento e as habilidades essenciais que o capacitam a engajar-se em todas aquelas atividades necessárias para que ele tenha um funcionamento efetivo em seu grupo e em sua comunidade, e cujas conquistas em leitura, escrita e aritmética tornam-lhe possível fazer uso dessas habilidades em prol de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade. 1978: a capacidade que uma pessoa tem para engajar-se em todas aquelas atividades em que [o letramento] é necessário para que ela funcione de modo efetivo dentro de seu grupo e comunidade e também para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo matemático em prol de seu

próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade. (MORTATTI, 2004, p.20 apud HARRIS e HODGES, 1999)

Mortatti (2004, p.18) acrescenta que desde os primeiros censos populacionais, no Brasil o primeiro foi em 1872, também se buscou conhecer o número de pessoas que sabiam, ou não, ler e escrever, resultando em dados sobre o analfabetismo da população. Nas últimas décadas, os censos continuam medindo o analfabetismo, porém “as mudanças nas condições culturais, sociais e políticas do país e, em decorrência, nas definições de alfabetização, foram mudando também os critérios que permitem considerar uma pessoa analfabeta ou alfabetizada”. A autora destaca que ao longo do tempo, os indicadores relativos à faixa etária para contagem dos analfabetos, também foram sendo alterados – população de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais, população de 15 anos ou mais – e sendo estabelecidas, em nível internacional e nacional, correlações entre o analfabetismo e outros indicadores de caráter econômico, social, cultural, geográfico e educacional.

Após a criação da UNESCO, as reivindicações em prol da educação de adultos analfabetos, no Brasil e em outros países com problemas semelhantes, se deslocaram para o âmbito internacional. Como abordado anteriormente, as ações da organização, influenciaram diretamente nos acontecimentos educacionais do final da década de 1940, impulsionando os países integrantes a educar os adultos analfabetos. No Brasil, o primeiro movimento impulsionado pela organização internacional foi a criação e difusão da 1ª Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que será abordada detalhadamente no próximo capítulo.

2.3 Os movimentos em prol da alfabetização de adultos na década de 1940.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe, para o mundo, a vitória dos ideais democráticos. Essa conjuntura internacional interferiu nas mobilizações nacionais da época, que enfatizaram o movimento pela educação das massas. À medida que se buscava o progresso social e econômico do país, tornava-se necessário pensar numa política de educação de base. Em decorrência, campanhas de alfabetização foram lançadas em muitos países incentivadas, principalmente, pela recém-criada UNESCO,

órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), para incentivar, entre outras iniciativas, a realização de programas nacionais de educação de adultos.

No Brasil, com o fim do Estado Novo (1945) define-se um cenário de intensificação do capitalismo industrial, demandando novas exigências educacionais, principalmente no intuito de aumentar o contingente eleitoral e de preparar mão de obra para o mercado industrial em expansão. A educação de base ganha impulso, concebida e implementada em consonância com os projetos de desenvolvimento que prevalecem no país.

As primeiras disposições legais que estabelecem o financiamento, por parte do governo federal, para a educação de adultos apareceram no Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945, que dispunha sobre a concessão de auxílios do Fundo Nacional de Ensino Primário às unidades da Federação e, em seu artigo 4º destinava a importância correspondente a 25% do auxílio à educação elementar de adolescentes e adultos analfabetos. Estas disposições instituíram uma nova área de atuação do Governo Federal no campo da educação, pela primeira vez, uma importante parcela de recursos ficava explicitamente reservada para a educação de adultos.

Essa orientação política provocou a iniciativa das unidades federadas, viabilizando a criação e a permanência do ensino supletivo integrado às estruturas dos sistemas estaduais de ensino. Em São Paulo, por exemplo, o Serviço de Educação de Adultos pôde funcionar regularmente até a década de 1970, quando entraria a ação do Mobral. Distribuindo os recursos federais destinados ao ensino de adultos, de acordo com critérios que atendiam às “necessidades educacionais” das regiões e tomando o município como a unidade de referência para a avaliação destas necessidades, a União obrigou as administrações regionais a disseminarem as novas escolas por todas as áreas.

Em consequência, a distribuição geográfica da rede de escolas alterou-se radicalmente. O pequeno número de cursos de adultos existentes antes da inauguração da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos concentrava-se nas capitais do Estado e Distrito Federal. A partir de 1947, o ensino supletivo passou a penetrar as regiões interioranas, alcançando pequenas cidades, vilas e fazendas nas áreas rurais. (BEISIEGEL, 1974).

Celso de Rui Beisiegel dedicou dois capítulos de seu livro “Estado e Educação Popular” de 1974 à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, no Brasil e especificamente no estado de São Paulo. De acordo com o autor, um conjunto de

atividades realizadas no campo da educação de jovens e adultos, a partir de 1947, sob a coordenação do Ministério da Educação e Saúde marcaram o início da CEAA:

Em 1947 o Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos concluiu a elaboração de cartilhas e textos de leitura e iniciou sua distribuição, em larga, escala, para todas as unidades de ensino instaladas no país. Nessa mesma época foi dado início a um amplo movimento de mobilização da opinião pública em favor da educação de adultos. (BEISIEGEL, 1974, p.86)

Nesse sentido, considera-se a divisão da CEAA em duas etapas distintas definidas por Beisiegel (1974). A primeira, cujos limites coincidem com a permanência de Lourenço Filho na direção geral dos trabalhos, estendeu-se de 1947 a 1950 e marcou as principais conquistas do movimento. Em seguida, na segunda etapa, que foi até 1954, a Campanha continuou a desenvolver-se normalmente, amparada ainda na organização e no impulso dado às atividades na etapa anterior. Data deste período o início de um processo de progressiva absorção da Campanha pela rotina administrativa. Pouco a pouco, os trabalhos deixaram de apresentar características de um movimento de mobilização nacional e começaram a configurar-se somente como prática regular das administrações da União e das unidades regionais.

Para Paiva (1987) e Beisiegel (1974) a Campanha de 1947 deu lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos. Isso só viria a acontecer no início da década de 1960, quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos.

Ampla e audaciosa a CEAA teve grande penetração em praticamente todos os estados da federação e estabeleceu convênios com muitas secretarias de estados e municípios. Sua importância para a trajetória histórica da educação de jovens e adultos é imprescindível e por isso mesmo muitas vezes citada e pesquisada nos trabalhos acadêmicos. Nosso objetivo, portanto, é revelar um pouco mais sobre o desenvolvimento e repercussão da CEAA no município de São Carlos, SP, trazendo um panorama histórico de seu funcionamento por meio da bibliografia utilizada.

Este tópico abordará, portanto, os movimentos em prol da alfabetização de adultos que estavam em circulação no período de implantação dos grupos escolares noturnos de

São Carlos, SP, em destaque, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), primeira grande movimentação promovida pelo Estado, criada e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, com início em 1947 e bastante influente até meados de 1950.

2.4 A educação de adultos e a difusão do orgulho nacional.

O cenário mundial na década de 1940 é caracterizado, principalmente, pelos acontecimentos da segunda grande guerra mundial e, conseqüentemente, do pós-guerra, a partir de 1945. A vitória militar do grupo dos aliados - antiga União Soviética, Estados Unidos e Império Britânico eram as principais forças - significou apenas o começo de uma grande mudança nas posições de liderança política e estratégica no cenário mundial, trazendo consigo mudanças em todos os setores, dentre eles a educação, que passou a ter papel fundamental na construção do novo ideário social.

Essas alterações políticas foram fundamentais para se estabelecer o panorama global do século XX. Dentro deste princípio, Bendrath e Gomes (2011) destacam três grandes mudanças como ações decorrentes do pós-guerra e com influência direta no crescimento econômico mundial. Segundo os autores, a supressão do fascismo agressivo e militarista de países como Alemanha, Itália e Japão, a sobrevivência e expansão do padrão de organização comunista e a rápida passagem de áreas até então coloniais na Ásia e África para situação de independência das metrópoles desenvolvidas não comunistas, foram conseqüências diretas do pós-guerra e trouxeram grandes impactos econômicos e sociais em grande parte do mundo.

A interpretação em relação aos movimentos⁵ em prol da educação popular, mais especificamente da educação de adultos, realizada por Paiva (1987) destaca que o “entusiasmo pela educação” que emergiu no Brasil juntamente com uma “onda nacionalista” era caracterizado por preocupações quantitativas em relação à difusão do ensino, visando a imediata eliminação da “chaga do analfabetismo”, por meio de expansão dos sistemas educacionais. Segundo a autora, isso se consolidou, pois na década de 1920 divulgou-se nos Estados Unidos uma estatística sobre analfabetismo no

5 O termo movimento entendido e utilizado neste trabalho se pautará em Paiva (1987, p.24) que o descreve como abrangente de “toda a mobilização em favor de programas especiais de educação ou da ampliação e melhoria dos sistemas elementares de ensino existentes” no período estudado.

mundo, na qual o Brasil se sobressaiu como país líder, comprometendo o orgulho nacional e impedindo-o de pertencer ao grupo das “nações cultas”.

Nos trechos, retirados dos artigos publicados nos anos de 1945 e 1947 fica evidente a difusão do “orgulho nacional”:

Só discutem os espíritos impatriotas. Só contestam os que não pensam no futuro da nação. Só refutam aqueles que não têm ideia da responsabilidade de ser brasileiro. Só contradizem os traidores da pátria ou aqueles que usam o analfabetismo para satisfazer seus abusos e seus assaltos contra a nação. (A CIDADE, 1945).

[...] Será um crime de lesa Pátria, não procurarem os analfabetos às escolas, porque todo brasileiro, para ser digno desse nome, tem o restrito dever de honrar a terra onde nasceu, sendo-lhe útil por todos os títulos e em qualquer terreno, dando-lhe até se preciso for, conscienciosamente a sua própria vida. (CASTRO, 1947).

A realidade nacional invoca o patriotismo de todos os brasileiros para que sejam enérgicos nas suas resoluções e sábios nas suas atitudes. Construir a estrutura do nosso poder baseado na cultura popular é o intuito que deve inspirar a todos os que pensam na grandeza do destino do país. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1947).

Como já abordado anteriormente, em 1947 o governo brasileiro lançou a 1ª Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que prometia extinguir o analfabetismo nacional propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses e a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Ampliou-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil, pois se antes a confiança alimentada nas primeiras décadas da República de que seria possível modificar a sociedade pela difusão da instrução primária a toda a infância havia sido frustrada pela evidência da manutenção do analfabetismo popular, elegia-se, na década de 1940, uma nova esperança, qual seja acabar com o déficit de alfabetismo por meio da Campanha de Educação de Adultos.

A imprensa são-carlense noticiou com grande entusiasmo o início da CEAA no município. Mais uma vez, o “orgulho nacional” se sobressai nos discursos, incentivando

a adesão de toda a população e diversas figuras importantes para a sociedade são-carlense, como por exemplo, diretores de grupos escolares, escreveram textos em que o sentimento patriótico é difundido. Nos trechos abaixo se destaca os discursos do professor Cajucy Accioly Wanderley, diretor do grupo escolar Bispo Dom Gastão; professora Maria Luiza Caleiro Narciso, diretora do grupo escolar de Vila Nery; professor Octaviano Monteiro de Castro, diretor do grupo escolar Coronel Paulino Carlos e Wamberto Dias da Costa, médico influente na sociedade são-carlense:

Todos aqueles que possam que sejam capazes, que tenham um pouco de luz, que sintam pulsar no peito um coração brasileiro, que sintam pelo Brasil um motivo de culto e admiração e não apenas vejam nele um pomo de ouro custodiado por ingênuos e ignorantes, a lhes despertar cobiças inescrupulosas, todos os sentimentos patrióticos, deverão se alistar nas fileiras humanitárias da benemérita cruzada da alfabetização do povo, de modo a fazer baixar o elevado nível de 75% de analfabetos em nossa terra. (WANDERLEY, 1947).

O povo de São Carlos não pode ficar indiferente ante essa grande cruzada cívica. Em 1932 o paulista deu ouro para o bem de São Paulo! Hoje dará o máximo de colaboração pró-campanha de Educação de adultos, para o bem do Brasil! A postos, pois, sancarlenses! Quem em 1948, em São Carlos, não exista mais um único analfabeto. (NARCISO, 1947).

Sancarlenses! Ajudem-nos nesta patriótica campanha, fazendo com que todos os analfabetos existentes na cidade venham se matricular no curso para alfabetização de adultos [...] São Carlos, cidade culta e cheia de civismo, terá escolas que vão facilitar a alfabetização de adultos acima de 15 anos, fazendo-os unidades úteis à família, à sociedade e à Pátria. (CASTRO, 1947).

Espera-se dessa continuidade de esforços e do elevado espírito de patriotismo dos bons brasileiros o êxito pleno desta magna cruzada que visa valorizar o homem em seu próprio benefício, para a maior grandeza do Brasil. (COSTA, 1947).

A imprensa apoiou a CEAA divulgando todos os principais acontecimentos e incentivando a população a participar, enquanto alunos não alfabetizados e enquanto sociedade que acredita no resultado da campanha. Durante o ano de 1947 o *Correio de São Carlos* e *A Cidade* publicaram artigos sobre o desenvolvimento da campanha no município: os nomes dos professores atuantes, o número de alunos participantes, a

verba recebida do *Serviço de Educação de Adultos*, os locais de funcionamento das salas, o empenho de membros ilustres da sociedade com doações e, principalmente, a importância da campanha para o fim do analfabetismo na cidade de São Carlos.

De acordo com Beisiegel (1974) a “ação social da Campanha” teve como principal aliada a imprensa, pois a atuação da publicidade e de esclarecimento social era “urgente” e visava, antes de tudo, assegurar a real implantação e o regular funcionamento do sistema de cursos para os adolescentes e adultos.

Após o ano de 1947, efervescência da CEAA, observou-se que os discursos da imprensa em relação aos malefícios do analfabetismo e a redenção do país por meio da alfabetização foram ficando mais escassos, dando lugar a notícias de ações efetivas dos governos locais e nacionais em prol da educação escolar de adultos. Foram noticiadas as conquistas da CEAA no município e região, como por exemplo, o número de alunos formados e entrega de materiais escolares. Além, das discussões na câmara de vereadores em torno da criação dos grupos escolares noturnos, início e estrutura de funcionamento das duas instituições.

O *Correio de São Carlos* publicou no último ano da década três artigos que versavam sobre os resultados positivos da CEAA no município e doze artigos sobre a implantação dos dois grupos escolares noturnos. Porém, uma pequena nota divulgada diariamente nas páginas do jornal durante o segundo semestre de 1949, chamou atenção. Ao mesmo tempo em que divulgava o funcionamento dos grupos escolares noturnos, ora se referia a uma escola ora a outra, também alimentava o discurso pejorativo e difundia como solução para o Brasil a erradicação do “*câncer do analfabetismo*”:



Figura 10: Sancarlense! Nota sobre o atendimento do 1º Grupo Escolar Noturno Municipal.
Fonte: Correio de São Carlos, p.3, 22 de setembro de 1949.

Visualizamos, portanto, que a imprensa mais do que uma aproximação da educação, ela tem a capacidade de moldar uma cultura, padronizar a sociedade e é através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. O jornal centraliza as opiniões da elite intelectual e torna-se um elemento para captar as representações de uma época. Segundo Luca (2012 p. 12) “a imprensa é parte da história de uma determinada comunidade, insere-se no processo de construção da cidade e enquadra-se no código de conduta social, enfim, é elemento integrante na construção do processo civilizador”.

2.5 A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em São Carlos, SP.

No dia 02 de abril de 1947 o *Correio de São Carlos* publicou uma pequena nota (Figura 13), no canto inferior da primeira página, anunciando o início da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no município. Informando a abertura das matrículas e o discurso realizado na primeira reunião pelo Delegado Regional de Ensino, destacando a importância da Campanha para o município e para o país.

No dia seguinte, o mesmo periódico publicou outra nota informando que São Carlos havia sido contemplada com seis salas destinadas a CEAA, sendo uma em Santa Eudóxia e uma em Água Vermelha (zona rural), uma em Ibaté (subdistrito) e as

restantes instaladas na zona urbana, junto ao Grupo Escolar Paulino Carlos. Nesta mesma nota, salientou-se que os “professores do quadro primário” e voluntários assumiriam as aulas dessas salas, podendo ser aumentada a quantidade conforme a necessidade.

A primeira reunião sobre a implantação da CEAA ocorreu na Delegacia Regional de Ensino, foi presidida pelo Delegado Regional professor Elias J. Ferrari e contou com a participação do Inspetor Escolar do município, professor Caio Figueiredo da Silva, dos diretores dos grupos escolares e os representantes da “imprensa, rádio e alto-falante”. Os cursos, com data marcada para o início em dez de abril de 1947, eram destinados aos homens e mulheres acima de quinze anos e funcionariam preferencialmente no período da noite.

A mobilização em prol à CEAA foi imediata, a imprensa escrita e o rádio iniciaram uma intensa campanha publicitária que se estendeu ao longo dos anos seguintes de funcionamento da Campanha, como nos exemplos retirados do jornal *A Cidade* (Figura 11 e 12). Há também registros de equipes formadas por professores e diretores que se dirigiram às fábricas locais para incentivarem os operários à matrícula. Ao longo dos dois primeiros meses de funcionamento da CEAA, diariamente noticiou-se informações a respeito da referida, com textos calorosos dos representantes educacionais e pessoas influentes no município.

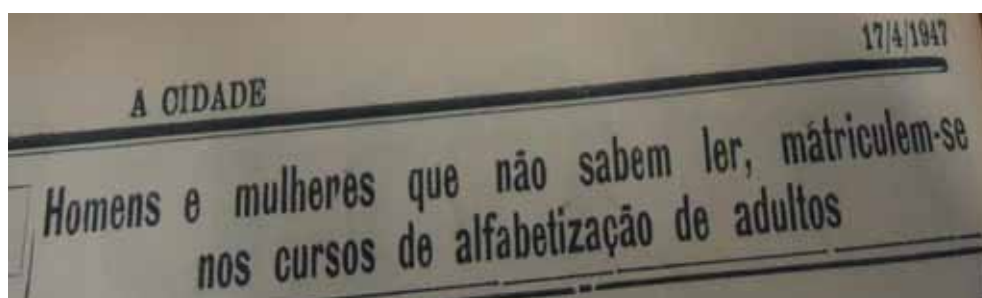


Figura 11: Divulgação dos cursos de alfabetização.
Fonte: Jornal A Cidade, 17 de abril de 1947.

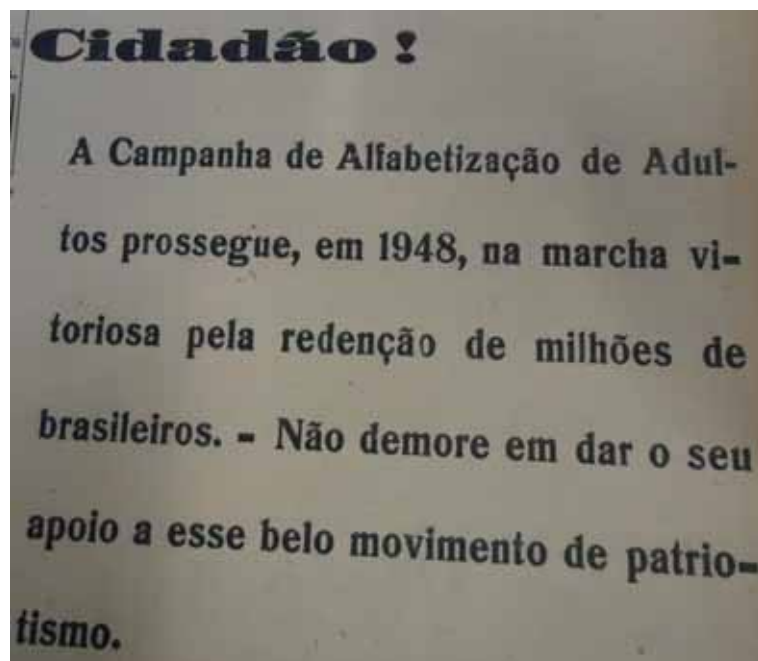


Figura 12: Cidadão!

Fonte: *A Cidade*, diariamente ao longo dos meses de fevereiro e março de 1948.

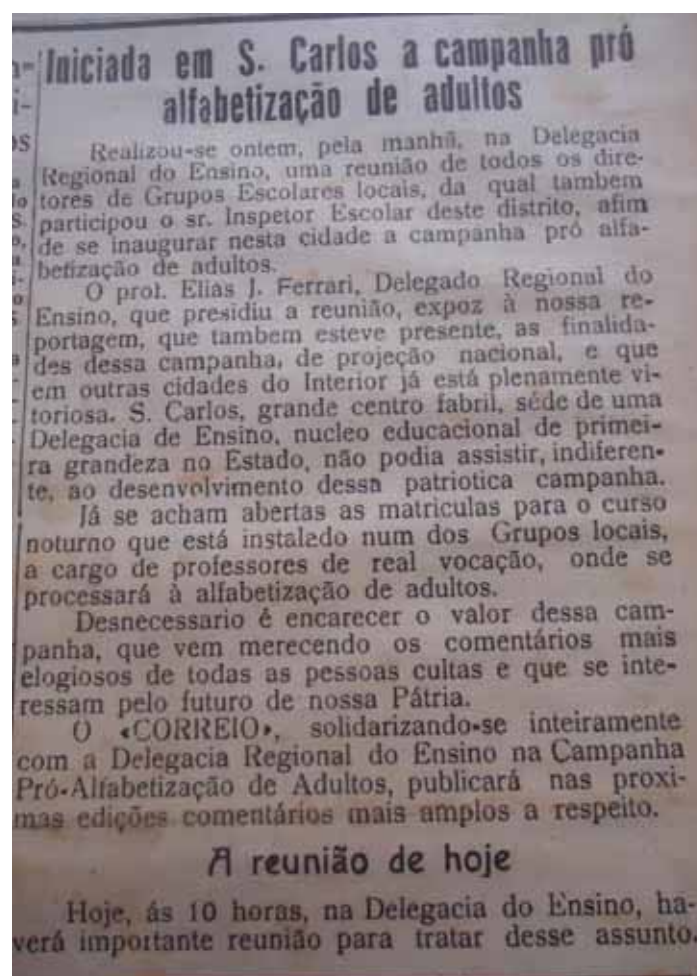


Figura 13: Iniciada em São Carlos a campanha pró alfabetização de adultos.

Fonte: *Correio de São Carlos*, p.1, 02 de abril de 1947.

Os professores atuantes no ensino primário poderiam assumir as aulas da CEAA e em 20 de abril de 1947, recebendo todos os elogios da redação do jornal *Correio de São Carlos*, foi publicada a relação dos professores que se inscreveram para o quadro e se tornaram os primeiros professores da campanha, são eles: Nelson de Camargo Lima, Afonso Fioca Vitali, Mario Pereira Bicudo, Otávio Monteiro de Castro, Agar Vieira, Dalva Aparecida Piedade Ferrari, Thereza Talga Vieira, Ilka Maria Gatti Pinto, Alice Madeira João Francisco, Herondina Barreiro Justo, Augusto Cesar da Silva Junior, Manoel Pio de Freitas Queiroz e João Ferrari.

Os professores atuantes na CEAA foram exaltados nos discursos publicados nos jornais, sendo descritos como “cidadãos de boa vontade”, “abnegados sacerdotes”, “responsáveis pelo pão do saber” e um trecho que merece destaque, retirado do jornal *A Cidade*, de 17 de abril de 1947, onde o autor denominado Riles, assim termina seu texto em prol à campanha: “E aos professores, aqueles que chamarem a si essa *mobilizante incubencia*, será dada a melhor paga – a veneração do povo reconhecido pela obra meritória que seguramente vão realizar”.

A remuneração dos 14 professores do “quadro regular”, ou seja, atuantes no ensino primário público era de Cr\$ 300,00 Cruzeiros mensais. Além deles, 3 professores eram voluntários e prestaram seus serviços à CEAA sem qualquer remuneração. Ao todo, a região de São Carlos, nos primeiros meses da Campanha atingiu 800 alunos, sendo 460 do sexo masculino e 340 do sexo feminino, distribuídos em 17 classes. No entanto, em outubro de 1948, final do segundo ano letivo da Campanha, publicou-se os seguintes dados sobre a abrangência da Campanha na região de São Carlos: 1.206 alunos distribuídos em 40 classes.

A sociedade são-carlense motivada pelo sentimento patriótico manifestava-se oferecendo ajuda à Campanha e o *Correio de São Carlos* divulgava essas ações. Considerados “gestos de altruísmos” e “elevado espírito de cooperação” grupos de destaque social como a *Comissão de Escoteiros Tupinambás* ofereciam ajuda para a mobilização dos analfabetos e nomes influentes como do *Presidente da Sociedade Parque Clube* Dr. Carlos de Camargo Salles, apareciam nos jornais colocando à disposição do Serviço de Educação de Adultos “o excelente pavilhão do Parque Clube”. Em destaque, a nota publicada no dia 20 de abril de 1947, noticiando a doação de lápis aos alunos da CEAA de todo estado de São Paulo, pela Fábrica Johann Fabber Ltda, instalada no município de São Carlos (Figura 14).

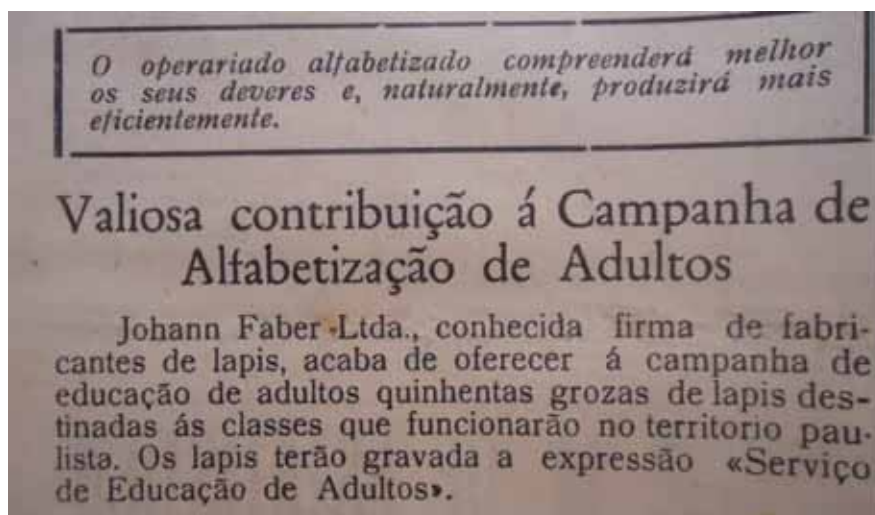


Figura 14. Valiosa contribuição à Campanha de Alfabetização de Adultos.
Fonte: Correio de São Carlos, 20 de abril de 1947.

Durante os anos de 1947 e 1948 várias notas foram publicadas informando contribuições financeiras ao Serviço de Educação de Adultos, consequentemente à CEAA. A Delegacia Regional de Ensino instituiu em 25 de abril de 1948 um *Fundo de Reserva* destinado às despesas com o Serviço de Educação de Adultos da região de São Carlos. Além das contribuições de pessoas físicas, como dos profissionais da educação, bancos doavam diversas quantias: o Banco do Estado de São Paulo doou a importância de Cr\$ 200,00 Cruzeiros; o Banco Paulista do Comércio S/A Cr\$50,00 Cruzeiros e a União Paulista de Educação Cr\$ 1.024,00 Cruzeiros.

A distribuição em larga escala de materiais didáticos aos alunos em todo o Brasil foi uma característica da Campanha. Sobre isso, Beisiegel (1974) especificou que o Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos elaborou e distribuiu para todos os cursos do país diversos materiais como, cartilhas, jornais, folhetos e textos de leitura diversos. Entre as inúmeras publicações, o *Primeiro Guia de Leitura*⁶ aparecia como o principal instrumento de orientação dos trabalhos pedagógicos.

⁶ O Primeiro Guia de Leitura foi organizado por uma comissão composta pelas professoras Dulcie Kanitz Vicente Viana, Helena Maudrom e Orminda Isabel Marques. Resultou de estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, entre 1942 e 1945, sobre o *vocabulário de adultos* e sobre o *sistema de Laubach*. Até 1958 haviam sido tiradas 10 edições, num total de 4.450.000 exemplares. (COSTA, 2012, p.58).



Figura 15: Ler: Primeiro Guia de Leitura, edição 23ª, 1956.
 LOCALIZAÇÃO BSE: EDU CART V614p
 (http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas_imagens/ler.htm)

Organizado por uma comissão de professores do Ministério da Educação e Saúde, o *Primeiro Guia de Leitura* alcançou, ao todo, em sucessivas edições, entre 1947 e 1950, a considerável tiragem de 2.550.000 exemplares. O enfoque do material era a iniciação à alfabetização e de acordo com Beisiegel (1974, p. 96) “pouco se diferia, em orientação ou conteúdo, das demais cartilhas de alfabetização em uso no ensino primário infantil”.

As cartilhas distribuídas pelo Ministério da Educação foram elaboradas com base no chamado *Método Laubach* – parte do ABC, do *a, e, i, o, u* e apresenta algumas “historinhas” para adultos, quase uma transposição de conteúdos e modos de trabalhar típicos da escola primária para crianças. São curiosas as orientações do Ministério da Educação para os professores aplicarem o primeiro livro de leitura, denominado *Ler*, reproduzidas na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* n. 20, de junho de 1947:

Todos os alunos terão o guia de leitura em mãos aberto na página dois. Direis algumas palavras de encorajamento. Insistindo que a aprendizagem da leitura será fácil. Começareis por pedir que olhem para os desenhos da página. Aqui está uma Asa, embaixo está um Elo; depois uma Ilha. E depois? Obtidas as respostas, direis: lendo os

desenhos, poderemos agora dizer: ‘asa, elo, ilha, ovo, uva’. Pedireis a um aluno que repita essas palavras em voz alta e que os demais o acompanhem atenciosamente. Item B: todos sabem ler desenhos. Agora vamos ler as palavras. O desenho representa a figura de cada coisa. A escrita representa os sons de cada palavra.

O segundo livro, *Saber*, era composto de pequenos textos, alguns bastante moralistas, em uma sequência bastante bem articulada. O *Livro de Aritmética* apresentava os números e as quatro operações, com exercícios. Existiam outros livros, ligados à produção, a coisas de casa, sempre bastante simples (BEISIEGEL, 1974).

Sobre os materiais didáticos, destacamos duas notas do *Correio de São Carlos* que evidenciam a distribuição e a importância dada a essa ação. Em 23 de março de 1949 a Delegacia Regional de Ensino de São Carlos divulgou a entrega de “todo material escolar necessário, gratuitamente, para todos os alunos de todos os cursos da CEAA”. Vastamente publicado pela imprensa local, o material didático para os adultos foi adquirido por meio da verba denominada “Material Escolar” do orçamento do município e também com os fundos “pecuniários” da Campanha de Educação de Adultos.

Além dos materiais de sala de aula, a CEAA difundia para todo o país a Biblioteca do Alfabetizado, composta por coleções de livros de formato pequeno e de poucas páginas, com séries direcionadas à ficção, à história moral e ao civismo. Segundo Costa, (2012) o prefácio de alguns livros dessa biblioteca era dirigido aos leitores da seguinte forma: “Este livrinho foi feito exclusivamente para vocês, que já venceram a primeira etapa dos cursos de Educação de Adolescentes e Adultos, e, portanto, já sabem ler. Nossa intenção foi proporcionar-lhes um entretenimento [...]”. Numa nota de 03 de março de 1949 o jornal *A Cidade* noticiou a solenidade de distribuição de 40 mil livros “elaborados especialmente para os adultos recém-alfabetizados” e que comporiam a Biblioteca do Alfabetizado no Estado de São Paulo, chegando também às cidades do interior.

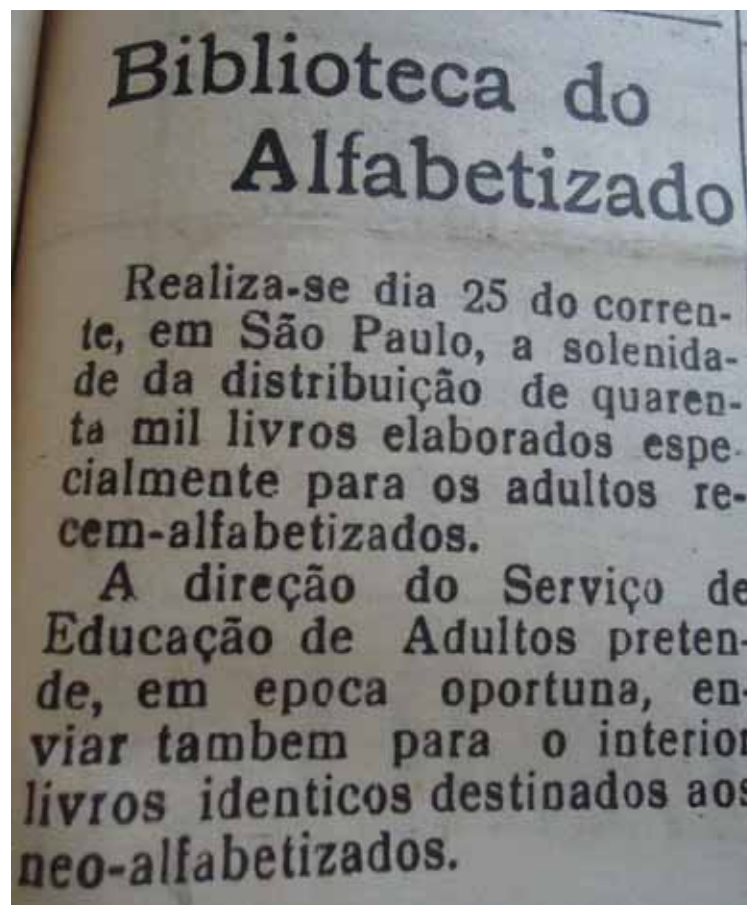


Figura 16: Biblioteca do Alfabetizado.

Fonte: *A Cidade*, 03 de março de 1949.

Capítulo 3. A (re) construção da história dos grupos escolares noturnos de São Carlos, SP.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário da vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1999, p.64)

Os grupos escolares noturnos destinados à educação de adultos constitui o objeto de maior interesse para este estudo que privilegiou o período de criação em 1948 e os primeiros anos de funcionamento dos dois grupos escolares noturnos: *Perpétua Genofre* e *Eudóxia Coelho* do município de São Carlos, SP. Diferentes fontes de pesquisa foram utilizadas para uma melhor interpretação histórica: documentos internos das instituições (livros de atas e exames, livros-ponto administrativo e docente, diplomas e atestados de conclusões), jornais em circulação na época, as legislações municipal, estadual e federal sobre educação de adultos e pesquisa bibliográfica a fim de contextualizar o tempo e o espaço em que tais fatos ocorreram.

Reconstruir a trajetória, principalmente, quando da criação dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos é uma maneira de deixar registrada uma história rica que até o presente momento não foi publicada, tão pouco pesquisada ou contada oficialmente. História de instituições que representam as ações públicas (municipais, estaduais e federais) em favor da educação e alfabetização de adultos no município.

Para esse levantamento, considera-se como hipótese que a criação dos grupos escolares noturnos se deu a partir de movimentos sociais em prol da alfabetização de adultos, caracterizando um avanço e certo vanguardismo do município neste aspecto.

Considerando essa hipótese e ao longo de toda pesquisa junto às fontes, ao banco de dados da CAPES e escrita dos capítulos anteriores, pode-se constatar que a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos, SP, se deu logo após o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no município, sendo ambas, partes das iniciativas do Estado. Por parte do Governo Federal, citar-se-á o incentivo e financiamento à CEAA e o Decreto nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946 que constituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário e no Capítulo II artigo 2º estabeleceu o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos. Esse Decreto

representou a institucionalização da educação de adultos como uma modalidade de ensino integrada ao sistema educacional brasileiro, distinta da educação das crianças. Por parte do governo municipal, a ação determinante, foi a aprovação na câmara de vereadores a criação dos grupos escolares noturnos.

Assim sendo, o momento histórico que este capítulo enfoca é a década de 1940; período em que questões relacionadas à educação de base se intensificam no país. Como descrito ao longo deste trabalho, foi a partir da década de 1940 que o espaço específico da educação de adultos se delineou, um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora: “as ideias, as leis e as iniciativas que se consolidam configuram uma situação inteiramente nova. Até então, registravam-se alguns esforços locais, [...] mas, na década de 1940, cogita-se uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país” (BEISIEGEL, 1974, p. 177).

Com essa acepção, serão apresentadas neste capítulo as estruturas de organização dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos, quando de suas criações, contextualizadas diante das legislações e dos acontecimentos históricos e sociais da década de 1940.

As fontes utilizadas neste capítulo são os jornais *Correio de São Carlos* e *A Cidade*, entre os anos de 1948 e 1950; e os documentos das instituições escolares: livro-ponto do Grupo Escolar Noturno *Perpétua Genofre*, com abertura em abril de 1948 e encerramento em dezembro de 1972; Livro ponto do Grupo Escolar Noturno *Eudóxia Coelho*, com abertura em abril de 1948 e encerramento em novembro de 1973; Livro de atas e exames das duas instituições, com abertura em novembro de 1948 e encerramento em novembro de 1971; Livro de visitas das duas instituições, com abertura em fevereiro de 1952, sem encerramento, com último registro em 1997 e, livro ata de reunião pedagógica, único para as duas escolas, com abertura em fevereiro de 1949, sem encerramento, com último registro em 1953.

3.1 Legislações sobre o ensino noturno no Estado de São Paulo

Esse tópico tem por objetivo focalizar o ensino público noturno no Estado de São Paulo, na tentativa de situar o contexto legal que determinou seu desenvolvimento e as medidas tomadas pelo Estado para garantir sua expansão. Para isso, foram utilizadas como referências as legislações das décadas de 1920 a 1940 que versam sobre o ensino

noturno. Com este tópico busca-se compreender e situar as condições legais que se estabeleceram antes e durante a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos, SP.

Para o levantamento dos textos legais foi utilizada a Coleção de leis e decretos do estado de São Paulo (1889-1972) e para sua análise fez-se uso de referências bibliográficas como Beisiegel (1972) e Antunha (1973). A organização dos dados encontrados está disposta de forma a dar uma visão panorâmica da situação do ensino noturno em cada década abordada.

A década de 1920 caracterizou-se por sucessivas reformas. A primeira delas, realizada em 1920 (a Lei nº 1.750 de 08/12/1920) introduz alterações bastante radicais no ensino elementar, com o modelo de escola “alfabetizante” com 2 anos de duração. As reformas posteriores (de 1925 e 1927) se diferenciaram apenas, na redistribuição dos anos de escolaridade. É importante registrar que a Reforma de 1920 criou 2.000 escolas isoladas, o que de acordo com Antunha (1973), era um número irrisório para atender à demanda. O autor enfatiza que Oscar Thompson, em 1918, em seu relatório como Diretor-Geral da Instrução Pública, afirmara que havia um grande número de adolescentes e adultos analfabetos e que mais da metade das crianças, na faixa etária considerada de escolaridade obrigatória, estavam fora da escola.

Antunha (1973) destaca ainda que, das 2.000 unidades escolares criadas pela Lei nº 1.750, nem todas foram instaladas e as que foram, localizavam-se principalmente no interior do estado. E argumenta que este fato era reflexo da impressão que se tinha, na época, de que o problema do ensino primário encontrava-se praticamente resolvido na capital, pois as escolas existentes encontravam-se em condições de atender à demanda de vagas, além do que os grupos escolares proporcionavam um ensino realmente satisfatório. O problema estava no interior, daí a tendência a tomar medidas para localizar os núcleos de analfabetos para a instalação de escolas em número suficiente.

Na década de 1930, do ponto de vista desta análise, é importante salientar o Decreto nº 5.884 de 21 de abril de 1933 que institui o Código de Educação do Estado de São Paulo, cujo Capítulo IV trata dos cursos populares noturnos e, que estabelece no Artigo 298: “os cursos populares noturnos têm por fim ministrar educação primária elementar a adultos de ambos os sexos”. Outros artigos definem que o curso, de 2 anos, será ministrado de acordo com programas especiais, que atendam às particularidades regionais e às diversidades dos grupos sociais aos quais deva servir; funcionará em Grupos Escolares, localizados em zonas de grande densidade de população operária,

diariamente das 19 às 21 horas, com regime de férias das escolas isoladas; a idade mínima para a frequência aos cursos é de 15 anos. O artigo 306 refere-se ao número de alunos: entre 30 e 40 alunos por classe e estabelece: “Se a frequência, durante 3 meses, se mantiver inferior a 20 alunos, será a classe suprimida e o professor dispensado”.

Com base na declaração do então Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo, Dr. Sebastião Nogueira de Lima, à Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), pode-se compreender a estrutura do ensino primário no início da década de 1940:

O ensino primário é e ainda será por muitos anos o nosso grande e fundamental problema. A porcentagem de analfabetos, ainda é infelizmente bem elevada. O número de nossas escolas primárias ainda está muito aquém das necessidades. Não obstante, o número de nossas unidades escolares, isto é, escolas isoladas e classes de grupo escolares são bem grandes e com elas despende o Estado, anualmente, vultosas importâncias. O problema é assaz complexo, mas tem na sua base, a escola. Por ele preocupa-se profundamente o Interventor Federal, Sr. Fernando Costa, no firme desejo de, na medida do possível, combatê-lo eficazmente. Nesse propósito e no desenvolvimento de seu construtivo governo, vai Sua Excelência, em cada ano, criando escolas e grupos escolares, na Capital e no interior; e muitos outros deverá criar. (LIMA, 1944, p.136)

São, a esse respeito, significativos os seguintes dados informados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944, p.137): no final de 1941, o Estado de São Paulo possuía 12.554 unidades, compreendidas não só as classes de grupos escolares e escolas isoladas de tipo comum, como também classes de educação infantil, de cursos populares noturnos, de escolas maternais e de experimentais de tipo rural, escolas junto a unidades militares, escolas industriais junto a fábricas e outras que funcionavam junto a instituições particulares. No fim do ano de 1943, possuía o Estado 13.210 unidades. Sendo criados, até maio de 1944, 34 grupos escolares, sendo 6 na capital e o restante espalhados pelo interior paulista, totalizando 771 grupos escolares, sendo 104 na capital e 667 no interior, com 13.405 unidades.

De acordo com o Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo, Dr. Sebastião Nogueira de Lima, a disseminação de escolas, compreendidas como isoladas e agrupadas, está ligada intimamente com o prédio escolar:

Não é possível o bom ensino sem o prédio adequado, por mais esforçado e capaz que seja o professor, como é o nosso. Em 1941, o total das verbas destinadas ao ensino primário atingiu a Cr\$ 101.543.547,90; no ano de 1944, o total dessas verbas atinge à elevada cifra de Cr\$ 131.136.949,00, tendo sido, com isso, plenamente satisfeitos os compromissos assumidos no Convênio Nacional do Ensino Primário, ratificado pelo Governo Federal, pelo Decreto-lei n.º 5.293, de 1.º de março de 1943, e pelo Governo do Estado, pelo Decreto-lei n.º 13.440, de 30 de junho do mesmo ano. (LIMA, 1944, p.137)

Na década de 1940, consoante à análise de Beisiegel (1972, p.81), a educação de adultos passa a adquirir características nitidamente diferentes da fase anterior:

Durante essa primeira fase, o ensino de adultos não chegava efetivamente a aparecer como uma educação que se procura levar a toda a coletividade. As disposições legais a propósito de cursos, além de fragmentárias, eram vagas, raramente chegavam a configurar um compromisso das administrações regionais quanto à criação e à expansão dos serviços. A educação de adultos, que inicia sua evolução no país nos meados da década de 1940, não mais se confunde com as práticas que a precederam na fase anterior. Postula-se, nesse momento, a necessidade de educação de todos os habitantes adultos: todos os brasileiros, analfabetos, nas cidades ou nos campos, conscientes ou não dessa necessidade de educação, deverão ser alcançados pela escola. A administração pública se obriga a providenciar a criação das vagas indispensáveis ao atendimento de todos.

As primeiras disposições referentes a uma política global do governo brasileiro no campo da educação de adultos estão substantiadas no Decreto nº 19.513, de agosto de 1945, que dispõe sobre a concessão de auxílios do Fundo Nacional do Ensino Primário às unidades da Federação, estabelecendo em seu Artigo 4º: “a importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde”.

Como decorrência, o Departamento Nacional de Educação é autorizado pela Portaria nº 57 de 30 de janeiro de 1947 a instalar o Serviço de Educação de Adultos, que tinha como finalidade a orientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo. Posteriormente, no estado de São Paulo, o governo cria por meio da

Lei nº 76, de 23 de fevereiro de 1948, o Serviço de Educação de Adultos, subordinado ao Departamento de Educação.

Até a deflagração dos trabalhos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – que será abordada detalhadamente ao longo dos próximos capítulos – o ensino noturno se apresentava precariamente desenvolvido. O governo mantinha os Cursos Populares Noturnos, já referidos, de educação primária elementar para ambos os sexos, instalados preferencialmente em zonas de grande densidade de população operária. Com duração mais limitada, funcionavam também na época os cursos estaduais regimentais, instalados junto às unidades militares.

Em 1946, às vésperas da inauguração da CEAA, o governo do estado de São Paulo mantinha 66 cursos de ensino de adultos (sendo 65 em áreas urbanas e 1 em área rural) com um total de 91 classes (BEISIEGEL, 1972). Após os trabalhos da CEAA, houve a criação de cerca de 1.000 classes; assim, em 1947 existiam 1.475 cursos estaduais de ensino supletivo em São Paulo, sendo 879 em áreas urbanas, 220 em áreas distritais e 376 em áreas rurais, com um total de 1.493 classes (BEISIEGEL, 1972).

O governo estadual, por meio da Lei 76/48, estabeleceu vantagens para os regentes dos cursos de educação de adultos que recebiam, além de uma gratificação financeira, pontos para efeito de concursos de ingresso e remoção, bem como para adicional de tempo de serviço. Aos poucos, o Serviço de Educação de Adultos foi se firmando no sistema de ensino paulista, deixando de ser entendida como campanha e sim como rede regular. Um elenco de atos, portarias e alguns decretos foram se condensando e a educação de adolescentes e adultos no estado de São Paulo estruturou-se no decorrer do tempo, embasada numa legislação específica (BEISIEGEL, 1972).

3.3 Relação entre as escolas noturnas e os grupos escolares.

Antecedendo as especificidades da criação das duas instituições de São Carlos, SP se faz necessário esclarecer, primeiramente, o que foram os grupos escolares noturnos, como surgiram e quais eram suas características de estrutura e funcionamento. Para isso, serão tomados como referenciais teóricos, trabalhos sobre grupos escolares noturnos em diversos municípios e estados, bem como a legislação em vigor no período.

Abordada ao longo deste trabalho, a efervescência nacional do período em prol da educação pública é um dos fatores primordiais para a contextualização histórica e social

quando da criação dos grupos noturnos. O final da década de 1940 é marcado pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que impulsionava as ações contra o analfabetismo, resultando numa crescente disseminação do ensino público noturno que se destinava ao ensino de primeiras letras aos adultos.

Essa onda de mobilização contra o analfabetismo movimentou a educação no período noturno. Tal modalidade, antiga na história da escolarização e normatizada pelo governo ainda no Império – vide o decreto 7.031 de 1878⁷ – revigorou-se para cumprir as reivindicações populares que se valeram da agitação política, econômica e social das primeiras décadas da República. Ainda assim, sobre as escolas de ensino noturno prevalecia a não oficialidade, dado seu caráter popular, quase filantrópico e caritativo.

O termo ‘escola noturna’ aponta a existência da necessidade de atender uma demanda de indivíduos que não pode estudar no período diurno. Essa demanda corresponde ao conjunto de indivíduos adultos e trabalhadores e dois aspectos estão contidos, necessariamente, na semântica da expressão ‘ensino noturno’: a incompatibilidade etária e a impossibilidade de disponibilidade de tempo diurno.

A escola diurna destina-se a alunos na faixa etária escolar regular. Os adultos analfabetos rompem com essa regra. Além disso, ela também fora feita para educandos que não têm a responsabilidade cotidiana com o mundo da produção. Também, nesse caso, o adulto analfabeto rompe com sua lógica e estrutura. Daí a incompatibilidade e impossibilidade, daí a necessidade de uma escola noturna, criada para atender a demanda de um aluno fora da faixa etária e trabalhador. A ‘escola noturna’ tornou-se uma expressão designativa de uma educação destinada a jovens e a adultos.

O termo ‘ensino primário supletivo’ fixado, sobretudo, a partir da Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946, representou, em última, instância, a institucionalização da educação de adultos como uma modalidade de ensino integrada ao sistema educacional brasileiro, distinta da educação das crianças. No primeiro caso, a expressão ‘escola noturna’ ressalta um ensino de segunda categoria sinalizado pela redução do conteúdo programático e, conseqüentemente, do seu tempo de duração: uma formação escolar aligeirada e empobrecida de saber. No segundo caso, a expressão ‘ensino primário supletivo’ assinala a conquista da especificidade da educação de adultos, enquanto uma

⁷ Decreto n. 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, cria cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária do 1º grau do sexo masculino no município de corte. Art. 1º *Em cada uma das escolas publicas de instrução primaria do 1º gráo do municipio da Côrte, para o sexo masculino, é creado um curso nocturno de ensino elementar para adultos, comprehendendo as mesmas materias que são leccionadas naquellas escolas.*

prática distinta da educação das crianças. A expressão ensino primário supletivo inaugurou, no Brasil, uma modalidade de educação de adultos, a supletiva.

Os trabalhos que versam sobre os grupos escolares noturnos como de Cohn (2008) sobre Juiz de Fora (MG), Paiva e Lima (2006) na Paraíba (PB), Rodrigues e Rossi (2009) em Maringá (PR), Oliveira (2006) em Sorocaba (SP), Nogueira (2009) em Belo Horizonte (MG) e Vilela (2011) em Ituiutaba (MG), informam que os grupos escolares noturnos de São Carlos, SP, eram parte desse processo de disseminação da escola pública como um todo e em diversos centros urbanos do país.

Sobre a criação de grupos escolares noturnos em cidades do interior de São Paulo, que se localizam especificamente na região de São Carlos, não foram encontrados trabalhos acadêmicos que possam esclarecer a existência ou o funcionamento de instituições voltadas para a educação de adultos com essa nomenclatura. Porém, foram encontradas informações sobre escolas isoladas noturnas em cidades como Ribeirão Preto e Rio Claro, localizadas respectivamente a 99 km e a 64 km de São Carlos, SP.

Um dos trabalhos é de Santana (2010) que em sua dissertação de mestrado, intitulada *Imprensa, Educação e Sociedade no Interior Paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)* aponta que em 1950, a cidade de Ribeirão Preto, SP, possuía 47 cursos de alfabetização de adultos com 1714 alunos matriculados. Esse trabalho apresenta também, a implantação e o funcionamento da CEAA no município de Ribeirão Preto e em cidades da região, enfatizando a existência de escolas isoladas noturnas ao longo das décadas de 1940 e 1950, mas não faz referências à existência de grupos escolares noturnos.

O outro trabalho, a tese de Abreu (2013), intitulada *As Estratégias de Escolarização Primária na Cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)* são apresentadas as ações municipais, estaduais e particulares em relação à implantação e funcionamento de escolas primárias na Primeira República. De acordo com a autora, o município de Rio Claro, SP, possuía no período 52 escolas isoladas, sendo apenas uma delas noturna. Essa escola isolada noturna atendia os operários da Cia Paulista (estrada de ferro), além de trabalhadores de outras indústrias da cidade, como da Cervejaria e das tecelagens.

Analisando os trabalhos que enfatizam a criação de grupos escolares noturnos, obteve-se como regularidade o fato de que essas instituições se formaram a partir de agrupamentos de várias escolas isoladas, que eram formadas, na maioria das vezes, por uma só classe e funcionavam em prédios ou casas cedidas pela comunidade, ou alugadas pelo governo ou mesmo nas residências dos próprios professores, não

oferecendo assim, espaço adequado aos objetivos escolares. As escolas isoladas eram classificadas por classes, tomando por base o número de alunos matriculados e eram caracterizadas como escolas para o sexo masculino, para o sexo feminino e escolas mistas, destinadas a ambos os sexos.

De acordo com Antunha (1973) as escolas e cursos noturnos eram geralmente considerados como escolas isoladas, com grande mobilidade e inconstância: algumas eram criadas durante o ano, outras extintas, outras anexadas a grupos escolares. Os professores se removiam ou entravam em licença ficando as escolas sem funcionamento durante certo tempo; ou seja, a escola isolada não era considerada uma instituição definitiva:

De uma forma apreciativa, podemos dizer que em todos os seus aspectos essas escolas se mostravam inferiores aos grupos escolares: quanto à matrícula efetiva, à frequência, à porcentagem de aprovação e de conclusão de curso (ANTUNHA, 1973, p.116).

As escolas isoladas, não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas pela característica de funcionamento unitário. A localização das escolas isoladas deveria atender à conveniência da disseminação do ensino e à importância do núcleo de população escolar, assim sendo, as escolas isoladas paulistas foram adotadas para atender à população pobre, residente nos bairros periféricos, nas vilas, no interior do estado e nas áreas rurais. A necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável. Durante várias décadas do Século XX elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, principalmente do interior, nos bairros e no campo.

Sobre as escolas isoladas noturnas de São Carlos, SP, foram encontrados dois artigos do jornal *A Cidade* que evidenciam o funcionamento de oito escolas isoladas noturnas, sendo quatro masculinas e quatro femininas, com a possibilidade de alternância do horário de funcionamento para o período diurno aos operários que trabalhavam a noite, como destacam os artigos abaixo (Figura 17 e 18). Compreende-se, portanto, que as escolas isoladas noturnas voltadas para a alfabetização e a educação de adultos de São Carlos, SP, já existiam no município antes mesmo da criação da CEAA, que trouxe uma maior visibilidade a essas escolas e um aumento de sete salas após o ano de 1947.



Figura 17 e 18: Escolas Noturnas e Escolas Municipais.

Fonte: Jornal A Cidade, 13 de fevereiro de 1943 e 24 de fevereiro de 1945.

A primeira vez que o termo ‘escolas isoladas’ apareceu na legislação paulista foi no Regimento Interno das Escolas Públicas – Decreto 248, de 26 de julho de 1894:

Artigo 82. - Cada Grupo Escolar poderá comportar a lotação de 4 a 10 escolas isoladas no máximo e será regida por tantos professores quantos forem os grupos de 40 alunos e pelos adjuntos que forem necessários à diretoria.

Artigo 85. - Em suas relações com o Governo, com o Conselho Superior ou com o Diretor Geral, os diretores se dirigirão sempre por intermédio do inspetor do distrito, que exercerá sobre os Grupos Escolares as mesmas funções conferidas por lei em relação às escolas isoladas. (SÃO PAULO, 1894).

Pode-se apontar outra regularidade em relação aos demais estudos sobre o tema, que assinalam que os grupos noturnos foram criados usufruindo os espaços físicos ou

denominados anexos aos grupos escolares, como é o caso da Paraíba, de Juiz de Fora e Ituiutaba em Minas Gerais. (PAIVA e LIMA, 2006), (COHN, 2008) e (VILELA, 2011).

No caso do estado de São Paulo o Decreto nº 17.698 de 26 de novembro de 1947 amparou e caracterizou o funcionamento dos grupos noturnos. Em seu Capítulo V, que dispunha sobre a finalidade e a organização dos cursos populares noturnos no Estado de São Paulo, se estabeleceu a idade mínima de 15 anos para matrícula nos cursos noturnos, bem como a designação dos professores que faziam parte do quadro do magistério primário para ministrar as aulas noturnas e, considerado por este trabalho um dado relevante, o local de funcionamento dos cursos noturnos, que de acordo com o artigo 237 deste decreto, funcionariam nos “grupos escolares, localizados em zonas de grande densidade de população operária”.

Estabelecia-se então uma relação quase que perfeita, entre o ensino noturno e os grupos escolares, visto que, seria menos dispendioso aos cofres públicos prover a manutenção destas escolas, uma vez que, estas funcionariam nos estabelecimentos do ensino diurno, nos grupos escolares, ocupando o espaço físico e utilizando o seu mobiliário.

A designação *grupo escolar*, corroborando o sentido de reunião de escolas, foi definida na Lei n.169, de 07 de agosto de 1893 e no Decreto nº 248 de 26 de julho de 1894 que permitiu o agrupamento de escolas isoladas (mínimo de 4 e máximo de 10), em um só prédio, onde houvesse mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar. A disposição dos alunos seria conforme o modelo de uma escola graduada: distribuídos, por sexo, com agrupamentos de 40 alunos, em quatro classes, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, e por determinação legal deveriam adotar os mesmos procedimentos metodológicos utilizados pelas Escolas – Modelos. A formação dos grupos escolares pautou-se na união de escolas elementares, ou de primeiras letras, num mesmo prédio, construído especialmente para abrigar uma instituição escolar. Compunha-se de várias salas, cada uma correspondendo a uma classe, supostamente homogênea, cada classe sob a regência de um professor.

A criação dos grupos escolares - chamados inicialmente de escolas centrais ou escolas graduadas – trouxe para o cenário educacional brasileiro, uma das mais importantes inovações em matéria de organização do ensino primário. Um modelo que estava se difundindo por todo mundo e que no Brasil vem ao encontro do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular, caracterizando-se em uma escola especialmente urbana para atender às necessidades de universalizar a

educação popular e da escolarização em massa. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, ou seja, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998).

Construídos como *templos de civilização* eles traduziam a ideia de modernidade, devendo superar o modelo das escolas isoladas que representavam o atraso do período imperial. De acordo com SOUZA (1998, p.31-32), na origem dos grupos escolares encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária:

[...] da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma de acesso obrigatório, generalizado e universal.

No Estado de São Paulo sua implantação, juntamente com outras medidas de reformas da instrução pública, se dá a partir de 1890, trazendo implicações profundas na educação pública do estado e posteriormente de todo o Brasil, pois introduziu várias modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da república.

De acordo com Souza (1998) de certa maneira, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades “aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período”, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. O grupo escolar fazia parte do conjunto de melhoramentos urbanos, sendo “um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita”.

Nesse sentido, compreende-se que a reunião das escolas isoladas noturnas, voltadas para a alfabetização e a educação de adultos, dentro dos famosos prédios dos grupos escolares, passando então a serem denominados *grupos escolares noturnos*, representa o

início da institucionalização da educação de adultos no país, fazendo parte do mesmo ideário republicano vigente no período. Além da oferta de educação para todos, era um meio de consolidar os “valores urbanos da cultura escrita” e demonstrar as ações do estado e da sociedade contra o analfabetismo.

Além disso, de modo geral, pode-se afirmar que a institucionalização da escola noturna trouxe, de forma mais rigorosa, o controle das ações desenvolvidas no seu interior. Na hierarquia desse controle, o diretor passava a observar mais de perto o fazer do professor. Da mesma forma, o fazer da escola podia ser controlado pela Diretoria de Ensino.

Em um artigo do jornal *A Cidade* de 12 de março de 1946, observa-se várias críticas às estruturas físicas das escolas isoladas e dos grupos escolares do interior paulista, que são descritos como: “inadequados, sem o requisito pedagógico exigido, sem higiene, funcionando em velhos casarões, que depõem mesmo contra os nossos foros de nação civilizada”. (p.1) Sobre as escolas isoladas, enfatiza-se o funcionamento em casas “órfãs de toda e qualquer proteção”. (p.1)

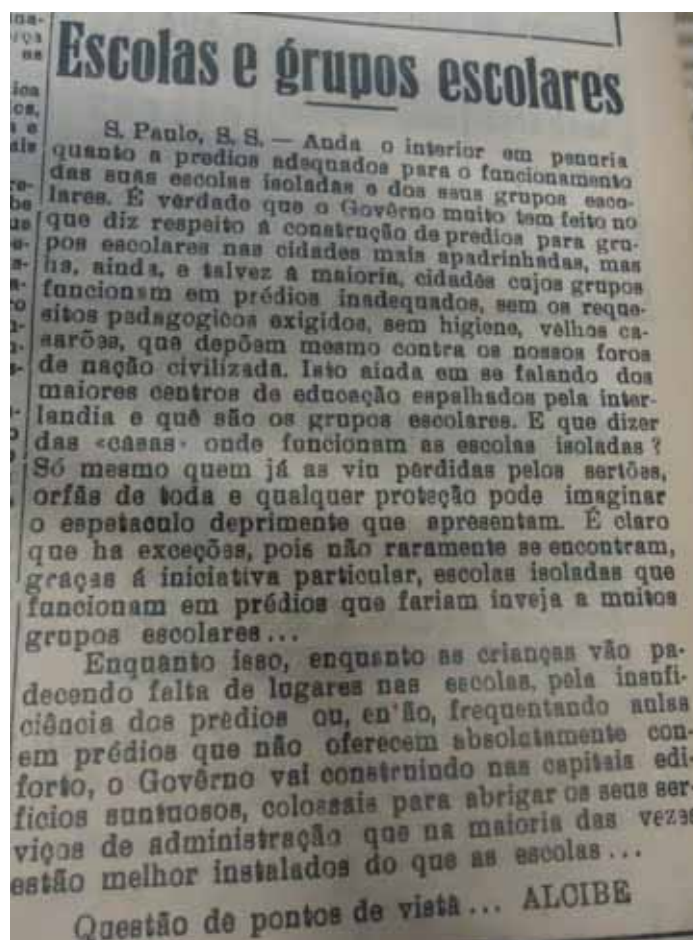


Figura 19: Escolas e Grupos Escolares.
Fonte: *A Cidade*, 12 de março de 1946.

3.3 Vestígios da estrutura e do funcionamento dos grupos escolares noturnos.

Os dois grupos escolares noturnos de São Carlos, SP foram criados a partir do agrupamento de quinze escolas isoladas noturnas que já funcionavam no município, algumas antes da CEAA e outras que surgiram para colaborar com a Campanha, como observado nesta nota do *Correio de São Carlos* que divulgou em 18 de janeiro de 1948 a criação dos dois Grupos Noturnos.

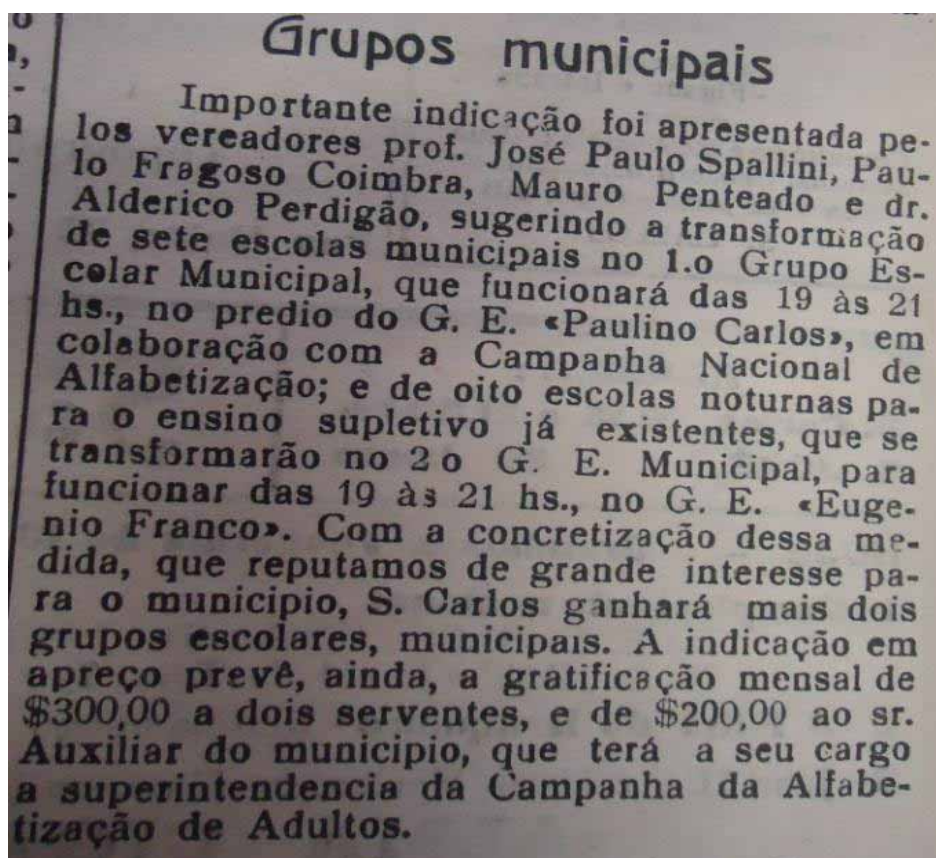


Figura 20. Grupos Municipais.

Fonte: *Correio de São Carlos*, 18 de janeiro de 1948.

A indicação foi apresentada junto à câmara pelos vereadores professor José Paulo Spallini, Paulo Frago Coimbra, Mauro Penteado e pelo Dr. Alderico Perdigão. A sugestão dos proponentes era que escolas isoladas, já existentes no município fossem transformadas em grupos escolares noturnos. Assim sendo, sete escolas isoladas noturnas passaram a funcionar no prédio do Grupo Escolar Paulino Carlos, e outras oito escolas isoladas passaram a funcionar no prédio do Grupo Escolar Eugênio Franco, de acordo com a regulamentação do ensino supletivo vigente. Com horário de

funcionamento entre as 19 e 21 horas, os alunos adolescentes e adultos ocupariam o espaço físico e os mobiliários ociosos dos grupos escolares, além da localização central dessas escolas.

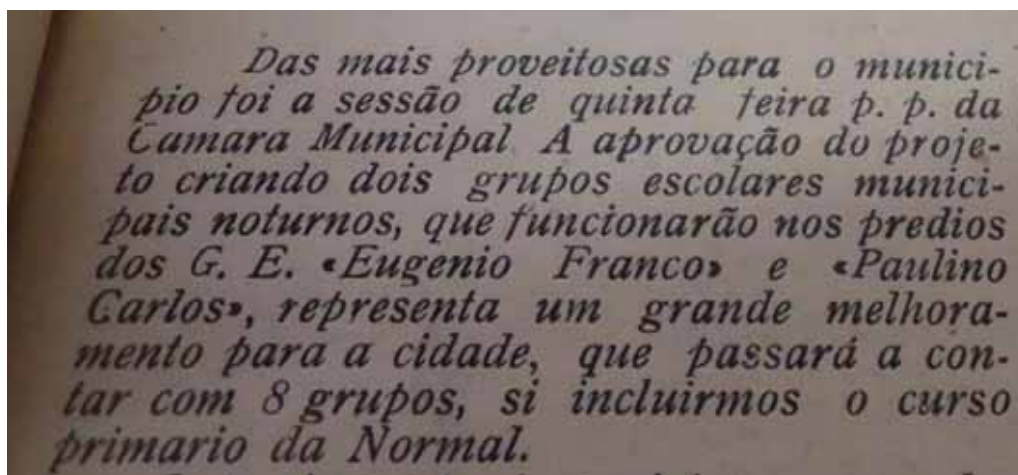


Figura 21. Aprovação do projeto criando os dois grupos escolares noturnos.

Fonte: *Correio de São Carlos*, 15 de fevereiro de 1948.

Os Grupos Escolares Cel. Paulino Carlos e Eugenio Franco são, respectivamente, o primeiro e o segundo grupo escolar de São Carlos, SP. Na história do município, tem-se registrado a existência do Grupo Escolar Cel. Paulino Carlos desde 1900, passando a vigorar em 30 de novembro de 1904 com o Decreto Estadual. A Câmara Municipal cedeu a face leste da Praça Coronel Salles para a instalação do edifício, cuja construção teve início em 1901, sob a supervisão do engenheiro e escritor Euclides da Cunha. Sua inauguração aconteceu nos primeiros meses de 1905 e as aulas foram iniciadas em 1º de abril do mesmo ano, com 346 alunos matriculados.

De acordo com Jamberci e Arce (2009) no início do funcionamento do primeiro grupo escolar, São Carlos contava, estimativamente, com 15 escolas isoladas na cidade, mantidas pelo poder público, estadual e municipal e mais 2 em cada um dos distritos de Ibaté e Santa Eudóxia, tendo uma frequência total de 620 alunos. Somente anos mais tarde é que ocorre a criação do segundo Grupo Escolar Eugênio Franco, pelo Decreto do dia 26 de fevereiro de 1919.



Figura 22: Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos.
Fonte: Fundação Pró-Memória

Funcionando em prédio próprio desde o início das atividades, à Rua José Bonifácio nº 675, o segundo Grupo Escolar Eugênio Franco era separado em duas seções, a masculina com 349 alunos, distribuídos em 6 classes e a feminina com 266 alunas, em 5 classes, num total de 615 alunos matriculados em 1919. Com uma grande demanda por vagas, em 1922 instala-se no município o Grupo Escolar Arlindo Bittencourt e no ano de 1934, após uma ampla manifestação popular, instala-se o Grupo Escolar Bispo Dom Gastão e também o Grupo Escolar Professor Luiz Augusto de Oliveira.



Figura 23: Grupo Escolar Eugênio Franco.
Fonte: Fundação Pró-Memória.

No dia 02 de março de 1948, o jornal *A Cidade* publicou um telegrama recebido pelo Presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Dr. Alderico Perdigão, em nome do Secretário Estadual de Educação, agradecendo a promulgação da Lei Municipal que criou os dois grupos escolares noturnos.



Figura 24: Grupos municipais.

Fonte: *A Cidade*, 02 de março de 1948.

Criados a partir de proposta de vereadores, os grupos escolares noturnos nasceram como 1º Grupo Escolar Municipal Noturno e 2º Grupo Escolar Municipal Noturno, em 17 de janeiro de 1948. Somente em 12 de dezembro de 1950, sob a lei municipal nº1. 327 é que passaram a denominar Grupo Escolar Noturno Municipal *Eudóxia Coelho* e *Perpétua Genofre*, respectivamente.

As homenagens às duas professoras, Eudóxia Coelho e Perpétua Genofre não foram registradas junto aos arquivos das escolas, tampouco no corpo da lei municipal que estabeleceu os nomes aos grupos noturnos (Anexo 3). A pesquisa junto às fontes, principalmente os jornais, não pode esclarecer as biografias, as homenagens e nem desvelar quem foram essas mulheres, deixando uma lacuna nessa trajetória histórica.

Pode-se afirmar que mesmo depois de denominados, os grupos noturnos de São Carlos continuaram funcionando juntos aos grupos escolares, permanecendo nessa mesma estrutura, como mostram os documentos dos arquivos, até a década de 1970, atendendo cerca de 400 adolescentes e adultos nas quatro primeiras séries do ensino primário.

O 1º Grupo Escolar Noturno Municipal teve como diretor o Professor Walter Jaime Marmorato, nomeado prontamente à criação do grupo e permanecido no cargo até 1960. A escola teve no primeiro ano de seu funcionamento 151 alunos matriculados em 6 classes, divididas em: 1ª série masculina, 1ª série mista, 2ª série masculina, 2ª série mista, 3ª série mista e 4ª série mista. Os professores que ministraram as aulas no 1º grupo noturno eram pertencentes ao quadro do magistério primário e lecionavam no período diurno com as crianças. De acordo com o livro ponto docente esses foram os primeiros professores do grupo noturno: Núbia J. L. Pacini, Leonor Alves Margarido, Iolanda Bellini, Vera C. Penteado e Maria de Lourdes Martins.

O 2º Grupo Escolar Noturno Municipal teve como diretor em seus primeiros anos de funcionamento o professor José de Campos Pereira que permaneceu no cargo por pouco tempo, sendo substituído pela professora Virgínia Viana, que atuou como professora junto à mesma instituição desde o início. Os documentos do arquivo demonstram que a professora Virgínia dirigiu o 2º grupo noturno até a década de 1970. Apresentando 196 alunos matriculados em seu primeiro ano letivo, o 2º grupo noturno era distribuído em 7 classes, sendo: 1ª série masculina, 1ª série feminina, 2ª série masculina, 2ª A mista, 2ª B mista, 3ª série mista e 4ª série mista. Para essas classes foram nomeados os seguintes professores: Yolanda Mastrofrancisco, Virgínia Viana, Sebastião Vayego, Luiza C. Moraes, Afonso Fioca Vitali, Nelson de Camargo Lima e D. Agar Vieira.

Os professores estavam vinculados ao regulamento interno das instituições, que de acordo com o arquivo pesquisado era o mesmo para os dois grupos escolares. Esse regulamento foi transcrito na ata da reunião pedagógica de 04 de fevereiro de 1949, juntamente com as atribuições que eram estabelecidas pelos diretores no decorrer do ano letivo. O regulamento interno dos professores era um instrumento formal para poder organizar as disciplinas, estabelecer um rígido comportamento do corpo docente e supervisionar os trabalhos realizados pelos professores dentro das escolas, formalizando os deveres a serem cumpridos pelos mesmos. Era por meio desse instrumento que os diretores podiam fiscalizar e cobrar o cumprimento fiel do regulamento. Segue abaixo transcrito o Regulamento Interno dos Professores:

O livro de ponto encerra-se às dezoito horas e cinquenta minutos.
Antes do início das aulas os Senhores Professores devem, em suas classes, iniciarem os trabalhos, regularizando a distribuição de cadernos e mesmo preparando no quadro-negro os problemas.

Dado o último sinal, os Senhores Professores devem ir receber suas classes no local onde estivessem.

Em classe, os Senhores Professores durante o período de aula não devem permanecer assentadas, para o bom aproveitamento das lições ministradas, coibindo desse modo a má disciplina.

O livro de chamada deve permanecer na gaveta da mesa e somente será levado para casa nas Sexta- feiras, para escrituração.

Quanto o dar notas e fazer correções em classe, não é permitido: nos cadernos de linguagem–escrita e aritmética. Somente será permitido nos cadernos de desenho e caligrafia.

Reuniões pedagógicas - será marcada com antecedência. Terá início às vinte horas e terá a duração de uma hora.

Primeiro sinal no término das aulas, somente para o preparo, o segundo para a saída.

A análise desse documento dá indícios de como deveriam ser os procedimentos administrativos e pedagógicos das instituições, principalmente no que se refere às atribuições do corpo docente. Dentre essas atribuições destaca-se logo no primeiro item do regulamento a preocupação com relação ao horário de entrada dos professores, fazendo com que os professores chegassem ao estabelecimento dez minutos mais cedo e assinassem o livro- ponto antes do início das aulas para que os mesmos servissem de exemplo aos alunos quanto ao horário a ser cumprido.

O regimento indica também a postura dos professores diante dos alunos, bem como os procedimentos pedagógicos que deveriam ser usados em relação à correção dos cadernos, não sendo permitido dar notas em classe nos cadernos de linguagem-escrita e aritmética, pois tomavam muito tempo das aulas e deveriam ser corrigidos fora do horário de aulas, ficando apenas os cadernos de desenho e caligrafia para serem corrigidos na sala, pois não requeriam muito tempo, permitindo que o professor ficasse mais atento as ações em sala de aula.

De acordo com o livro de atas e exames do 1º Grupo Escolar Noturno Municipal o final do primeiro ano letivo apresentou um resumo geral com aproveitamento positivo e promoção de 84,10% dos alunos matriculados. O resumo geral detalha também o aproveitamento de cada série e o número de alunos presentes nos exames finais, realizados no mês de dezembro de 1948 e supervisionado pelo diretor prof. Walter Marmorato.

Resumo Geral

	1º	2º	3º	4º	Total
Alunos matriculados	60	47	27	17	151
Alunos presentes	55	39	27	15	136
Alunos promovidos presentes	41	38	27	15	121
Alunos promovidos pelas provas	-	8	-	2	10
Porcentagem de promoção	68,33	78,95	100%	100%	89,40%

Cos primeiros dias do mês de Dezembro de 1948 realizaram-se os exames finais deste Primeiro Grupo Escolar Noturno Municipal sob a presidência do Prop. Antônio Augusto Guimarães, assistido pelas senhoras secretárias do estabelecimento. O grupo...

Figura 25. Resumo Geral do 1º Grupo Escolar Noturno Municipal, 1948.
Fonte: Livro de atas e exames. Arquivo escolar (Secretaria Municipal de Educação).

O resumo geral do ano letivo de 1948 do 2º Grupo Escolar Noturno Municipal, presente no livro de atas e exames, aponta que assim como o outro grupo noturno, a porcentagem de promoção foi positiva, alcançando 91,83% dos alunos. Numa análise do quadro, pode-se afirmar que o número de alunos matriculados nas classes de alfabetização e 2º ano são bem superiores ao número de alunos matriculados no 4º ano, refletindo a real necessidade e procura dos adultos principalmente pela alfabetização.

Resumo de Exame

Nos dias 1, 2, 3 e 4 do mês de Dezembro de 1948 realizaram-se os exames finais das classes do 2º Grupo Escolar Noturno Municipal sob a presidência do Sr. José de Campos Pereira. O exame de cada classe alcançou o seguinte resultado geral que está no quadro abaixo:

Resumo Final (grupos unidos e isolados)	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Alunos matriculados	36	75	34	28	173
Alunos presentes	31	19	39	28	117
Alunos promovidos (presentes)	47	65	26	28	166
Alunos promovidos pelas provas (que faltaram)	5	5	4	-	14
Alunos promovidos em média promovidos por exames	-	-	-	-	-
Porcentagem de promoção	92,85	89,47	88,23	100%	91,83

Figura 26. Resumo Geral do 2º Grupo Escolar Noturno Municipal.
Fonte: Livro de atas e exames. Arquivo escolar (Secretaria Municipal de Educação).

As disciplinas ministradas nos grupos noturnos tinham como enfoque a alfabetização e as noções aritméticas, sendo assim distribuídas: nas 1ª e 2ª séries disciplina de linguagem escrita, aritmética e leitura e linguagem oral; nas 3ª e 4ª séries as mesmas citadas mais geografia, história e noções comuns, essas três últimas apareceram também registradas no livro de atas e exames como conhecimentos gerais.

O programa de ensino dos grupos escolares noturnos era desenvolvido conforme as instruções da Diretoria de Ensino do Município de São Carlos, SP, embasadas na matriz curricular estadual para essa modalidade de ensino; ou seja, estava sob orientação da Lei Orgânica do Ensino Primário no Estado de São Paulo, n. 8.529 de 02 de janeiro de 1946, que em seu artigo 9º define que o curso primário supletivo, destinado a adolescentes e adultos, terá duração de dois anos de estudos com as seguintes disciplinas: Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética e geometria; geografia e história do Brasil; ciências naturais e higiene; noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar); desenho e, para as alunas do sexo feminino, economia doméstica e puericultura.

O material didático utilizado nos grupos escolares noturnos, principalmente em seus primeiros anos de funcionamento, eram os mesmos distribuídos pelo Serviço de Educação de Adultos aos cursos da CEAA no município. Sobre a distribuição desses materiais, o *Correio de São Carlos* publicou a visita do Prefeito Municipal Luiz Augusto de Oliveira aos grupos escolares noturnos para fazer um comunicado aos alunos:

Para o máximo de aproveitamento dos estudos vocês alunos devem provar sua boa vontade e sua firme decisão de vencer o analfabetismo, cooperando com seus dedicados professores e diretores, sendo assíduos e pontais às aulas. Para isso, o governo municipal fornecerá ainda essa semana, todo o material escolar de que vocês necessitam inteiramente gratuito. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1948).

Posteriormente à visita do prefeito aos grupos noturnos, a imprensa divulgou a entrega de materiais aos alunos e mobiliários para as classes, como destaca a nota de 16 de março de 1948. (Figura 27).



Figura 27. Entregue o material didático aos Grupos Noturnos.

Fonte: Correio de São Carlos, 16 de março de 1948.

Após a euforia da criação dos grupos escolares noturnos as notícias publicadas nas páginas do *Correio de São Carlos* apresentavam discursos positivos em relação aos resultados alcançados, tanto pelo primeiro ano letivo das instituições como pelos cursos de alfabetização da CEAA, que completavam 2 anos de funcionamento. O patriotismo e a educação enquanto meio para o progresso e desenvolvimento configuram a essência dos discursos. Porém, outra característica é ressaltada, o fato de elevar as ações do município em prol da educação de adultos enquanto “vanguarda”, “precursora” e “em posição de destaque nacional”, como exemplifica o trecho abaixo:

As escolas recentemente reunidas e transformadas nos dois referidos grupos escolares noturnos, abrigam algumas centenas de alunos. Com essa medida posta em prática há tantos anos em São Carlos seus poderes públicos colocaram esta cidade na posição de verdadeira precursora da louvável Campanha de Educação de Adultos que tantos benefícios vem prestando ao país, como seja, a apreciável recuperação de milhares de alfabetizados. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1949).

A divulgação perante a sociedade dos resultados obtidos pelos alunos adolescentes e adultos também faz parte dos discursos do jornal. No final do ano letivo de 1948 foi noticiada a festa de entrega de diplomas aos alunos que concluíram o curso primário nos dois grupos escolares noturnos. O Senhor Delegado Regional de Ensino professor Elias J. Ferrari presidiu a solenidade e enalteceu o valor da lei que transformou as escolas isoladas em grupos escolares municipais noturnos.

Acompanhado pelos diretores das instituições, professor Walter J. Marmorato e o professor José de Campos Ferreira o Delegado Regional enfatizou que era “a primeira vez que na região de São Carlos, uma escola municipal noturna entrega a seus alunos, diplomas oficiais do Estado”. E o Prefeito Municipal Luiz Augusto de Oliveira, figura de extrema importância na solenidade, destacou o grande número de adultos que frequentaram as aulas dos cursos noturnos, notando entre eles pessoas de “idade madura ao lado de adolescentes, os quais são operários, empregadas domésticas e trabalhadores rurais, dispostos a aprender, mesmo depois de um dia longo de trabalho”.

Durante a solenidade o Delegado Regional entregou ao aluno mais velho dentre os formandos, Luiz Perez, como prêmio de seus esforços, a continuação de seus estudos gratuitamente em uma das escolas Técnicas de Comércio Local. E finalizou a festa prometendo que no ano de 1949 novos prêmios serão entregues aos primeiros alunos e que “São Carlos está executando eficientemente e com dedicação à nobre causa da alfabetização de adultos”.

Após os primeiros dois anos de criação dos grupos escolares noturnos, um período intenso de divulgação e de elogios ao poder público pela iniciativa, os jornais de maior circulação na cidade de São Carlos, SP, passaram a noticiar os períodos de matrícula, férias, inscrição de professores e entrega de certificados de conclusão.

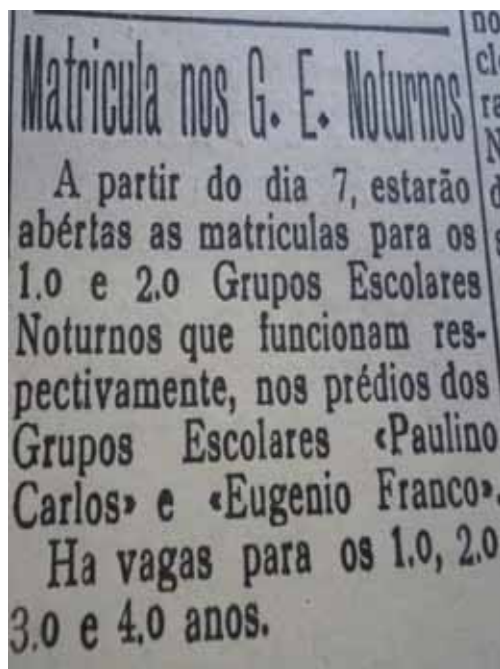


Figura 28 e 29: Matrícula nos G.E. Noturnos e Sancarlense!

Fonte: *Correio de São Carlos*, 04 de fevereiro de 1949 e 02 de fevereiro de 1950.

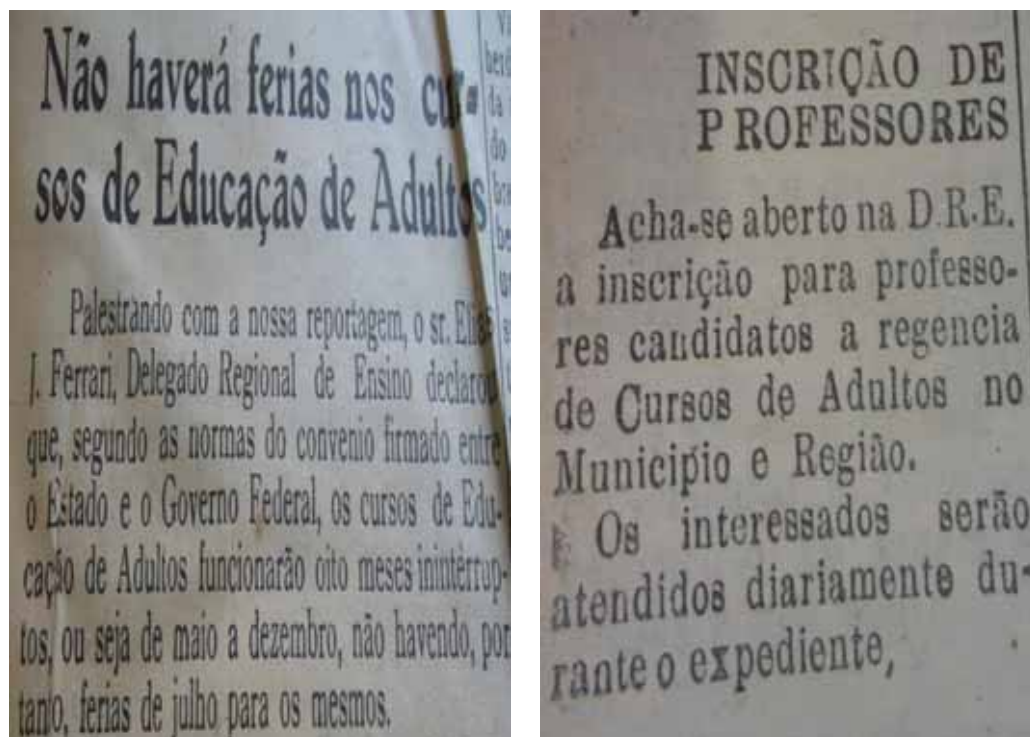


Figura 30 e 31: Não haverá férias nos cursos de Educação de Adultos. Inscrição de Professores.
Fonte: *Correio de São Carlos*, 18 de abril de 1949 e *A Cidade*, 12 de fevereiro de 1950.

Considerações Finais

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa. Penso então que o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica. (SANFELICE, 2009, p.198).

Quando iniciada esta investigação a maior expectativa era em relação aos vestígios encontrados junto às fontes sobre a criação dos dois grupos escolares noturnos do município. As questões de pesquisa propostas seriam respondidas? Conseguiríamos apontar definições sobre o que foram os grupos escolares noturnos? Contribuiremos para a reconstrução da trajetória histórica dessas instituições escolares? Adentramos nas considerações finais com algumas respostas definidas e com a sensação de que os caminhos trilhados ao longo deste trabalho reconstroem, ao menos marcam o início, da institucionalização da educação de adultos no município de São Carlos, SP. Servindo de paralelo para compreender a história na educação de adultos no Brasil.

Com o objetivo principal de reconstruir a trajetória, principalmente, quando da criação dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos e perpassar pelo histórico nacional, como também pelas políticas públicas da educação de adultos e pela contextualização social e histórica do Brasil em meados do século XX, pode-se afirmar que conseguimos narrar parte dessa história. Nesse sentido, se faz necessário retomar o percurso do trabalho para definir algumas conclusões.

O primeiro capítulo objetivou apresentar um levantamento sobre as pesquisas acadêmicas em educação de jovens e adultos no Brasil, sobretudo na perspectiva histórica, tendo como base de consulta o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse balanço pode-se aprofundar os estudos e delimitar a perspectiva abordada ao longo da dissertação e concluiu-se que a grande maioria dos trabalhos que partem da perspectiva da educação de adultos para investigar inúmeros e variados objetos de pesquisa fazem uso dos

acontecimentos históricos para introduzir, contextualizar ou ainda, caracterizar o tema abordado.

Nesse sentido, o montante de trabalhos encontrados não é necessariamente de cunho histórico ou pertencente às linhas de pesquisas históricas e os objetos de estudo que se apresentam são inúmeros e diversificados, perpassando pelos vários temas que a própria área da educação aborda. Concluiu-se, portanto, que a trajetória histórica da educação de adultos se apresenta, na maioria dos trabalhos, como ponto de partida para adentrar ao universo da temática abordada, sendo poucos os trabalhos de cunho plenamente histórico.

O segundo capítulo se baseou na discussão em torno dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo ao longo da história e evidenciou a complexidade de se definir o conceito de alfabetismo e sua negação o analfabetismo, pois são definições construídas socialmente e historicamente, mutáveis, temporais e permeadas por discursos ideológico-culturais. Para isso, foram abordados trabalhos referenciados sobre o tema e por meio deles apresentou-se um panorama histórico acerca dos estudos sobre leitura e escrita, estabelecendo relações com vários fatores, especificamente: com a escolarização, com os processos de aquisição da escrita e da leitura, com os fatores ideológico-culturais, com as condições econômicas, sociais e urbanas, com a religião, bem como a relação entre oralidade e escrita, tipos de linguagens e diferentes culturas.

Essa primeira parte se fez necessária para a interpretação dos discursos presentes nos jornais em circulação no município de São Carlos, SP na década de 1940, sobre o adulto analfabeto e a perspectiva social e cultural que se difundia em torno do analfabetismo e da educação. Pode-se concluir, que as reivindicações acerca da alfabetização da população adulta refletia a efervescência nacional do período, assim como a vinculação da escolarização à ascensão social, ao progresso nacional, a modernidade e a civilidade do povo, ou seja, da educação como redentora dos problemas da nação e o analfabetismo considerado como uma doença, um mal que precisava ser erradicado, eram temas amplamente tratados nos jornais.

Visualizamos, portanto, que a imprensa mais do que uma aproximação à educação, compõe a cultura e participa da sua configuração, assim como toma parte na padronização da sociedade; é por meio da imprensa que se divulgam e se consolidam importantes representações sociais. O jornal centraliza as opiniões da elite intelectual e torna-se um instrumento de difusão dessas representações como se fossem de uma determinada época.

É no segundo capítulo que foi abordada a implantação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no município de São Carlos, SP por meio dos debates sobre o analfabetismo e a educação de adultos difundidos pela imprensa. Os jornais *Correio de São Carlos* e *A Cidade* noticiaram com grande entusiasmo o início da CEAA no município e difundiu o patriotismo, as visões pejorativas em relação ao adulto analfabeto e a educação enquanto redentora dos problemas do país.

O terceiro capítulo abordou especificamente a criação e o início do funcionamento dos grupos escolares noturnos de São Carlos. Com o objetivo de definir o que foram essas instituições e o que representaram para a educação de adultos, concluímos que os grupos escolares noturnos se formaram a partir de agrupamentos de escolas isoladas noturnas já existentes, tanto em São Carlos como em outras localidades apresentadas em outros trabalhos. Essas escolas isoladas foram reunidas nos famosos prédios dos grupos escolares, símbolos da “modernização cultural”, da crença no progresso, na ciência e na civilização, “morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita”. (SOUZA, 1998).

Assim sendo, denominados de grupos escolares noturnos, representam o início da institucionalização da educação de adultos no país, fazendo parte do mesmo ideário republicano vigente no período. Além da oferta de educação para todos, era um meio de consolidar os “valores urbanos da cultura escrita” e demonstrar as ações do estado e da sociedade contra o analfabetismo.

Pode-se afirmar também que se estabeleceu uma relação quase que perfeita, entre o ensino noturno e os grupos escolares, visto que, seria menos dispendioso aos cofres públicos prover a manutenção destas escolas, uma vez que, estas funcionariam nos estabelecimentos do ensino diurno, nos grupos escolares, ocupando o espaço físico e o mobiliário ocioso.

Retomando os grupos escolares noturnos de São Carlos, este trabalho compreende que a partir da interpretação dos dados obtidos junto às fontes, principalmente dos jornais, essas instituições nasceram numa relação imbricada com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, aparecendo ora como extensão ora como colaboração à iniciativa nacional. Os grupos escolares de São Carlos abrigavam o funcionamento noturno de várias salas da Campanha, como também salas de pós-alfabetização (2ª 3ª e 4ª séries), estas amparadas pela legislação do ensino supletivo e todas pertencentes aos grupos escolares noturnos municipais *Perpétua Genofre* e *Eudóxia Coelho*.

Para finalizar, retoma-se a hipótese levantada no projeto de pesquisa de que a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos se deu a partir de movimentos sociais em prol da alfabetização de adultos, caracterizando um avanço e certo vanguardismo do município neste aspecto. De certa forma os grupos noturnos foram criados na efervescência da CEAA e em meio ao cenário de urbanização, progresso nacional e início da expansão da escola pública.

No entanto, a hipótese foi refutada quanto ao vanguardismo do município, uma vez que a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos foram parte das iniciativas governamentais (municipal, estadual e federal) vigentes e difundidas no período. E que, assim como São Carlos, diversos outros lugares tiveram a implantação de grupos escolares noturnos, até mesmo anos antes, na década de 1930, como apontam os trabalhos explicitados no referencial teórico, que evidenciou que as iniciativas no campo da educação, mais especificamente da alfabetização, de adolescentes e adultos não foram exclusivas e nem originais ao município de São Carlos, SP, uma vez que se tratava de tendência em curso em âmbito nacional.

Em relação à região central do Estado de São Paulo, onde a cidade de São Carlos se localiza, não foram encontrados trabalhos que abordam a criação ou o funcionamento de grupos escolares noturnos, mas existem registros de funcionamento de inúmeras escolas isoladas noturnas em diversas cidades, além da adesão à CEAA.

A principal conclusão obtida é a de que a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos, não foi fruto somente de ações do governo, mas sim resultante da conjuntura histórica nacional e estadual do período e com um movimento concreto na sociedade que explicitava a necessidade de expansão da educação pública.

Cabe aqui registrar que isso não desmerece a importância dos grupos escolares noturnos *Perpétua Genofre* e *Eudóxia Coelho* para a alfabetização e a educação de adultos de São Carlos, que ao longo de três décadas atenderam centenas de alunos e marcaram os primeiros passos da institucionalização desta modalidade de ensino no município. Reconstruir essa história é desvelar uma luta permanente pelo acesso à educação pública e de qualidade a todos.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As Estratégias de Escolarização Primária na Cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

Almanach Álbum de São Carlos 1916 – 1917, São Carlos, Tipografia Artística.

Almanach Álbum São Carlos na esteira do tempo 1884 – 1934. Organizador: Ary Pinto das Neves. (1957) Edição Comemorativa dos 150 anos da cidade de São Carlos.

Almanach Anuário São Carlos -1915. Organizador Sebastião Camargo. São Carlos, TYP, Joaquim Augusto.

Almanach Anuário São Carlos -1928. Organizador José Ferraz de Camargo, São Carlos.

ANTUNHA, H.C.G. A educação brasileira no período republicano. In: BREJON, M. (org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo, Pioneira, 1973.

BAENINGER, Rosana. **Região Administrativa Central: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos**. UNICAMP, Núcleo de Estudos de População. Campinas, 1995.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A educação de adultos no Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado FE/USP. São Paulo, 1972.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular (um estudo sobre a educação de adultos)**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular. A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BENDRATH, Eduard Angelo e GOMES, Alberto Albuquerque. Educação e Economia: A (Re) construção histórica a partir do pós-guerra. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.44, p.92-106, dezembro, 2011.

BRAGA, Cincinato. Almanach de São Carlos. In: **A Empresa d'O Popular**, São Carlos do Pinhal, 1894.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista (1920-1945)**. 1ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1989.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. **Do apito das fábricas ao toque dos sinos no Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2008.

COOK-GUMPERZ, Jenny. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

COSTA, A.C.M. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: novos programas, velhos problemas. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Vol.4, n.8, Jul.-Dez. 2009. Disponível em: [http://www.utp.br/Cadernos de Pesquisa](http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa) Acesso em 15 de agosto, 2012.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6001_DEANE%20MONTE Acesso em janeiro de 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. EDUC; FAPESP. São Paulo, 2000.

DAMASCENO, Anna Daniela. **Escolas Nocturnas no Ceará: Ações e combate ao analfabetismo adulto na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina, organizadora. **As Instituições Brasileiras na Era Vargas**. EDUERJ: Editora FGV. Rio de Janeiro, 1999.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol.23, n.81, p. 21-47, dez.2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em janeiro de 2013.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> Acesso em janeiro de 2013.

FERRARO, Alceu Ravanello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf> Acesso em abril de 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Agosto/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em agosto de 2013.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 9ª edição. Paz e Terra. São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

FREITAS, M. C. de e BICCAS, M. S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo, Cortez, 2009.

GOMES, L.K. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2012.

GONÇALVES, Mauro Castilho. **Das Escolas Mistas Industriais ao Grupo Escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941)**. Universidade de Taubaté, 2008.

GRAFF, Harvey J. O mito do alfabetismo. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre, 1990.
HADDAD, Sérgio (Coord). **Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte**. Brasília: Inep, Reduc, 1987.

HADDAD, Sérgio (coordenador), SOUZA, Antonio Carlos de, SILVA, Marcos José Pereira, DI PIERRO, Maria Clara, MACHADO, Maria Margarida, NALLES, Miro, CUKIERKORN, Monica. **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986/1998**. Ação Educativa, São Paulo, 2000.

HADDAD, Sérgio, FREITAS, Maria Virgínia de. **Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre cursos supletivos função suplência via rádio, televisão e correspondência**. São Paulo: CEDI, 1988.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro, FREITAS, Maria Virgínia de. O ensino supletivo de 2º Grau. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 62-69, fev. 1989.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro, FREITAS, Maria Virgínia de. O Ensino Supletivo - função suplência - no Brasil: indicações de uma pesquisa. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 70, n. 166, p. 346-70, set./dez. 1989.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro, FREITAS, Maria Virgínia de. **Diagnóstico do Ensino Supletivo no Brasil, período 1971-85; relatório final**. São Paulo: CEDI, 1987, 2 v.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro. **Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre Política, Estrutura e Funcionamento do Ensino Supletivo, Função Suplência; relatório final.** São Paulo, CEDI, 1988, 3 v.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro. **Levantamento dos estudos e pesquisas sobre o ensino supletivo no Brasil no período 1971-1985: relatório final.** São Paulo: CEDI, 1986, 14 p. e anexos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** 25 de janeiro de 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=227295>. Acesso em abril de 2013.

JAMBERCI, Belissa do Pinho e ARCE, Alessandra. A Escola Normal e a Formação da Elite Intelectual da Cidade de São Carlos (1911-1930). In: **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.33, p.122-141, mar. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art08_33. Acesso em janeiro de 2014.

KRENISKI, Gislania C.P., AGUIAR, Maria do Carmo P. O Jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

LIMA, Sebastião Nogueira, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 07, p.135-137, 1944.

LOURENÇO FILHO, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n.14, p.136-137, 1945.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas.** p. 111-153. São Paulo; Contexto, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. Impressos periódicos e escrita da História: algumas observações. In: **Anais do I Seminário de Pós-graduandos em História da UFF. Estudos de Imprensa no Brasil**, INSUELA, Júlia B. R. Et al (org.) p. 12-15. Niterói, 2012.

MAGALDI, Ana Maria bandeira de Mello e XAVIER, Libânia Nacif, organizadoras. **Impressos e História da Educação: usos e destinos.** 7letras. Rio de Janeiro, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita: história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime.** Editora da Universidade São Francisco. Bragança Paulista, São Paulo, 2001.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre A Memória e o Arquivo. In: **Para a História do Ensino Liceal em Portugal.** Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade do Minho, 1999.

MEDEIROS, Ruy. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. In: **SIMPÓSIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**. Bahia, 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> Acesso em julho 2013.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. Editora UNESP. São Paulo, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização: (São Paulo/1876-1994)** 3ª reimpressão. Editora Unesp. São Paulo, 2000.

NOGEIRA, Vera Lúcia. **O ensino noturno em Belo Horizonte: o grupo escolar noturno “Assis das Chagas” (1917-1967)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Fumec - FAE/Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

OLIVEIRA, Ana Célia. **Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Sorocaba, 2006.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: Direito, Concepções e Sentidos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, Bruna Maria Moraes e LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. O ensino noturno e os grupos escolares na Parahyba do Norte (1916-1920): organização e práticas educativas. In: **Anais V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/529.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Loyola, 1887.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

RIBEIRO, Cleyton Diógenes. **Estado do Conhecimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um balanço de teses e dissertações (1999-2006)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos, 2009.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et. al. **Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos**. São Paulo, Campinas: CEDI, Papirus, 1992, 128 p.

RODRIGUES, Adalgisa Silva e ROSSI, Ednéia Regina. Educação de Jovens e Adultos: Memórias do Grupo Escolar Noturno Visconde de Nácar em Maringá (1947-1958). Universidade Estadual de Maringá. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 29-47, set.2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes> acesso em dezembro de 2013.

SÁ, M. R. de. **Analfabetismo e Alfabetização: representações de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos**. Tese de Doutorado. PUC/ São Paulo, 2012.

SANFELICE, José Luís. História e Historiografia de Instituições Escolares. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, N. 35, p. 29-47, set.2009. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf. Acesso em maio de 2014.

SANT'ANA, Andréa Marcia. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar. UNESP/Araraquara, 2010.

SANTOS, Geovânia Lúcia dos. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA. In: **Revista Brasileira de Educação**. Ser./Out./Nov./Dez 2003. N. 24.

SOUZA, A. P. V. **Alfabetização de jovens e adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, E. J. de. **Alfabetização de adolescentes, jovens e adultos na primeira república: as escolas regimentais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo Vai Á Escola. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. 4ª edição. São Paulo, 2002.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. In: **Educação e Realidade**, n. 29, p. 125-142, jul/dez 2004.

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VILELA, Claudia Oliveira Cury. **Escola Noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

Legislações:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB 11/2000.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasil, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. In: **Diário Oficial da União**, ano CXXXIV, n.248, 23/12/1996.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878.

BRASIL, Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945.

BRASIL, **Lei Orgânica do Ensino Primário.** Decreto nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1888-1972)

SÃO PAULO, Lei nº 169, de 07 de agosto de 1893.

SÃO PAULO, Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894.

SÃO PAULO, Decreto, de 30 de novembro de 1904.

SÃO PAULO, Decreto de 26 de fevereiro de 1919.

SÃO PAULO, Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920.

SÃO PAULO, Decreto nº 5884, de 21 de abril de 1933.

SÃO PAULO, Portaria nº 57, de 30 de janeiro de 1947.

SÃO PAULO, Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947.

SÃO PAULO, Lei nº 76 de 1948.

SÃO CARLOS, Lei nº 1.327 de 30 de dezembro de 1950.

Fontes Documentais (Arquivos Escolares):

Livros de atas e exames (1948 a 1972)

Livro ata de reunião pedagógica (1949 a 1953)

Livros-ponto administrativo e docente (1948 a 1972)

Diplomas e atestados de conclusões (1948 a 1986)

Fontes Jornalísticas (acervo hemeroteca Fundação Pró-Memória São Carlos):

ALCIBE. Escolas e Grupos Escolares. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.2-2. 12 mar. 1946.

BERTOLDI. Trinta milhões de analfabetos. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 27 mar.1946.

CASTRO, Octavio Monteiro. Pela Instrução. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 15 abr. 1947.

COSTA, Wamberto. Alfabetizar! **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 20 abr. 1947.

EDITORIAL. Alfabetização de Adultos. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.2-2. 12 mar. 1948.

EDITORIAL. Alfabetização e Municipalismo. **Correio de São Carlos**, SP, p.1-1. 27 abr. 1947.

EDITORIAL. Aspectos Citadinos. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 13 jun.1942.

EDITORIAL. Biblioteca do Alfabetizado. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.2-2. 03 mar. 1949.

EDITORIAL. Campanha de alfabetização. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 20 mar. 1947.

EDITORIAL. Carta de Intenções. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 25 out. 1898.

EDITORIAL. Educação. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.2-2. 27 abr. 1947.

EDITORIAL. Em pleno desenvolvimento a campanha pró-alfabetização de adultos. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 09 abr. 1947.

EDITORIAL. Entregue o material didático aos Grupos Escolares. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.3-3. 16 mar. 1948.

EDITORIAL. Escolas Municipais. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.2-2. 24 fev. 1945.

EDITORIAL. Escolas Noturnas. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.2-2. 13 fev. 1943.

EDITORIAL. Expansão Educacional. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 07 abr. 1945.

EDITORIAL. Grupo Escolar da Vila Prado. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.4-4. 22 out. 1941.

EDITORIAL. Grupos Escolares. **Correio de São Carlos**, SP, p.2-2. 15 fev. 1948.

EDITORIAL. Grupos Municipais. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 02 mar. 1948.

EDITORIAL. Grupos Municipais. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 18 jan. 1948.

EDITORIAL. Iniciada em São Carlos a campanha pró alfabetização de adultos. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 02 abr. 1947.

EDITORIAL. Nossos milhões de analfabetos. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.2-2. 09 mar. 1949.

EDITORIAL. Novos métodos no combate ao analfabetismo. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 01 ago. 1941.

EDITORIAL. Péssimo estado da Rua Major. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.3-3. 22 mar. 1948.

EDITORIAL. Sancarlense! **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 22 set. 1949.

EDITORIAL. São Carlos precisa despertar! **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 25 nov. 1944.

EDITORIAL. Valiosa contribuição à CEAA. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 20 abr. 1947.

MOURA, Paulo de Campos. Escolas ou Canhões? **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 06 mar. 1942.

MOURA, Paulo de Campos. Polêmicas impatrióticas sobre alfabetização. **Correio de São Carlos**, SP. P.1-1. 23 jan. 1941.

NARCISO, Maria Luiza Caleiro. Campanha de Educação de Adultos. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 10 abr. 1947.

ORTEGA, André. A luta contra o analfabetismo no México. **A Cidade**. São Carlosm SP, p.2-2. 29 ago. 1946.

PAINO, Batista. O Estado Novo e os Homens Novos. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.2-2. 09 jul. 1942.

RILES. Campanha de alfabetização. **A Cidade. São Carlos**, SP, p.1-1. 17 abr. 1947.

STROILI, Nelson. A imprensa na luta educacional. **A Cidade**. São Carlos, SP, p.1-1. 27 jun. 1946.

VIEIRA, Lelis. [Visita](#) a São Carlos. **A Cidade**. São Carlos, SP, p. 1-1. 01 ago. 1940.

WANDERLEY, Cajucy Accioly. Campanha Humanitária. **Correio de São Carlos**. São Carlos, SP, p.1-1. 09 abr. 1947.

ANEXOS

ANEXO 1 – Documentos do arquivo escolar. Secretaria Municipal de Educação.

Tipo de Documento	Período
Atestados de conclusão de 4ª série Perpétua Genofre	De 1972 a 1978
Cópia do Diário Oficial com o Parecer 0822/89 (autorização de instalação e funcionamento da Escola Municipal de Ensino Supletivo Carmelita Rocha Ramalho).	03 de agosto de 1989.
Diplomas (atestados) de Alunos Fundação Nacional para EJA – EDUCAR	1988 e 1989
Históricos Escolares do MOBREAL	De 1980 a 1985
Livro de Aprovações do Segundo Termo da EMES Carmelita Rocha Ramalho	De 1990 a 1996
Livro de Atas e Exames – Primeiro Grupo Escolar Municipal Noturno/ Eudóxia Coelho	De 22/11/1948 a 25/11/1969
Livro de Atas e Exames – II Grupo Escolar Municipal Noturno / Perpétua Genofre	De 10/11/1948 a 30/11/1971
Livro de Atas e Exames- Grupo Escolar Municipal Noturno Dona Eudóxia Coelho	De 30/06/1970 a 16/12/1988
Livro de Matrículas da EMES Carmelita Rocha Ramalho	De 1989 a setembro de 1996
Livro de Notas – Escola Municipal de Ensino Supletivo (sem nome)	De 1989 a 1995
Livro Ponto do Grupo Escolar Noturno Profa. Perpétua Genofre	De 16/11/1972 a 21/11/1973
Livro Ponto do Grupo Escolar Noturno Profa. Perpétua Genofre	De 19/02/1973 a 13/12/1974
Livro Ponto do Grupo Escolar Noturno Profa. Perpétua Genofre	22/11/1973 a 27/02/1976
Livro Ponto do Grupo Escolar Noturno Profa. Perpétua Genofre	04/03/1976 a 10/03/1978
Plano de Curso / Modalidade Suplência I	06 de julho 1987
Prontuários de Alunos Eudóxia Coelho	De 1984 a 1989
Regimento Escolar Suplência I	20 de dezembro de 1993.
Termo de Visitas da EMES Carmelita Rocha Ramalho	De 29/04/1997 a 23/10/1997
Termo de Visitas da EMES Carmelita Rocha Ramalho	De 14/10/1997 a 07/04/1999

ANEXO 2. Jornais - Hemeroteca Fundação Pró-Memória.

Data da Pesquisa	Fonte	Destaque	Data	Registro
26/03/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Nota de falecimento: Dulce de Arruda Campos. Filha do Fazendeiro Flávio de Arruda Campos e da Professora Eudóxia C. de Arruda.	14/01/1940	Anotações
26/03/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Artigo: Alfabetização ou Saúde? (Paulo de Campos Moura)	26/03/1940	Fotos 001 e 003
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Polemicas impatrióticas sobre a alfabetização (Paulo de Campos Moura)	23/01/1941	Foto 007, 008 e 009
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Escolas ou Canhões? (Paulo de Campos Moura)	06/03/1941	Foto 012 e 013
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	O dono da alfabetização no Brasil (Paulo de Campos Moura)	17/04/1941	Foto 015, 016 e 017
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Quando... (Paulo de Campos Moura)	25/11/1941	Foto 027, 028 e 029
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Iniciada em S. Carlos a Campanha de Pró-Alfabetização de adultos	02/04/1947	Foto 032
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Em pleno desenvolvimento a campanha pró-alfabetização de adultos	09/04/1947	Foto 036
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha Humanitária (Cajucy Accioly Wanderley – Diretor do G.E. Dom Gastão)	09/04/1947	Foto 037, 038 e 039
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos (Maria Luiza Caleiro Narciso – Diretora do G.E. de Vila Nery)	13/04/1947	Foto 041 e 042
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetizar! (Wamberto D. Costa)	20/04/1947	Foto 044 e 045
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Valiosa Contribuição à Campanha de Alfabetização de Adultos	20/04/1947	Foto 048
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Serviço de Educação de Adultos	20/04/1947	Foto 049, 050 e 051
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos (Declaração do prof. Alberto Rovai)	14/05/1947	Foto 053, 055, 056, 057, 058 e 059
09/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Boa Vontade, força que move campanha.	11/06/1947	Foto 060, 061 e 062
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Educação.	27/04/1947	Foto 1161, 1162, 1163 e 1164
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetização e municipalismo	27/07/1947	Foto 1167 e 1168
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Alfabetização de adultos	06/08/1947	Foto 1169, 1170 e 1171
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Proposta na câmara a criação de dois GE municipais	18/01/1948	Foto 1172, 1173 e 1174
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	São Carlos terá 2 Grupos Municipais	15/02/1948	Foto 1175
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	1º Grupo Municipal - Estão abertas as matrículas	18/02/1948	Foto 1178

19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	II Grupo Municipal	22/02/1948	Foto 1179
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Grupos Escolares	03/03/1948	Foto 1180
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Delegacia Regional do Ensino	10/03/1948	Foto 1181 e 1182
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Delegacia Regional de Ensino (Serviço de Educação de Adultos)	25/04/1948	Foto 1183
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Serviço de educação de adultos	16/05/1948	Foto 1184
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de alfabetização em São Carlos	20/10/1948	Foto 1185, 1186, 1187, 1188
19/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Primeiro Grupo Escolar Noturno Municipal – Entrega de Diplomas	15/12/1948	Foto 1190 e 1191
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Matrículas nos Grupos Escolares Noturnos	13/02/1949	Foto 1196
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Visita do prefeito aos Grupos Escolares Noturnos	09/03/1949	Foto 1197
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Biblioteca do Alfabetizado	13/03/1949	Foto 1198
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Propaganda da Campanha de educação de Adultos nas Escolas Normais	16/03/1949	Foto 1199
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Entregue o material didático aos Grupos Escolares Noturnos	16/03/1949	Foto 1200
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	A Campanha de Educação de Adultos em São Carlos	23/03/1949	Foto 1201, 1202 e 1203
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Campanha de Educação de Adultos em São Carlos	01/05/1949	Foto 1207 e 1208
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Segundo Grupo Escolar Noturno	08/06/1949	Foto 1209 e 1210
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Sancarlense!	22/06/1949	Foto 1211
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Não haverá férias nos cursos de educação de adultos	29/06/1949	Foto 1212
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Aproveitamento do ensino no 1º Grupo Escolar Noturno Municipal	29/06/1949	Foto 1213 e 1214
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Sancarlense! (mesma propaganda de 22/06/1949)	De julho a setembro de 1949.	-----
25/04/2012	Jornal: Correio de São Carlos	Nossos Milhões de Analfabetos!	04/10/1949	Digitalizado
18/03/2013	Jornal: A Cidade	O Professor e a Educação (Nachiketas)	29/01/1940	Foto 061 e 062
18/03/2013	Jornal: A Cidade	Índices do Progresso e da Cultura	08/02/1940	Foto 070
18/03/2013	Jornal: A Cidade	Brasileiros, A postos! (O recenseamento de 1940)	29/04/1940	Foto 071 e 072
18/03/2013	Jornal: A Cidade	Homem e Inteligência (Orville de Andrade)	20/06/1940	Foto 073
18/03/2013	Jornal: A Cidade	A Necessidade de Saber	11/07/1941	Foto 080
18/03/2013	Jornal: A Cidade	Novos métodos no combate ao analfabetismo.	01/08/1941	Foto 082 e 083
18/03/2013	Jornal: A Cidade	Higiene, Educação e Saúde (Dy Wanderley)	23/11/1941	Foto 090

18/03/2013	Jornal: A Cidade	O Estado Novo e os Homens Novos (Batista Paino)	09/07/1942	Foto 091
18/03/2013	Jornal: A Cidade	O ensino no Brasil	23/10/1943	Foto 092
20/03/2013	Jornal: A Cidade	Um problema Urgente (Batista Paino)	06/11/1943	Foto 099
20/03/2013	Jornal: A Cidade	São Carlos precisa despertar! (Transcrito d'O Contador)	05/11/1944	Foto 100
20/03/2013	Jornal: A Cidade	Três Problemas	03/01/1945	Foto 101
20/03/2013	Jornal: A Cidade	O progresso de São Carlos na eloquência dos números (Vicente Arruda Camargo)	28/02/1945	Foto 102
20/03/2013	Jornal: A Cidade	Expansão educacional	07/04/1945	Foto 103
20/03/2013	Jornal: A Cidade	Escolas para São Carlos (Nelson Stroill)	02/01/1946	Foto 104
20/03/2013	Jornal: A Cidade	Trinta Milhões de Analfabetos (Santos & Santos S/A. Bertoldi).	27/03/1946	Foto 105
20/03/2013	Jornal: A Cidade	A educação brasileira (Nelson Stroill)	06/05/1946	Foto 106
02/04/2013	Jornal: A Cidade	Campanha de Educação de Adultos (Maria Luiza Caleiro Narciso – Diretora do G.E. de Vila Nery).	10/04/1947	Foto 107 e 108
02/04/2013	Jornal: A Cidade	Campanha Humanitária (Cajucy Accioly Wanderley – Diretor do G.E. Dom Gastão).	13/04/1947	Foto 110
02/04/2013	Jornal: A Cidade	Pela Instrução (Octavio Monteiro de Castro – Diretor do G.E. Cel. Paulino Carlos).	15/04/1947	Foto 111 e 112
02/04/2013	Jornal: A Cidade	Campanha de educação (Riles)	17/04/1947	Foto 113
02/04/2013	Jornal: A Cidade	Inauguração dos cursos de alfabetização de adultos.	19/04/1947	Foto 115

ns. 13

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Proc. 1

Int. _____

LEI Nº 1.327
de 30 de Dezembro de 1950

A Câmara Municipal de São Carlos decreta
e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º) - Passa denominar-se Grupo
Escolar Noturno Municipal "Eudoxia Coelho", o atual 1º Grupo
Escolar Noturno Municipal.

Artigo 2º) - Passa a denominar-se Grupo
Escolar Noturno Municipal "Perpetua Genofre", o atual 2º Gru-
po Escolar Noturno Municipal.

Artigo 3º) - Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrá-
rio.-

São Carlos, 30 de Dezembro de 1950

Emílio Fehr
Dr. Emílio Fehr - Presidente

Elydia Benetti
Profa. Elydia Benetti
1a. secretária

Luis Augusto de Oliveira
Prefeito Municipal